

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

ABRAÃO NEIVER DE MIRANDA AZEVEDO

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E QUESTÃO REGIONAL:
trajetória das desigualdades e suas relações

São Luís



Realizando a Qualidade

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL**

ABRAÃO NEIVER DE MIRANDA AZEVEDO

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E QUESTÃO REGIONAL: trajetória das
desigualdades e suas relações**

São Luís

2017

ABRAÃO NEIVER DE MIRANDA AZEVEDO

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E QUESTÃO REGIONAL: trajetória das
desigualdades e suas relações**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título
de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mônica Piccolo Almeida

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização

São Luís

2017

Azevedo, Abraão Neiver de Miranda.

Divisão sexual do trabalho e questão regional: trajetória das desigualdades e suas relações / Abraão Neiver de Miranda Azevedo. – São Luís, 2018.

191 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Ma. Monica Piccolo Almeida.

1. Desenvolvimento socioespacial. 2. Questão regional. 3. Divisão sexual do trabalho. 4. Movimento feminista. 5. Programa Mulheres Mil.

I. Título.

CDU 911.37:331.101.232

ABRAÃO NEIVER DE MIRANDA AZEVEDO

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E QUESTÃO REGIONAL: trajetória das
desigualdades e suas relações**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, em 13 de novembro de 2017, pela seguinte comissão examinadora:

Professora Monica Piccolo Almeida
Doutora em História
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Professora Zulene Muniz Barbosa
Doutora em Ciência Sociais
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Professora Silvane Magali Vale Nascimento
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

À Giselle, a maior prova de que a resistência é um ato de fé, orientado para um futuro melhor, pela qual me foi revelada, em segredo, na minha alma.

AGRADECIMENTOS

A escrita é a maior forma de lutar. É por ela que se torna possível a compreensão do espírito. Ela pode transformar uma sociedade inteira, como pode arruiná-la. Através da escrita, a história deixa seus rastros àqueles curiosos, àqueles cujo impulso para as descobertas abrem as portas para a compreensão antecipada do cenário futuro. Ela pode ser profética. A escrita também é relação. Ela compreende a construção histórica de muitas totalidades. Deixo aqui minhas primeiras impressões. Não escrevo sozinho, pois, sou fruto de um construto histórico e social. Mas também tenho minhas impulsões, pelas quais faço a trajetória da minha história nesta terra.

Agradeço a Deus, primeiramente e sobre todas as coisas.

Agradeço a minha esposa Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo, pelo seu apoio, sem o qual não seria possível enfrentar e superar as dificuldades. Meus cincerros e mais sublimes sentimentos.

Agradeço a minha avó Lia Araújo de Miranda, pelo seu amor, pela renúncia ao tempo, pela qual sofremos para a construção deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Mônica Piccolo Almeida, que me orientou, muito mais, para a liberdade de pensamento, e pela qual recebi apoio para continuar minha caminhada intelectual.

Agradeço a professora Zulene Muniz Barbosa, pelo valor que me proporcionou no trajeto deste estudo, envolvendo-me constantemente às atividades do mestrado.

Agradeço a professora Silvana Magali Vale Nascimento, por sua grande contribuição, pela preocupação e pela sutil repreensão, quanto aos cuidados com a escrita.

Agradeço aos professores da Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial / Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), por terem sido pacientes, por muitas vezes, para com minhas indagações iniciais um tanto elementares, e pela oportunidade que me foi concedida enquanto aluno.

Agradeço à Damião Solidade dos Santos, pelo qual recebi de suas mãos uma das grandes obras – senão a maior delas, da atualidade – sobre o movimento feminista, leitura pela qual tive acesso a uma compreensão mais profunda.

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis no mundo econômico.

Heleieth Saffioti

RESUMO

A presente dissertação trata da Divisão Sexual do Trabalho e Questão Regional: trajetória das desigualdades e suas relações. A pesquisa tem como objetivo analisar como a Divisão Sexual do Trabalho e a Questão Regional se relacionam e se configuram na sociedade brasileira de forma desigual. É uma tentativa de visualizar a relação entre estas duas grandes categorias de maneira interdependentes e apontar para uma possibilidade de entendimento sobre os reflexos da organização sexual do trabalho no contexto das diferenças regionais pelo sistema capitalista de ideologia, cada vez mais, neoliberal. A metodologia fundamenta-se na sociologia reflexiva, e utiliza a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, subsidiada pelo levantamento dos dados oficiais disponíveis. Inicialmente, realizam-se a demarcação do objeto, dos objetivos, da justificativa da pesquisa, do percurso metodológico e a organização da dissertação; analisa-se os princípios e concepções da Questão Regional no contexto histórico; identifica-se como ocorre a dinâmica da Divisão Sexual do Trabalho no Brasil no contexto da Questão Regional por meio de dados oficiais disponíveis; analisa-se de que forma o Programa Mulheres Mil se insere na Divisão Sexual do Trabalho e na Questão Regional a partir da visão dos sujeitos investigados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioespacial Regional. Questão Regional. Divisão Sexual do Trabalho. Movimento Feminista. Programa Mulheres Mil.

ABSTRACT

This dissertation deals with the Sexual Division of Labor and Regional Question: trajectory of inequalities and their relations. The research aims to analyze how the Sexual Division of Labor and the Regional Issue relate and configure themselves in Brazilian society in an unequal way. It is an attempt to visualize a relationship between these two categories in an interdependent manner and to point to a possibility of understanding about the reflexes of the sexual organization of work in the context of regional differences by the increasingly neo-liberal capitalist ideology system. The methodology is based on reflexive sociology, and uses a bibliographical, documentary and field research, subsidized with survey in available official data. Initially, the demarcation of the object, the objectives, the justification of the research, the methodological course and the organization of the dissertation were carried out; It analyzes the principles and concepts of the Regional Question in the historical context; It is identified the dynamics of the Sexual Division of Labor in Brazil in the context of the Regional Issue by means of available official data; It is analyzed how the Thousand Women Program is inserted in the Sexual Division of Labor and in the Regional Issue from the perspective of the subjects investigated.

Keywords: Regional Sociospacial Development. Regional Issue. Sexual Division of Labor. Feminist Movement. Thousand Women Program.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados referentes aos cursos e sujeitos participantes da pesquisa do Programa Mulheres Mil do IFMA/ <i>Campus</i> São Luís – Monte Castelo	26
Quadro 2 – Nomenclatura dos sujeitos da pesquisa	26
Quadro 3 – Relação de <i>Campi</i> do IFMA	141
Quadro 4 – Estrutura Organizacional do IFMA/ <i>Campus</i> São Luís-Monte Castelo	142
Quadro 5 – Relação de Docentes e Técnicos Administrativos do IFMA/ <i>Campus</i> São Luís – Monte Castelo	142
Quadro 6 – Relação de cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil do IFMA/ <i>Campus</i> São Luís – Monte Castelo, no período de 2009 a 2015	144
Quadro 7 – Relação entre cidade natal e idade dos sujeitos da pesquisa	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportação de algodão e arroz de São Luís para Lisboa (1760-1778)	84
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da exportação de algodão e arroz de São Luís para Lisboa (1760-1778)	85
Gráfico 2 – Evolução da População de São Luís (1940-2010).....	96
Gráfico 3 – Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) São Luís – São Paulo (1991-2010).....	101
Gráfico 4 – Participação na PEA em % por Gênero no Brasil (1995-2010)	122
Gráfico 5 – Participação na PEA em % por Gênero no Brasil, Sudeste e Nordeste (1995-2010).....	124
Gráfico 6 – População ocupada por nível de instrução em % Brasil, Nordeste e Sudeste	125
Gráfico 7 – População ocupada por nível de instrução em %, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (2000-2010).....	126
Gráfico 8 – População ocupada por nível de instrução em %, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto em % (2000-2010)	127
Gráfico 9 – População ocupada por nível de instrução em %, Ensino Médio completo e Superior incompleto (2000-2010)	128
Gráfico 10 – População ocupada por nível de instrução em %, Superior completo (2000-2010)	129
Gráfico 11 – Renda média de todos os trabalhos por sexo, segundo estratos de anos de estudo – Brasil (1980-2010)	131
Gráfico 12 – Região de nascimento dos sujeitos da pesquisa em %.....	150
Gráfico 13 – Relações de trabalho formal e informal em %, entre os sujeitos da pesquisa	153

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Cidade de São Luís em 1951	93
Mapa 2 - Bairros de São Luís desenvolvidos a partir do Caminho Grande	97

LISTA DE SIGLAS

ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação
CIDA/ACDI	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
AI/GM	Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro
ACCC	Associação do <i>Colleges</i> Comunitários do Canadá
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEPAL	Comissão Econômica da América Latina
CGGPM	Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
FIC	Formação Inicial e Continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTDN	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PBF	Programa Bolsa Família
PEA	População Economicamente Ativa
PNPM	Política Pública para as Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTRC	Transferência de Renda Condicionada na América Latina e Caribe

REDENET	Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SUDAN	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
WSPU	Woman Social and Political Union

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO REGIONAL: uma revisão teórica	31
1.1. Embates no campo da teoria econômica no contexto da Questão Regional	32
1.2. A Questão Regional na composição escalar e suas desigualdades	49
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO REGIONAL NO PROCESSO HISTÓRICO.....	63
2.1. Espacialização da desigualdade e fragmentação nacional	64
2.2. O Maranhão na Questão Regional	82
CAPÍTULO 3 – DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MOVIMENTO FEMINISTA: resistências e conquistas na dimensão socioespacial	103
3.1. Dinâmica histórica da Divisão Sexual do Trabalho e do Movimento Feminista.....	104
3.2. Transformações na Divisão Sexual do Trabalho no contexto da Questão Regional	114
3.3. Reflexos da feminização da pobreza: uma análise do Programa Mulheres Mil do IFMA/ <i>Campus</i> São Luís – Monte Castelo a partir da visão dos sujeitos.....	132
CONCLUSÃO	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164
APÊNDICES	172
ANEXOS	177

INTRODUÇÃO

A crise estrutural e conjuntural que se instalou nas últimas décadas em escala global vem contribuindo para o sistemático desequilíbrio regional, tanto de países desenvolvidos como subdesenvolvidos. Neste contexto, a crise prolifera dos campos político e econômico para outras dimensões da vida social. Vivemos num degradante processo de reestruturação do capital aliado a processos de separação, segregação e seleção da hierarquia social, consolidando uma forma de mundo unificado, ao mesmo tempo que fragmentado, por este mesmo processo.

A partir da década de 1990 o Brasil foi palco de um discurso político o qual representou o mesmo proferido em escala mundial. Uma inovadora proposta para a economia, de forma a integrar-se cada vez mais ao processo de globalização. As amplas reformas administrativas, previdenciárias, fiscal, tributária, bem como a reordenação das relações entre União, Estados e municípios, em que o Estado brasileiro apresentou a partir de então, consolidou uma estrutura social de nação para ingresso no sistema capitalista de ideologia neoliberal e integração à globalização, gerando no decorrer do tempo o alargamento da crise econômica a qual se conflagrou num modelo de Estado esgotado financeira e economicamente (ALMEIDA, 2010).

Na tentativa de compreender como o estado atual das coisas são descritas no presente, se faz necessário colocarmos os olhos sobre os fatos históricos do passado. Desde a década de 1980, apesar da grave crise política e econômica enfrentada naquele período, o país sofreu fortes influências de forças populares para iniciar um oportuno processo de luta por mais direitos sociais, implicando num cenário de conflitos de classe para a consolidação de um regime democrático no país. Contudo, desde a década de 1960 já havia uma forte comoção popular sobre a necessidade de construção de novos valores para o bem-estar econômico e social da população brasileira. Mesmo nessa época a estrutura de governo não correspondeu necessariamente aos anseios da população, mas ao processo de integração do capital nacional com as novas relações econômicas globais. Desde a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹ em 1950, houve grande pressão externa sobre as

¹ Comissão criada bilateralmente para cooperação financeira, contudo, de acordo com Cervo e Bueno

decisões da política econômica tomadas como iniciativa de caráter nacionalista.

Os países latino-americanos sempre manifestaram o interesse de criar uma instituição regional de financiamento, contudo, esta disputa ficou quase sempre associada com os interesses do capital global orquestrado pelos Estados Unidos. Dessa forma, os conflitos foram demasiados e extremos. Para que tivessem êxito em suas relações, os países latinos teriam que se estruturar pela imposição ao seu planejamento fiscal, tributário, financeiro e orçamentário, além de atender ao grande volume de projetos sociais amparados por políticas públicas, de forma a contribuir para a organização regional e controle da moeda para a concessão de grandes volumes de capital externo. Este mesmo processo deveria acompanhar a construção do projeto nacional para ampliação do capital, de forma a integrar regiões para o desenvolvimento econômico do país. Este cenário foi perpetuamente reproduzido e reposicionado na história política e econômica para a cooperação das economias nacionais ao processo de globalização.

No quadro interno, a política nacional foi orientada para tomadas de decisões as quais corresponderam a transformação estrutural de regiões, ocasionando uma movimentação de recursos direcionados a construção de parques industriais com vias ao estabelecimento do mercado interno. Pelos limites interpostos à transferência de capital, essas decisões passaram a orientar a captação de recursos para algumas regiões em detrimento de outras. Assim, as regiões favorecidas por essas decisões ampliaram seu poderio de relações comerciais, de exportação e importação, de serviços e de consolidação da indústria pesada, frente a outras que ficaram estagnadas e alheias ao crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Neste contexto que, cada vez mais, ficou evidente a situação do desenvolvimento regional de forma desigual, ou seja, as regiões se desenvolvem na perspectiva do direcionamento da política econômica e da consolidação das relações firmadas entre os entes mais fortes, cabendo às regiões que não conseguiram adentrar a este processo, ficarem nas sombras do desenvolvimento. Este desenvolvimento

(2010) a relação com os Estados Unidos foi prejudicada devido o entendimento de que o governo daquela época teria reproduzido ações políticas em benefício à esquerda nacionalista, como no caso da partilha de lucros da extração do petróleo após a criação da Petrobras por Getúlio Vargas. Houve conflitos de interesses entre norte-americanos e nacionalistas dentro da esfera política nacional.

desigual entre regiões formou o fundamento para se analisar a Questão Regional, quando o Norte e o Nordeste do país apresentaram reflexos de uma estrutura arcaica em contraste com o Sul e Sudeste modernos e competitivos.

A modificação no contexto regional ocorrido com o processo de globalização constitui relação com a reestruturação produtiva, com a readaptação dos processos produtivos ao novo panorama de integração com mercados a nível mundial. A categoria “Trabalho” passou por um ajustamento a este processo, e, conseqüentemente, sofreu transformações. Foi a partir da década de 1960 que ocorreu o início da mercantilização da força de trabalho a nível mundial, onde se constatou, no decorrer do tempo, a elevação da necessidade populacional a bens e serviços, bem como a dependência da relação com o emprego. Este processo iniciado no Brasil, se desdobrou, nos próximos 50 anos seguintes, em uma corrida em massa por postos de trabalho como forma de garantia mínima de subsistência, bem como a movimentação de pessoas entre diferentes regiões.

A análise da dinâmica em que se vislumbra a década de 1960 repercute na forte entrada da população feminina como população economicamente ativa em países desenvolvidos e, concomitante a este processo, ocorre um trajeto moderado no caso do Brasil. As lutas feministas no país do início do século XX alcançaram conquistas que se tornaram evidentes no final deste mesmo século. Os direitos sociais conquistados pela luta das mulheres, ainda que de modo incipiente, fez parte do cotidiano da população feminina, implicando, cada vez mais, em uma grande pressão social por políticas públicas, pelo uso dos espaços públicos para o debate, e, por fim, por mais direitos que atendessem seus interesses e suas especificidades na esfera pública e privada.

Dessa forma, como a categoria “Trabalho” constitui um dos pilares do crescimento e desenvolvimento econômico, passou a ser alvo dos debates feministas. As profissões eminentemente femininas, vistas por uma perspectiva tradicionalmente masculina, passaram a ser questionadas. Esse processo de mudança da visão social sobre o espaço da mulher na esfera da vida pública, no trabalho, na política, na economia, dentre outras dimensões, ocorreu no contexto histórico em que muitos países desenvolvidos já teriam adentrado e, algumas questões, superadas. O discurso feminista conseguiu reconhecer e ampliar a busca de participação da mulher na esfera

econômica da vida familiar. Movimentos de destaque conseguiram fazer com que demandas sociais pudessem ser ouvidas e, neste processo, a luta tomou proporções nas escalas local, regional, nacional e mundial. Neste interim, permeia a questão da Divisão Sexual do Trabalho, concebida como forma de entender que o capital, associado ao poder conservador, direciona os espaços de atuação dos sexos no trabalho, de forma a alijar a participação de grande quantidade de mulheres nas esferas política e econômica e, dessa forma, proporcionar a desigualdade entre os sexos (SAFFIOTI, 2013).

O presente estudo busca eminentemente analisar como a Divisão Sexual do Trabalho e a Questão Regional se relacionam e se configuram na sociedade brasileira de forma desigual. É uma tentativa de visualizar a relação entre estas duas grandes categorias de maneira interdependentes e apontar para uma possibilidade de entendimento sobre os reflexos da organização sexual do trabalho no contexto das diferenças regionais pelo sistema capitalista de ideologia, cada vez mais, neoliberal.

Neste contexto, buscamos analisar o Programa Mulheres Mil como *práxis* de um processo ideológico. Este Programa foi implementado como uma política pública de gênero que repercutiu no problema da Questão Regional e da Divisão Sexual do Trabalho de forma ideológica, portanto, necessitando ser compreendido à luz da teoria, para tão somente tornar possível a identificação das evidências acima expostas. O Programa foi executado pelo IFMA/*Campus* São Luís Monte Castelo², entre os anos 2013 a 2015, o qual representou o *locus* desta pesquisa, estando localizado à Avenida Getúlio Vargas, nº 4, bairro Monte Castelo, região central de São Luís, e integrou a fase da pré-expansão do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e

² Conforme consta no sítio institucional, “O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras. A missão institucional do IFMA é promover educação profissional, científica e tecnológica, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação do cidadão e no desenvolvimento socioeconômico sustentável. Atualmente, o IFMA possui 26 *campi* (três em fase de implantação), três núcleos avançados, três campi avançados e um Centro de Vocação Tecnológica (em fase de implantação) distribuídos por todas as regiões do Maranhão. A instituição oferece cursos de nível básico, técnico, graduação e pós-graduação para jovens e adultos. O Instituto possui mais de 70 grupos de pesquisa divididos em sete grandes áreas do conhecimento, além de desenvolver ações de extensão nas áreas de educação, cultura, lazer, direitos humanos, saúde, trabalho e empregabilidade. O IFMA também atua na educação a distância, por meio de 29 polos de apoio presencial localizados em São Luís e no interior do Maranhão” (IFMA, 2017).

Tecnológica do Ministério da Educação.

Este estudo compreende a descoberta do que se tornou evidente, a saber: que tanto em regiões brasileiras mais desenvolvidas quanto as menos desenvolvidas econômica e socialmente, a desigualdade sexual permeia as dimensões da vida social, sendo a mulher o principal sujeito que sofre duplamente, ou seja, tanto no lado profissional quanto no pessoal a desigualdade está nas oportunidades e no reconhecimento de seu papel histórico e social. Para tanto, como principais objetivos desta pesquisa estão os seguintes:

- analisar os princípios e concepções que orientam a Questão Regional e como se relacionam com o processo histórico;
- identificar a dinâmica em que ocorre a Divisão Sexual do Trabalho no Brasil;
- analisar de que forma o Programa Mulheres Mil se insere na Divisão Sexual do Trabalho e na Questão Regional a partir da visão dos sujeitos investigados.

A escolha do tema deste trabalho se justifica pela busca de compreensão das desigualdades sociais, econômicas e políticas enfrentadas pelo sujeito feminino, que, em qualquer região que se defina alvo da propagação do capitalismo de ideologia neoliberal, está submetido. O interesse de compreender a desigualdade nas dimensões social, econômica e política nasceu nos anos da graduação, que culminou com a apresentação de uma monografia sobre o tema do cooperativismo. Dessa forma, a inquietação sobre a pesquisa da desigualdade se manifestou como *pathos*, como um sofrimento, ao mesmo tempo em que me condicionou ao processo de descoberta dos motivos pelos quais se manifesta a dialética da realidade concreta e da luta. Fortalecendo a justificativa do estudo da desigualdade, e portanto, da escolha das categorias Questão Regional e Divisão Sexual do Trabalho, estas trouxeram novas questões que me despertaram o interesse para o aprofundamento deste estudo após a participação como colaborador, professor e coordenador do Programa Mulheres Mil no período de 2013 a 2015, após ter presenciado fatos determinantes na vida de algumas mulheres ingressas no programa, os quais podem ser compreendidos às primeiras impressões como violência física, econômica e simbólica³.

³ Estes tipos de violência correspondem ao sofrimento manifestado por algumas mulheres ingressas no programa que podem ser compreendidos como violência física, na maioria das vezes fruto de violência doméstica, feita por alguém próximo de seu convívio; violência econômica sendo compreendido como

O programa se consolidou através da implementação de uma política pública amparada nos I, II e III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, documentos construídos sobre forte demanda social apresentada nas conferências de políticas públicas para mulheres ocorridas no período de 2004 a 2013. A formalização do programa veio com a Portaria MEC/Setec nº 1.105, de 21 de julho de 2011, buscando consolidar sua implementação como política pública efetiva, através da oferta de educação profissional e de uma metodologia adequada para diminuir problemas de vulnerabilidade social, de feminização da pobreza e de violência contra a mulher a partir de ações voltadas para a inclusão social, formação profissional para o mercado de trabalho e consequente aumento de renda familiar.

Este programa foi primeiramente pensado e implementado pelos *colleges* canadenses, apresentando impacto significativamente positivo na redução da vulnerabilidade social das regiões atendidas no Canadá. Sua viabilidade correspondeu à integração e troca de conhecimento e experiências entre universidades, mercados e indústrias, vinculando a educação profissional ao campo de atuação profissional no mercado de trabalho.

Quando de sua implementação no ano de 2005 no Brasil em forma de projeto de extensão, atendeu mulheres em situação de vulnerabilidade social com o curso de capacitação profissional em camareira e desde então, as demandas por ações deste tipo foram ampliadas. As principais regiões inicialmente atendidas pelo programa se concentraram no Norte e Nordeste, com destaques para Rio Grande do Norte e Maranhão.

Portanto, o programa se define como política pública, se tornando parte de algo maior, de uma demanda social para busca de implementação de Políticas Públicas para Mulheres e, dessa forma, se relaciona com a Questão Regional. Concomitante a esta relação, o programa foi fruto da luta das mulheres por mais espaço, por menos desigualdade social, bem como nas relações de trabalho.

pobreza visível, manifestada sobre a impossibilidade de adquirir bens materiais através de esforço próprio, falta de recursos econômicos ou financeiros; e violência simbólica, podendo ser compreendida como uma forma de violência sutil manifesta em ações de sujeitos de uma dada cultura, podendo causar sofrimento psicológico, como a perda de oportunidade em detrimento da cor, da raça e do sexo. Estes tipos de violências são definidos na visão de Bourdieu (1989) e serão melhor analisados no terceiro capítulo deste estudo.

Nossa proposta, portanto, busca ampliar os horizontes analisando aspectos teóricos e históricos de como ocorre a relação entre a Questão Regional e a Divisão Sexual do Trabalho, de forma a contribuir para a melhor compreensão destas relações no processo de desenvolvimento desigual a que o capitalismo de ideologia neoliberal os submete. Contudo, se torna proeminente percebermos as relações de forças que impulsionam o capital, e dessa forma o capital terá sempre um lado, ou seja, não é o capital apenas que determinará os rumos da história, mas àqueles a quem faz sua usura, na busca de manutenção e conquista de seus interesses. Na relação capital e classe se descortina a luta pelo poder, e este se torna o local em que a disputa se revela armada entre diferentes concepções. O Poder será, portanto, também alvo de nossa investigação, ou seja, ao permear a discussão sobre a questão regional e a divisão sexual do trabalho, o Poder será evidenciado no campo político, na luta pela manutenção ou modificação de sua estrutura, bem como no aspecto econômico, quando evidenciamos notadamente o movimento histórico das relações de trabalho sobre os sexos, ou melhor, como é evidenciado a divisão sexual no campo do trabalho, no processo histórico.

A perspectiva teórico-conceitual e metodológica que orienta o percurso deste trabalho é fundamentado na sociologia reflexiva e no método relacional de Pierre Bourdieu (1996; 2000), ao compreender os limites interpostos à pesquisa, pois, "o conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras" (BACHELARD, 1996, p. 17) e dessa forma

[...] que a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade (BOURDIEU *et al*, 2000, p. 23).

O estudo proposto reconhece a possibilidade de se levantar outras questões, ou, até mesmo, outras visões acerca deste mesmo estudo. A pesquisa, portanto, registra-se como uma contribuição ao entendimento acerca da relação entre as diferenças regionais e a desigualdade sexual nas dimensões política, econômica e social. Assim, por compreendermos o grau de complexidade envolvido na análise das categorias escolhidas neste trabalho, bem como a escolha dos autores que orientaram nosso percurso teórico, esta pesquisa apresenta-se passível de reconstrução de seus

pressupostos e concepções, pois "o sociólogo que não submete suas próprias interrogações à interrogação sociológica não estaria em condições de fazer uma análise sociológica verdadeiramente neutra das respostas que elas suscitam" (BOURDIEU *et al*, 2000, p. 56).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados a pesquisa bibliográfica, bem como a pesquisa quantitativa e qualitativa. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica corresponde ao processo de busca de compreensão daquilo que se pode obter de conhecimento que foi produzido a respeito de determinado objeto de estudo, mas não somente isso, abrange ainda ao processo de exploração de áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente (MANZO, 1971, p. 32 *apud* MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 183) a partir da análise de referências, as quais, devem compor o trajeto metodológico da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 183).

A metodologia quantitativa far-se-á com base em instrumentos e técnicas escolhidas para a coleta de dados que serão sistematizados e organizados para apresentação, seguindo os procedimentos da seleção, codificação e tabulação. Neste processo a pesquisa quantitativa se utilizará de fontes de dados oficiais, bibliográficas, documentais, as quais serão apresentadas no decorrer do desenvolvimento deste estudo. Faremos ainda uso das Estatísticas de Gênero disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sabemos, contudo, que existem fragilidades quanto aos dados ditos oficiais que fogem aos olhos das pesquisas por não corresponderem à realidade, pois estes tão somente correspondem a um fragmento dela, ou seja, a centralidade em dados estatísticos pode submeter o pesquisador a não visualizar, ou pelo menos, perceber fenômenos sociais ou fatos sociais que não aparecem nos números oficiais. Seria o caso de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras informais – presentes tanto em zonas urbanas quanto rurais – serem

invisibilizados por não estarem em conformidade ao que é delimitado e se define como oficial⁴. Existem ainda setores produtivos que não aparecem, como no caso das famílias de agricultores rurais que usam a terra para seu mantimento e comercializam pequenas quantidades de produtos em suas localidades, sem o mínimo auxílio do Estado. Podem ser muitas as variáveis que condicionam os resultados obtidos nas estatísticas oficiais como dados imprecisos em relação a realidade total. Contudo, devemos considerar estes dados para os estudos iniciais, pois ainda assim representam o fragmento de uma totalidade.

A escolha do tema reforça a necessidade de se "utilizar meios para prová-lo ou desenvolvê-lo, de forma a considerar fatores externos ou internos, contribuindo para uma nova abordagem sobre o assunto pesquisado" (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 44). Considerando que a pesquisa exige um percurso metodológico qualitativo, este se fará mediante a utilização do sistema de conceitos e teorias disponíveis na pesquisa bibliográfica como forma de vislumbrar as modificações do objeto pesquisado.

Utilizam-se como instrumento de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas a fim de identificar – a partir da visão dos sujeitos entrevistados – aspectos relacionados à divisão sexual do trabalho e à questão regional. Conforme pensamento de Marconi e Lakatos:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 195).

Foram selecionados os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Cuidador de Idosos (2013) e Auxiliar de Cozinha (2015) do Programa Mulheres Mil, implementados pelo IFMA/*Campus* São Luís Monte Castelo. Foram escolhidos 5 sujeitos de cada curso para a entrevista. A seleção destes cursos se deve ao fato de decorrerem o período considerável de 4 e 2 anos de término respectivamente, conforme quadro abaixo:

⁴ A própria informalidade (mercado informal, trabalho informal) fogem às delimitações legais que se define na esfera de governo, acarretando inferências sobre a análise das economias que não aparecem nas estatísticas dos dados ditos oficiais.

Quadro 1 – Dados referentes aos cursos e sujeitos participantes da pesquisa do Programa Mulheres Mil do IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo

ANO	CURSO	REQUISITOS	Nº DE MATRICULA	Nº DE CERTIFICADAS	Nº DE SUJEITOS SELECIONADOS
2013	Formação Inicial e Continuada em Cuidador de Idosos	Ensino Fundamental Incompleto	37	22	5
2015	Formação Inicial e Continuada em Auxiliar de Cozinha	Ensino Fundamental Incompleto	35	30	5
TOTAL	-	-	-	-	10

Fonte: Sistematização de dados feita pelo autor da pesquisa.

A identificação das alunas escolhidas foi feita através do uso da nomenclatura MMC seguida de números, para os sujeitos dos cursos FIC em Cuidador de Idosos (2013) e MMA seguida de números para os sujeitos do curso FIC em Auxiliar de Cozinha, conforme segue:

Quadro 2 – Nomenclatura dos sujeitos da pesquisa

NOMENCLATURA	CURSO	ANO
MMC1 MMC2 MMC3 MMC4 MMC5	Curso FIC em Cuidador de Idosos	2013
MMA1 MMA2 MMA3 MMA4 MMA5	Curso FIC em Auxiliar de Cozinha	2015

Fonte: Sistematização de dados feita pelo autor da pesquisa.

Esta nomenclatura foi escolhida como forma de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa. Foi disponibilizado para os sujeitos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme identificado no apêndice ao final do trabalho.

Podemos destacar que a análise da Questão Regional e da Divisão Sexual do Trabalho, quando intercaladas em períodos históricos, comportam-se de forma diferentes em cada período analisado. Esta mudança é decorrente da contraposição

quantitativa e qualitativa que surge entre os diferentes períodos históricos, ocorrendo dessa forma um processo dialético, em que haverá sempre uma negação do processo anteriormente analisado. É neste processo de intercalar a relação entre quantidade e qualidade que concebemos a ocorrência de uma relação dialética. Conforme nos aponta Marconi e Lakatos:

Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa - essa negação se refere à transformação das coisas. Dito de outra forma, a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário. Ora, a negação, por sua vez, é negada. Por isso se diz que mudança dialética é a negação da negação (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 102).

Portanto, a dialética se constituirá dentro da pesquisa no momento em que compreendemos a relação de transição e transformação do objeto de estudo. Devido a escolha deste estudo se relacionar com as categorias trabalho, questão regional, divisão sexual do trabalho e gênero, será necessário a pesquisa bibliográfica cujo arcabouço teórico será fundamento estrutural para sua realização. Nesta visão de multiplicidade e diversidade de construção e reconstrução do objeto, optamos por utilizar os conceitos que permeiam a perspectiva *bourdieusiana* como fundamento reflexivo dos processos investigativos das demais fontes bibliográficas, por entendermos que esta perspectiva concebe não poder separar o conhecimento daquele que o conhece.

De acordo com a descrição acima, a análise em que se fundamenta este estudo compreende os conceitos de campo⁵ e *habitus*⁶, pelos quais se definem a ação dos sujeitos intermediada pela relação subjetiva e objetiva a que estão imersos.

É no processo da linguagem como parte de um sistema estruturado que o pesquisador faz seu uso e busca adequar a pesquisa às suas impressões. Bourdieu

⁵ Bourdieu define a noção de campo como “aplicação a universos diferentes do mesmo modo de pensamento” (BOURDIEU, 1969, p. 59). Para o autor, o campo é um micocosmo, parte do macrocosmo, constituído pelo espaço social, também um espaço de luta, pelo qual se movem os agentes de determinadas posições. Para cada campo existe um *habitus* (sistema de disposições incorporadas próprias do campo).

⁶ No entender de Bourdieu, *habitus* “é um conhecimento adquirido, e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista)” (BOURDIEU, 1969, p. 61), ou seja, a disposição incorporada de “um agente em ação”. Bourdieu faz menção ao constituir uso da palavra *habitus* conforme o entendimento de muitos intelectuais que fizeram seu uso, de forma aproximada de entendimento, “que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções do objeto” (BOURDIEU, 1969, p. 62).

(2002) nos revela que,

em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: <<É proibido proibir>> ou <<Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos>> (BOURDIEU, 2002, p. 26).

A necessidade de buscar vários autores para compor a pesquisa bibliográfica nos remete ao problema da visão que tem cada autor com suas especificidades. Para não incorrer em conflitos teóricos e epistemológicos, seria necessário termos a firme convicção de que os sistemas de linguagens e métodos que se utilizam estes autores correspondem a um arcabouço "oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais", conforme dito acima, e, portanto, para que possamos progredir em termos "intelectuais" e de "invenção", será necessário lançar mão desta perspectiva para percorrer novos caminhos, de forma a contribuir para a ampliação e desenvolvimento do tema proposto.

Buscando compreender as relações que se estabelecem entre a Questão Regional e a Divisão Sexual do Trabalho, trataremos de explicar primeiramente as principais teorias que submetem cada uma destas categorias. Portanto, o trabalho está dividido em três capítulos principais, e neles, subcapítulos, os quais faremos uso para consolidar os processos investigativos acerca da vasta complexidade que exige o tema proposto.

No primeiro capítulo, trataremos de analisar a Questão Regional no processo histórico, identificando as centralidades teóricas que explicam as diferenças regionais com o avanço do capitalismo em suas variadas formas na perspectiva de Marx, Mirdal e Perroux. Posterior, iremos debater como a Questão Regional se relaciona em níveis escalares, refletindo sobre qual deles se torna prioritário para a ação política. Compõe o quadro de autores para a análise proposta Marx (1993), Myrdal (1997), Perroux (1967), dentre outros.

No segundo capítulo, iremos apresentar quais foram as consequências históricas que as políticas e os atores de mercado trouxeram à Questão Regional, identificando aspectos responsáveis pela fragmentação nacional. Logo após, trataremos de analisar como o Maranhão se insere na perspectiva da Questão

Regional. Compõe o quadro de autores para a investigação e direcionamento deste segundo capítulo, utilizados como principais referenciais teóricos: Araújo (1997; 2000; 2005), Cano (1985), Maria Tavares (1988), Furtado (2005), Vainer (1999; 2007), Hermes Tavares (1987; 2001), Francisco de Oliveira (1993; 1982), dentre outros.

No terceiro capítulo deste trabalho iremos identificar os conceitos que fundamentam a Divisão Sexual do Trabalho e sua relação com a Questão Regional. Explicaremos inicialmente como se constitui a compreensão da Divisão Sexual do Trabalho pelo movimento feminista, através de uma análise histórica das resistências e conquistas realizadas pela classe feminina, implicando na ampliação de direitos e suas múltiplas relações. Após este percurso, em subcapítulo posterior, analisaremos os conceitos que constituem a Divisão Sexual do Trabalho, identificando como esta categoria se reflete na dinâmica histórica e se modifica no contexto da Questão Regional, onde serão analisados dados estatísticos de gênero entre as regiões Nordeste e Sudeste como forma de destacar a relação antagônica do desenvolvimento desigual a nível nacional, bem como a diferença entre os sexos nas relações de trabalho, instrução e participação econômica. Posteriormente, faremos a análise dos direcionamentos que tomaram as políticas públicas no contexto das diferenças regionais, de forma a identificar como a vulnerabilidade econômica e social afetou a população feminina, correspondendo a um processo de feminização da pobreza, e sua relação com o contexto da sociedade capitalista. Como parte deste subcapítulo, serão identificados os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Programa Mulheres Mil do IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo, no período de 2009 a 2015, sendo analisados os cursos FIC de Cuidador de Idosos (2013) e Auxiliar de Cozinha (2015), como forma de vislumbrar a práxis de uma política pública apresentada diante do quadro da divisão sexual do trabalho no contexto da Questão Regional. Fazem parte do arcabouço teórico desta fase, e para tornar possível a análise da categoria Divisão Sexual do Trabalho, os(as) autores(as) Saffioti (2013), Sorj (2004), Antunes (2011), Holzmann (2011), Kergoat (2007; 2009), Hirata (2007; 2008; 2009), Zaidman (2009), dentre outros.

Acreditamos que, conforme a ordem estabelecida neste trabalho, iniciada com os estudos sobre a Questão Regional, será possível identificar uma relação com a

Divisão Sexual do Trabalho, ao estabelecer relações entre as diferenças regionais e a presente desigualdade de gênero em suas dimensões econômica e social, no respectivo processo histórico. Em outras palavras, a Questão Regional torna possível a visualização espacial da desigualdade de gênero, e, da mesma forma, torna visível a desigualdade sexual no contexto socioespacial. Portanto, a Questão Regional e a Divisão Sexual do Trabalho se apresentam como reflexo de uma posição política e econômica em níveis escalares, ou seja, local, regional, nacional, de forma a corroborar com as mudanças estruturais e conjunturais ocorridas a nível mundial.

CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO REGIONAL: uma revisão teórica

O desequilíbrio regional vem de longo processo histórico, demarcado pela indução do grande capital, engendrado por mecanismos de mercado aliados às estratégias políticas de grupos oligárquicos a nível local, paralelo à conjuntura nacional e internacional. Foi nessa configuração que ocorreram grandes transformações nas relações de trabalho, quando as políticas governamentais nacionais se voltaram aos interesses do capital e consolidaram processos induzidos e direcionados aos investimentos industriais regionais e locais. Esse processo também transformou as relações de trabalho entre os sujeitos, homens e mulheres, impactando a dinâmica da divisão sexual do trabalho.

Este capítulo busca demonstrar como o processo de desequilíbrio regional contribuiu para o aprofundamento das desigualdades regionais, possibilitando compreender como essas desigualdades se relacionaram às transformações da divisão sexual do trabalho, melhor analisada posteriormente.

Neste íterim, analisaremos primeiramente as teorias econômicas que buscaram explicar a Questão Regional e concorreram para a interpretação dos fatos históricos e, conseqüentemente, consolidação dos processos relacionados à Questão Regional. Será também apresentada uma análise sobre os níveis escalares de intervenção política e econômica para compreensão das principais funções que o Estado vem exercendo nesse contexto. Finalmente, iremos realizar um breve percurso histórico sobre a questão regional nacional, fazendo destaque aos processos de crescimento da economia de determinadas regiões e estagnação de outras a partir do final do século XIX até a segunda metade do século XX, tornando possível uma revisão histórica do passado, refletindo assim, nas conseqüências do futuro.

1.1. Embates no campo da teoria econômica no contexto da Questão Regional

Ironicamente, a luta pela conquista de espaço e poder não se dá somente na esfera econômica. A luta pela garantia de dominação perpassa por processos que vão além do econômico. É o caso da cultura. No aspecto cultural existem processos sociais que determinam sua amplitude e aceitação, tentando depositar na hierarquia social⁷ sua validade como sendo universal.

Aqui iremos tratar de investigar as principais correntes de pensamento econômico que dominaram as posições superiores da academia, as quais influenciaram decisões políticas do Estado brasileiro para que este, através de seus governantes, pudesse compreender, ou mesmo, refletir a Questão Regional. Estas posições vão de encontro à teoria econômica dominante, que passou a ser validada por grande parte das produções literárias das ciências econômicas.

Somente a partir da década de 1950 estas teorias chegaram de forma veemente ao Brasil e se tornaram alvos de disputas para a compreensão das distorções apresentadas pelo mercado no contexto das desigualdades regionais e de suas heterogeneidades.

Para se compreender inicialmente a grande importância que as teorias econômicas assumem para entendimento da Questão Regional, devemos destacar que o projeto político emanado daqueles que detiveram o poder de comando na esfera política, buscou amparo nelas, de forma a conduzir suas ações de governo. Há de se compreender que a economia se ampara na concepção da economia de mercado (liberalismo) ou economia planificada (comunismo, socialismo), dessa forma, estamos então diante de duas vertentes principais de pensamento. Na perspectiva da economia de mercado, a liberdade econômica é entendida como pressuposto para a geração de equilíbrio econômico, pois na medida que oferta e demanda oscilam em decorrência do preço, tenderão naturalmente a se ajustarem, de forma a gerar no transcorrer do tempo um equilíbrio econômico. Na economia planificada é o Estado que intervêm na

⁷ Neste trabalho iremos utilizar como processo metodológico para investigação a corrente *bourdeusiana*, a qual determina que existe uma hierarquia socialmente construída e que a partir dela se compõe a luta de classes e frações de classes. O processo de dominação seria, antes, simbólico, ou seja, estaria sendo representado na própria esfera hierárquica atribuída socialmente.

economia, direcionando o quê, quando e quanto produzir, ou seja, oferta e demanda devem ser ajustadas conforme as necessidades sociais, assim determinando o equilíbrio econômico (VASCONCELLOS, 2002).

É nesse contexto que a economia política determinará os rumos dos Estados nacionais, no que corresponde ao plano de investimento, produção e distribuição de recursos, sejam estes materiais e imateriais (como no caso dos direitos socialmente adquiridos). Dessa forma, iremos identificar as teorias econômicas que adentraram no Brasil e disputaram, ou disputam, seus espaços para o complexo entendimento da Questão Regional.

Os neoclássicos⁸ tendem a ver a questão do desenvolvimento econômico como provida de uma força motriz mecânica, importando esse conhecimento das ciências da natureza, ou seja, assim como na física existe a lei de ação e reação, existirá a possibilidade futura para um desenvolvimento econômico equilibrado, decorrente da ação e reação entre produtores e consumidores. Essa interpretação irá conduzir o raciocínio dos neoclássicos que sempre buscaram explicações para os fenômenos sociais através da aplicação das leis da física. A oferta e a demanda seriam processadas como funções as quais poderiam aumentar ou diminuir de acordo com a situação atual de determinada sociedade. O processo de equilíbrio seria então ocasionado quando a demanda e a oferta se ajustassem naturalmente, conforme a dinâmica de produção e consumo. O desenvolvimento, portanto, seguiria rumo a um equilíbrio.

A controvérsia teórica entre os neoclássicos e seu desenvolvimento equilibrado inicia com as teorias econômicas de Gunnar Myrdal (1898-1987) e François Perroux (1903-1987), que se apresentam perante tais teorias de forma bastante antagônica. Estes dois economistas irão impactar as ciências econômicas, bem como as sociais, de forma a conseguirem disputar espaço e poder com as teorias neoclássicas. Irão, ainda, causar grande comoção política no âmbito das interpretações e análises sobre a questão regional de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e

⁸ Os autores neoclássicos também chamados de marginalistas ou minimalistas, são identificados a partir de uma concepção de microeconomia em que levam em consideração a oscilação dos preços como forma de analisar fatores subjetivos e de concorrência. Os principais foram: Hermann Heinrich Gossen (Alemanha, 1810-1858), Carl Menger (Áustria, 1840-1921), Léon Walras (Suíça, 1834-1910), Stanley Jevons (Inglaterra, 1835-1882) e Alfred Marshall (Inglaterra, 1842-1924) (PRADO, 2001).

suas relações. O foco de suas análises está embasado na economia de países capitalistas, a qual evidencia um desenvolvimento econômico desigual. Estes autores mudaram os rumos da investigação sociológica e econômica de países da Europa e das Américas.

Importante ressaltar que o método e a doutrina de Karl Marx (1818-1883) no contexto da academia, bem como suas implicações no âmbito político, não perdem efeito e expansão no Brasil, mesmo depois das teorias de Myrdal e Perroux influenciarem as políticas econômicas de governos voltados à Questão Regional. Isso se deve ao fato de que Marx consegue, antes de tudo, antecipar as consequências nefastas que o capitalismo toma em proporção nas relações das diferenças regionais, indo para além da análise sobre seus efeitos. Marx traz grande contribuição às ciências econômicas, indo para além da esfera objetiva, pois consegue demonstrar que a própria história do capitalismo provocará, com o tempo, um efeito de desigualdade multidimensional, colocando em risco o próprio homem na relação ontológica com a natureza, em que o trabalho sofrerá transformações decorrentes de sua divisão social e, cada vez mais, de sua artificialização, o que corresponde a mais-valia⁹ em seus variados processos de acumulação.

Dito isto, os referenciais teóricos de Myrdal, Perroux e Marx irão se contrapor à *mainstream*¹⁰ dos neoclássicos (TAVARES, 1987), utilizados para a compreensão das desigualdades regionais como forma dos governos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos compreenderem seus dilemas e problemas multidimensionais, na busca de propor soluções “efetivas”. No caso do Brasil, os autores citados acima farão parte do arcabouço teórico que será utilizado, como expressão institucional, para busca do entendimento sobre a questão regional a partir da segunda metade do século XX, e serão amplamente utilizados para orientar as ações planejadas de governos com foco na integração e no desenvolvimento regional.

⁹ Para Marx, a mais-valia se configura em duas formas, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A mais-valia absoluta é resultado do “prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente pelo valor de sua força de trabalho, e a apropriação desse mais-trabalho pelo capital” (MARX, 1996, p. 138). A mais-valia relativa “consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo” (MARX, 1996, p. 42). Esta última fase ocorre por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas.

¹⁰ Corrente de pensamento dominante nas ciências econômica. Pode ser identificada pelos termos economia ortodoxa ou neoclássica.

Nascido na Suécia no século XIX, Gunnar Myrdal desenvolveu grande interesse em estudar a questão regional de países subdesenvolvidos:

Depois da crise econômica de 1929 e especialmente ao término da II Guerra Mundial, seu interesse voltou-se crescentemente para os problemas econômicos dos países subdesenvolvidos, ou para os problemas do atraso e da pobreza existentes no interior dos países desenvolvidos. O desdobramento desta nova linha de atuação levou Myrdal à política: elegeu-se deputado em 1935, e entre 1945 e 1947 foi ministro do Comércio da Suécia. Participou também de organismos multilaterais, tendo sido assessor econômico da ONU para a Europa entre 1947 e 1957 (SANDRONI, 1997, p. 5).

Apesar de Myrdal ter uma trajetória política, o seu trabalho se manifestou profundamente teórico. Dessa forma, o seu itinerário formativo configura, como ele próprio declara, em uma preocupação eminentemente teórica a respeito de questões econômicas e sociais. Contudo, as contribuições de Myrdal demarcam uma importante fase para o descobrimento de novos caminhos à ciência econômica. Não foi um revolucionário no campo ideopolítico devido seu percurso teórico estar mais próximo de autores liberais, dos mais antigos, os quais corresponderam aos anseios da construção do método e interpretação de sua teoria. Como ele mesmo relata:

Por trás de minha desistência de escrever um estudo crítico sobre Marx estava também o fato de eu jamais ter sido marxista, embora, naturalmente, tivesse aprendido com Marx tanto quanto com outros grandes autores. Todas as minhas raízes, porém, encontravam-se na filosofia do iluminismo, e os autores socialistas franceses e ingleses mais antigos haviam exercido uma influência bem mais vigorosa sobre mim. Diferentes de Marx, os socialistas “utópicos” eram planejadores. O marxismo não era para mim uma forma de pensamento com que eu me tivesse identificado a ponto de gerar uma necessidade de “livrar-me dela”. Tal necessidade eu efetivamente sentia em relação à teoria econômica clássica e neoclássica que se havia ramificado a partir da filosofia do iluminismo da maneira como é analisada neste livro. Trabalhar sobre ela, portanto, transformou-se em catarse, em luta pela emancipação em relação a tudo o que eu já havia assimilado quando colegial precoce. Essa catarse relacionava-se com o conceito de realidade econômica e o método de analisá-la. Talvez eu devesse acrescentar que ela não destruía minha ligação pessoal aos ideais e valores básicos da filosofia do iluminismo — paz, liberdade, igualdade e fraternidade (MYRDAL, 1997, p. 20).

Ratificando as considerações expostas acima, os motivos que o levaram àquela decisão foram fortemente influenciados pelo período em que Myrdal se preocupou com a questão social decorrente da crise de 1929 e do final da II Guerra

Mundial, ampliando seus estudos em relação à pobreza existente em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Contudo, há de se saber que, apesar de sua concepção, Myrdal não foi alheio à compreensão do marxismo, tão pouco o recusou, mas pelas suas limitações de tempo, refletiu em gastá-lo de forma mais imediata na compreensão das determinações do capitalismo pelo seu arcabouço teórico já constituído. O autor procurou demonstrar o desenvolvimento econômico de forma antagônica à *mainstream*, consolidando um pensamento inovador e crítico do liberalismo. Buscou pensar uma forma de contrapor aos interesses do capital hegemônico privado pela estrutura planejada de regiões, as quais teriam por lastro a ação estatal.

No campo econômico suas principais obras foram *Politics Aspects of Economic Theory* (1930) (Aspectos Políticos da Teoria Econômica); *Monetary Equilibrium* (1939) (Equilíbrio Monetário); *Economic Theory of Underdeveloped Countries* (1957) (Teoria Econômica dos Países Subdesenvolvidos); no campo sociológico sua contribuição está em *An American Dilemma: the negro problem and modern democracy* (1944) (Um Dilema Americano: o problema do negro e a democracia moderna).

Myrdal consagra um novo direcionamento para a compreensão das questões sociais e econômicas em países subdesenvolvidos, interpretando estas como questões multidimensionais, ou seja, entende que não somente se deve imperar o fato econômico como único modo de compreensão da realidade; deve-se, contudo, analisar questões para além do econômico, tais como saúde, renda, educação, moradia, dentre outros, os quais levem à compreensão da realidade de um estado ou fenômeno social. Isto tornará possível o direcionamento de ações corretivas e reguladoras para solucionar distorções econômicas. Em outras palavras, deve-se ampliar o campo de visão sobre as questões sociais, culturais, diplomáticas, econômicas, para se chegar a determinada compreensão da realidade, a qual influenciará a tomada de decisão pelos atores sociais.

Para Myrdal, o mercado tende a alocar forças em contraposição ao equilíbrio, ou seja, sua ingerência tenderá a aumentar os desequilíbrios regionais. O mercado formará centros de desenvolvimento em detrimento de outras regiões, as quais trarão o

reflexo da desigualdade. Myrdal sustenta que somente poderá haver um desenvolvimento fora da lógica do mercado e, para isso, terá que ter a participação política do Estado, pois somente este detém força suficiente para esta finalidade.

Para Gunnar Myrdal, o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais. Isso ocorre porque os fatos sociais tendem a seguir o processo de “causação circular”, segundo o qual uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, sustenta e conduz o sistema com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Ou seja, não há uma tendência à redução das desigualdades regionais, como postula a economia tradicional (TAVARES, 1987, p. 26).

Seguindo o pensamento acima, o efeito de “causação circular”¹¹ foi um conceito criado por Myrdal que torna possível a compreensão de sua teoria de desenvolvimento desequilibrado, ou seja, é o processo pelo qual uma ação estruturada entre o público e o privado poderá promover avanços contínuos ou recuos contínuos no processo de desenvolvimento econômico regional. A causação circular (cumulativa) leva à geração de círculos viciosos. Em outras palavras, ela seria a consequência de tomadas de decisões dos atores sociais – e cabe ressaltar a participação massiva do Estado – as quais poderão promover ascensão ou declínio do desenvolvimento econômico entre regiões. É nesse sentido que o desenvolvimento, para Myrdal, somente pode ser desenvolvimento desequilibrado, pois a expansão dos mercados em certos centros espaciais levará a ocorrência de instabilidade econômica e social decorrente de suas relações. A causação circular se desdobra em dois efeitos: *Backwash Effects* (Efeitos Regressivos) e *Spread Effects* (Efeitos Propulsores). Os primeiros efeitos acabam sempre por se hegemonizar na área dominada, enquanto os segundos drenam os recursos desta mesma área. De acordo com este pensador, “as forças de mercado fazem com que os efeitos regressivos sejam mais fortes que os propulsores” (TAVARES, 1987, p. 25). Desta feita, um equilíbrio será possível somente se ocorrer a partir de mudanças exógenas (fora da lógica de mercado). Para que ocorram essas mudanças, é necessário a ação política planejada, pelo Estado, pois,

¹¹ *Circular cumulative causation* (causação circular cumulativa) é o processo pelo qual uma determinada ação em um campo específico, seja ele social, econômico ou político, concorre para o desenvolvimento contínuo decorrente das relações multidimensionais, gerando assim um processo de multi-causalidades. Esse movimento pode ser continuamente benéfico ou maléfico. Por exemplo, uma ação na esfera política pode aumentar ou diminuir o desemprego em determinada região, e suas consequências poderão afetar a saúde, orçamento público, segurança, educação, dentre tantas outras categorias. As consequências seriam a geração de um círculo vicioso, atrelado ao processo de causação circular cumulativa.

somente este reúne condições suficientes para esta finalidade. É neste aspecto que a teoria de Myrdal ganha fôlego no Brasil a partir dos anos de 1950, quando será apontada para resolução da Questão Regional e integração das regiões mais retardatárias no contexto nacional.

As ideias de Myrdal, surgidas em meados dos anos 50, tiveram grande influência nos países subdesenvolvidos. Serviram, por exemplo, juntamente com o pensamento da CEPAL, como o principal suporte teórico para o relatório do GTDN, elaborado por Celso Furtado em 1958, dando início à política de planejamento regional do Nordeste (TAVARES, 1987, p. 25).

Dessa forma, a participação do Estado brasileiro, na tentativa de solucionar o problema do isolamento do Nordeste em relação a outras regiões, passou a compor uma agenda de planejamento fundamentada teoricamente na perspectiva de Myrdal. Essa compreensão nos impulsiona a tentarmos ver os resultados de sua aplicação teórica para solucionar os problemas da Questão Regional na prática. Os alvos da teoria *myrdaliana* foram países subdesenvolvidos, pois eles continham sua principal estrutura de análise econômica, consolidada pelo atraso econômico em relação aos países desenvolvidos, deflagrado por um sistema vicioso de pobreza em seus territórios.

De fato, ao estudar a economia dos países subdesenvolvidos, Myrdal percebeu a existência de um círculo vicioso do atraso e da pobreza, que poderia ser rompido pela aplicação planejada de reformas econômicas. Este movimento, no entanto, poderia ser também virtuoso: nada impedia que uma melhora econômica ou social condicionasse outra, e assim sucessivamente (SANDRONI, 1997, p. 6).

Importante saber que o círculo vicioso *myrdaliano* se refere a um complexo processo de desenvolvimento contínuo. Neste sentido, alguns estudos demonstram erroneamente que essa teoria se coloca na contramão da defesa do desenvolvimento social e econômico dos países subdesenvolvidos, deixando-os na condição histórica de exploração por terem sido colônias. Esta interpretação é errônea, pois, na verdade, a teoria em destaque condiciona o entendimento de que, apesar de terem sido colônia, os processos operativos governamentais de planejamento podem transformar a realidade de uma determinada região, passando de um aspecto de círculo vicioso para um círculo virtuoso. Isto compreenderia um processo de melhoria das condições sociais e econômicas. Foi nessa perspectiva que no Brasil de 1960, no governo de Kubitschek

(1956-1961), a Questão Regional ganhou destaque, e refletiu, amplamente, a tendência teórica de Celso Furtado pelo pensamento de Myrdal.

Fançois Perroux apresenta uma proposta muito similar a de Myrdal, pois trata a questão do desenvolvimento regional a partir da implementação dos polos de desenvolvimento. Contudo, as consequências desta teoria são bem mais agravantes do ponto de vista ideológico, pois, nela se encontra “a defesa dos monopólios e a necessidade de os países atrasados manterem-se fiéis aos centros hegemônicos mundiais, no máximo procurando tirar algum proveito da dominação que lhes é imposta” (TAVARES, 1987, p. 26). Neste aspecto, sua teoria consolida-se de forma claramente ideológica e apresenta no próprio discurso uma frente antimarxista:

A dialética marxista, que evidencia o conflito das forças e das formas institucionais, açambarca uma parte de atenção que nós deveríamos dedicar a uma outra dialética ativa no mundo moderno e que se define pelo conflito dos espaços de crescimento engendrados pelos polos de crescimento e dos espaços territoriais politicamente organizados (PERROUX *apud* TAVARES, 1987, p. 27).

Nesta perspectiva, somente poderá haver o desenvolvimento de regiões quando houver um grande reflexo das economias de aglomeração por complexos industriais, o que provocará a soma das forças de mercado para geração de uma identidade geográfica, e como consequência se transformará em um polo de crescimento. Portanto, para esta teoria, o polo de crescimento representa o primeiro estágio de um progresso, e é condicionante necessário ao desenvolvimento econômico regional. Perroux sustenta ainda que o polo de crescimento pode se tornar um polo de desenvolvimento quando houver um complexo industrial sustentado por uma empresa motriz, que trará condições de outras empresas se desenvolverem ao seu redor, o qual provocará transformações estruturais que terão impactos sobre a questão do emprego e da renda.

De acordo com Perroux, o desenvolvimento econômico está associado à renovação cultural das sociedades e à inovação dos seus processos produtivos. Estes dois processos operativos se tornam mais evidentes em sociedades desenvolvidas, e, dessa forma condiciona o progresso. Conforme relata:

A renovação das sociedades e das totalidades culturais sustenta, a longo prazo o desenvolocasionarvimento econômico, isto é, mantém a mudança das

estruturas mentais e dos hábitos sociais e as transformações institucionais que permitem o crescimento do produto real global e que traduzem avanços particulares em um progresso da totalidade do social. A distinção - sempre e em todos os sentidos vital - entre crescimento e desenvolvimento impõe-se urgentemente em virtude dos conjuntos subdesenvolvidos e das culturas arcaicas (PERROUX, 1967, p. 17).

O que seria a distinção (a diferença, ou mesmo o diferente) para Perroux, portanto, apresenta-se como o futuro que se chega ao presente em forma de progresso, e dessa forma os países desenvolvidos estão à frente dos subdesenvolvidos, os quais podem ser representados como conjuntos subdesenvolvidos de culturas arcaicas. O autor apresenta uma forma peculiar e antagônica de analisar teoricamente o desenvolvimento econômico¹², sustentando que:

[...] os poderes relativos entre os grupos sociais alteram-se no próprio processo de crescimento e de realização dos progressos; de outra parte, as sociedades humanas revelam-se capazes de reflexão sobre sua conduta econômica e sobre o rendimento de suas instituições. Nas economias subdesenvolvidas, o controle das relações sociais e a forma das instituições, são dinamismos econômicos cuja decisiva importância não pode escapar mesmo ao economista mais abstraído na rotina de trabalho (PERROUX, 1967, p. 18).

Corroborando com o pensamento acima, o progresso para as sociedades subdesenvolvidas depende da alteração que seus grupos sociais sofrem e no momento em que consideram avaliar o rendimento de suas instituições e sua conduta econômica. Neste sentido, as alterações são frutos da mudança cultural marcada por conflitos sociais. Para o autor, as contradições sociais nos países desenvolvidos e nas culturas modernas são operantes. Isso quer dizer que os empreendimentos individuais e coletivos não são espontaneamente concorrentes ou compatíveis entre si, mas a incompatibilidade se dá através de uma mesma referência econômica ou fica reduzida às leis de mercado. Nos países subdesenvolvidos, os projetos individuais e coletivos apresentam um clima de conflitos sociais que se entrelaçam no espaço e no tempo. Os conflitos sociais são:

¹² Perroux critica os modelos econômicos que explicam o desenvolvimento como “quase-mecanismos” do modelo tipo H.D.H, como o autor se refere: “o crescimento explicado por quase-mecanismos e elaborado como um crescimento em equilíbrio nos modelos R. F. Harold, E. Domar, J. R. Hicks (modelos H.D.H.) é definido como crescimento do produto (renda global)”, pois estes modelos não são capazes de realizar a análise de forma objetiva por não considerarem a mudanças das instituições, de forma a excluírem “[...] a análise de propagação da inovação, do investimento ou da renda adicional de um a outro setor da economia e de uma a outra região” (PERROUX, 1967, p. 18).

- a) pré-industriais (entre etnias, entre ricos e pobres de economias tradicionais);
- b) industriais (entre assalariados e empregados estrangeiros da indústria importada);
- c) de ordem política (descolonização, conflitos políticos decorrentes de tradições e entre nações emergentes) (PERROUX, 1967, p. 19).

Dessa forma, Perroux compreende que existe uma relação de conflitos sociais coexistindo em planos distintos e que uma dada explicação econômica seria incapaz de dar sentido, não sendo suficiente para compreendê-los ou solucioná-los. O autor adverte ainda que para os conflitos sociais étnicos não é proeminente a luta pelo ganho econômico, mas sobretudo a luta pela maior participação na soberania, o que se torna mais profundo do que os conflitos de interesses (PERROUX, 1967).

Uma das principais diferenças entre as sociedades desenvolvidas das subdesenvolvidas está no processo de desenvolvimento econômico, pelo que o segundo tipo dinamiza-se através dos conflitos sociais e gradativamente passa à tomada de consciência da realidade do mercado, enquanto que, para as sociedades desenvolvidas, o mercado fica mais evidente aos conflitos de interesses.

Nas próprias sociedades ocidentais, as lutas sociais por prestígio e pela participação na soberania parecem ser mais profundas que os conflitos de interesse; as lutas sociais, aí, só serão ultrapassadas se um plano coletivo emergir e receber a adesão dos participantes no conflito. Nos conjuntos econômica e socialmente desarticulados, a solução, muito diferente e muito difícil, é, todavia, da mesma natureza: trata-se de um plano coletivo, de uma obra a se empreender em comum, que confere certa ordem à heterogeneidade dos conflitos sociais e permite o domínio parcial destes. Que se propõe a estes conjuntos desarticulados não é então, unicamente, a elevação do nível de vida e o enriquecimento, mas a vantagem e a superioridade coletiva de uma nação em constituição, isto é, de uma “quase-nação”. Esta vantagem coletiva tem componentes culturais e materiais, os primeiros determinando os segundos. O plano coletivo da nação em constituição conduz a um empreendimento para o qual a expansão da liberdade, da dignidade e da autodeterminação efetiva sejam inseparáveis do incremento do consumo e da melhoria das condições materiais de vida (PERROUX, 1967, p. 19).

De acordo com a citação acima, existe uma relação entre os componentes culturais que a coletividade possui, os quais determinarão os componentes materiais. Na medida em que a luta coletiva conquista e expande sua liberdade e dignidade, se tornam inseparáveis do incremento do consumo e da melhoria das condições materiais de vida. Assim, os conflitos sociais ganham sentido social. É dessa forma que, gradativamente a “quase-nação” caminha para uma tomada de consciência do mercado e dos conflitos de ordem econômica, os quais se tornarão proeminentemente em

conflitos de interesse.

Novamente Perroux conduz seu raciocínio ao desenvolvimento de uma ordem econômica estabelecida pela hegemonia, ou seja, é sempre a nação imbuída da cultura moderna, que está em condições de domínio sobre a inovação e a invenção, e de proporcionar o domínio sobre a “quase-nação”, que culturalmente adquire novos hábitos de consumo, e passa ou a se ajustar inconscientemente ao processo de colonização, ou a reivindicar, sempre por uma organização coletiva através da luta, declarando seus interesses e prerrogativas para com o colonizador. Conforme segue:

À sentimental hostilidade contra o colonizador de outrora ou contra o neocolonizador sucedeu apreciação menos irracional das injustiças praticadas e dos serviços prestados por ambos. À sujeição inconsciente ou à hostilidade emocional dos homens do pequeno país, em face da grande empresa, sucederam adesões e argumentações racionais, que obrigam à grande empresa a se voltar para o povo e para o território onde ela está implantada. Não é o recurso às realidades abstratas da economia de mercado e ao “fetichismo do dinheiro” (Mamadou Dia) que favorece o progresso, quando êste se produz; é a reestruturação social de uma totalidade humana que dá sentido à cooperação e aos conflitos econômicos (PERROUX, 1967, p. 20).

Para Perroux, o reconhecimento de uma nação se faz quando, no aspecto individual e coletivo, há uma cultura que se autodetermina dentro dos conflitos de interesse. O desenvolvimento econômico da nação, deve, portanto, estar relacionada ao investimento de ambos os lados, ou seja, da grande empresa em parceria com o Estado. Esta relação se torna essencial para minimizar os efeitos predatórios de regiões periféricas, as quais se formam em torno da grande empresa. Assim, o Estado tem a função de intermediar as relações de desequilíbrio para que esta situação possa coexistir, sem, no entanto, degradar-se em efeitos negativos. O Estado, portanto, deve ter amplo grau de planejamento. Neste sentido, ele defende “a ideia de Estado-nação como meio para alcançar a autonomia ou reduzir a dependência econômica da periferia” (TAVARES, 1987, p. 26). Dessa forma, a teoria de Perroux contribui para o entendimento da Questão Regional, pois o desenvolvimento desigual é inerente ao progresso econômico. Passemos à análise sobre as contribuições da teoria marxista.

Como sabemos, Karl Marx não deixou em nenhuma de suas obras a expressão “Questão Regional” como categoria a ser analisada. Porém, “sua análise converge aos fatos econômicos e sociais surgidos com o capitalismo, numa dimensão

histórica” (TAVARES, 1987, p. 28). Após os sentidos da expansão do capitalismo serem observados à luz da teoria marxista, temos sua retomada por grande parte de estudiosos e por revolucionários políticos de vários países – como no caso da ex-União Soviética, Alemanha e China, e grande parte de países latinos – os quais se apropriaram de sua teoria para compreender o processo histórico de dominação em que viviam, dessa forma, tornando possível o esclarecimento de determinados grupos ou massas para compor uma oposição ao regime hegemônico vigente.

É na relação histórica entre regiões de colônia e províncias e seus monopólios, formando o desenvolvimento intenso de determinadas áreas em detrimento do atraso de outras, a qual corresponde ao processo de exploração orquestrado pelo capitalismo, e, dessa forma, o método marxista é apreendido à Questão Regional.

Para entendermos Marx como um opositor da *mainstream*, torna-se necessário revisitar alguns pontos cruciais de sua teoria. Faremos uma breve análise incluindo as mudanças ocorridas no processo de amadurecimento de seu pensamento. Como a posição marxista coloca sua centralidade no desenvolvimento do capitalismo da sociedade burguesa, e, dado a sua grande contribuição para o entendimento deste processo, se faz necessário adentrarmos a questão de “como” Marx contribui para a Questão Regional.

Neste aspecto, necessitamos esclarecer que enquanto Myrdal e Perroux viam no estruturalismo histórico os rumos de sua teoria, Marx enxerga para além da estrutura, trabalhando conceitos para além das questões econômicas, de profundidade filosófica, que se atrelam ao processo de desvendamento do mundo. É o caso das definições de “objeto real” e “determinado”, “totalidade”, “complexidade” e “contradição”. Devido à dificuldade de reduzir o entendimento de Marx para uso de sua teoria na Questão Regional, decidimos por direcionar algumas linhas para esta exposição.

Podemos iniciar nos referindo à importância que a teoria de Marx assume perante outras teorias. Conforme José Paulo Netto revela:

Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas” ninguém teve seus direitos civis limitados por ser durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados, e até mesmo assassinados por serem marxista (NETTO, 2011, p. 11).

Ratificando o pensamento acima, o autor refere-se ao problema que a teoria marxista enfrenta ao associar-se à luta de classes. Este autor esclarece que, apesar de grande parte de sociólogos e pesquisadores adotarem preferências pelas teorias durkheimiana (positivista), weberiana (neokantiana) e a marxista (materialismo histórico dialético), existem diferenças entre elas que interferem na ordem social, ou seja, nenhuma das duas primeiras teve tanta repercussão no mundo social como a marxista, entendida como referência ideopolítica.

Desde seu aparecimento, a teoria marxista desencadeou muitos conflitos interpretativos equivocados. Essas interpretações aparecem por várias vezes na história do marxismo, tendo como fruto dessas deformações as influências positivistas da Segunda Internacional, no período de 1889 a 1914, e na Terceira Internacional com o neopositivismo, no período de 1919 a 1943, culminando na ideologia stalinista. Tudo isso gerou o reducionismo da aplicação do método da teoria de Marx a uma espécie de saber total, ou seja, a conjunção de duas teorias: teoria geral do ser (materialismo dialético) e a especificação do ser em face da sociedade (materialismo histórico). Isso geraria o Saber Total ou a Totalidade do objeto pesquisado. Conforme José Paulo Netto informa, Sartre já denunciava este modo simplista de interpretação em 1960, porém, muito antes, Engels já “protestava contra procedimentos deste gênero” (NETTO, 2011, p. 13).

Outros maiores erros foram daqueles que defendiam a tese da teleologia evolucionista, achando que num dado momento de tendências a uma dinâmica qualquer em evidência (econômica, tecnológica, etc.), haveria o rompimento do modelo de sociedade atual para a transposição da sociedade finalisticamente socialista.

A consolidação da trajetória teórica de Marx ocorreu pelas leituras e publicações em períodos intercalados. Em 1843 se confrontou polemicamente com a teoria de Hegel, influenciado pela teoria materialista de Feuerbach. Produziu “Para a Questão Judaica” (1843), “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (1843-1844), “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (1844), e foi neste momento que iniciou “O Capital” (1867). Conforme José Paulo Netto (2011), o mais importante nessa etapa da obra seria compreender que Marx passou da crítica filosófica para a crítica da economia política. Isso se tornou determinante na sua produção. A superação do problema do

conhecimento em Marx se deu de forma gradativa e ascendente, pois antes procurava enveredar pelos caminhos da epistemologia, à procura da possibilidade do conhecimento. Assim, após a descoberta e migração para o materialismo histórico dialético, Marx acaba por resolver a questão do conhecimento, ou seja, não se tratava mais de saber se o conhecimento era possível, ou ainda, sobre “como conhecer”, mas “como conhecer um objeto real e determinado”¹³.

Netto (2011) explica que Marx não deixou um estudo sobre a “Lógica” em sentido amplo, dando entender uma lógica que se enquadre a qualquer processo, mas deixou a lógica para se compreender o capitalismo da sociedade burguesa, o qual se tornou objeto concreto e real de sua pesquisa em “O Capital”. Compreender o método em Marx significa compreender que o objeto é real e determinado, que este se move através de uma experiência dialética, em que o pensamento do objeto é a representação dele próprio¹⁴.

Outra grande questão identificada na teoria de Marx é a artificialização que a categoria Trabalho sofre com o desenvolvimento do capitalismo. Como o *trabalho* constitui uma atividade vital e é manifestação da própria vida, no capitalismo, ele se torna uma mercadoria que o trabalhador tem de vender para viver. O trabalho, portanto, se torna um “meio” para se estar e continuar vivo. Dessa forma, o preço dos salários passa a ficar atrelado ao custo da produção, reduzindo-os ao valor necessário para manter o trabalhador vivo. Isso referencia a relativização do “valor de uso” e do “valor de troca” que o trabalho assume na teoria marxista.

¹³ Dessa forma, Marx não apresenta um problema epistêmico, mas um problema ontológico. Isso clarifica totalmente as bases da concepção do método em Marx, pois tem suas raízes firmadas na ontologia devido a superação da questão epistêmica. O objeto é real, concreto. Não há como negar a objetividade da realidade. Para Marx, devemos nos propor a conhecer o *objeto real*. Devemos, portanto, tomar o objeto real da pesquisa como um ser real (sentido ontológico), para tão somente conseguir abstrairmos dele as respostas que necessitamos. Para melhor entendimento, passemos a observar que o objeto real e determinado representa uma totalidade complexa mínima ou máxima. Não existe totalidade simples, o que as distingue é seu grau de complexidade. Há sempre totalidades mais determinantes que outras. Por exemplo: a produção determina o consumo, mas é a distribuição que determina a produção. Outra realidade teórica é que as totalidades são dinâmicas e transitórias, isso porque também são contraditórias, e é isto que dá o tom do processo em movimento (e evita que sejam inertes). Por último, existe uma mediação interna e externa a toda totalidade de maior ou menor grau de complexidade. Esse sistema de mediações é que concilia a existência de várias totalidades complexas (NETTO, 2011).

¹⁴ O objeto deve ser colocado em abstração para que todas as informações possíveis possam serem extraídas. Ao chegar ao ápice deste entendimento, deve-se, pois, refletir com profundidade o caminho inverso, de forma a encontrar com objetividade e clareza os fundamentos mais simples que explicam a existência do objeto. É sempre o complexo que explica o simples e não o inverso. De outra forma, é nossa sociedade presente (que é mais complexa) que explica a sociedade passada (NETTO, 2011).

Marx foi muito além do que seus estudos propuseram, pois, o fato é que sua teoria social permanece em construção (NETTO, 2011).

Após esta breve explanação, passemos a analisar suas contribuições à Questão Regional. Chama-nos a atenção o que Lefebvre, explicando o processo de desigualdade encontrado na França e Itália, descreve:

As desigualdades se aprofundam entre setores. Notadamente, entre setores geográficos no interior de um mesmo país. Que a parte Sul da França permanece consideravelmente, e cada vez mais, em atraso em relação ao Norte, é um fato hoje conhecido e reconhecido. O Norte e o Nordeste do país contêm a indústria pesada; a parte Sul permanece uma região agrícola, de agricultura desigualmente desenvolvida, incluindo setores arcaicos. A Itália apresenta uma situação análoga, se bem que as razões históricas sejam muito diferentes. É um caso de desenvolvimento desigual em um caso de país capitalista desenvolvido fácil de observar (LEFEBVRE *apud* TAVARES, 1987, p. 31).

Encontrado o problema da diferença entre regiões, a crítica ao processo de desigualdade em países capitalistas se determina pela própria consequência que o capitalismo traz, ou seja, as regiões que se autodeterminam industriais acabam por serem identificadas como centros de desenvolvimento, enquanto outras que não tem a mesma estrutura industrial, que por vezes estão atreladas aos processos de trabalhos considerados arcaicos, acabam sendo identificadas como regiões de atraso. Da mesma forma podemos destacar o entendimento de Trotski, conforme segue a explicação dada por Tavares:

Para ele, o capitalismo tende a invadir o mundo inteiro, mas de forma anárquica minando seu próprio trabalho, opondo um país ao outro, desenvolvendo certas partes da economia mundial, freando e retardando outras. O desenvolvimento capitalista é desigual e combinado. Combinado no sentido de que acaba existindo uma convergência de interesses entre países capitalistas avançados, detentores do conhecimento técnico e científico, e os países capitalistas atrasados (TAVARES, 1987, p. 31).

Trotski vê que existe um processo de desequilíbrio entre o poder das nações, não somente econômico, mas também sobre a ciência. Ele entende que se existem países avançados é porque existem atrasados. Indo mais além, entende que há uma necessidade de os países atrasados juntarem-se aos países avançados, e há grande pressão dos países avançados sobre os atrasados, gerando assim uma ação recíproca entre eles. É neste contexto que Trotski apresenta o uso da teoria marxista para

entender o processo de desenvolvimento do capitalismo na relação política e econômica e, como síntese, acaba por nos trazer o entendimento de que o capitalismo engendra o desenvolvimento desigual e combinado¹⁵.

Por outra perspectiva, Gramsci, em seu estudo sobre *A Questão Meridional* (1926)¹⁶, aplicando o método marxista, desvenda as raízes da desigualdade regional encontrada nos países de capitalismo atrasado, em que identifica a dicotomia campo/cidade. Expressando esta relação na sua obra, escreveu:

Nos países ainda atrasados do ponto de vista capitalista, como a Rússia, a Itália, a França e a Espanha, existe uma nítida separação entre a cidade e o campo, entre os operários e os camponeses. Na agricultura sobreviveram forma nitidamente feudais, bem como uma psicologia correspondente. A ideia do Estado moderno liberal-capitalista ainda é ignorada; as instituições econômicas e políticas não são concebidas como categorias históricas, que tiveram um início, sofreram um processo de desenvolvimento e podem se dissolver, depois de terem criado as condições para formas superiores de convivência social; são concebidas ao contrário, como categorias naturais, perpétuas imutáveis (GRAMSCI, 1987, p. 69).

Sobre a questão da diferenciação das regiões, Gramsci direcionou seus pensamentos sobre a Itália, decorrentes da relação entre as regiões do Norte industrial e desenvolvido e o Sul, agrário e atrasado. É a partir da unificação do país que o Estado consolida os interesses do Norte industrial em manter o Sul agrário, compondo uma espécie de bloco industrial-agrário. Enquanto se faziam alianças entre os industriais do Norte com os proprietários de terras do Sul para mantimento de ganhos rentáveis, o Estado não investia em infraestrutura no Sul e ainda obrigava os camponeses da região a pagarem impostos elevados. Esta situação consolidou o *status quo* das regiões, permanecendo cada uma como função de um sistema predatório e desigual. Existia, contudo, a intenção do próprio Estado em transformar as regiões em blocos antagônicos, ou seja, para o Norte estava direcionada a intenção de torná-la o bloco urbano, em que se concentraria a relação entre industriais e proletários; para o Sul restaria tornar-se o bloco agrário que teria papel fundamental para o abastecimento e desenvolvimento do Norte, e sua relação seria internamente segregada entre

¹⁵ Este termo foi desenvolvido e amplamente utilizado por Leon Trotski para explicar os reflexos da dependência dos países menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos.

¹⁶ Gramsci escreveu “A questão Meridional” em 1926, “pouco antes de sua prisão, e foi publicado somente em 1930, no *Lo Stato Operario*” (SOUZA, 2014). Isto reflete a importância de sua obra, pois se reveste de um amadurecimento intelectual escrito antes e durante sua prisão. Sobre isto consultar Giuseppe Fiori (1979).

camponeses e donos de terras. Foi o que imperou em sua teoria, a questão meridional era, antes de tudo, uma questão de região de classe, para tão somente se conflagrar em luta de classe. Neste sentido, o Sul meridional era duplamente escamoteado do processo de desenvolvimento, sendo o primeiro marco decorrente do atraso econômico de sua região, situação interpretada de forma pejorativa pelo Norte; a segunda, pela psicologia correspondente ao atraso. Sobre este último, a interpretação dada pela classe operária do Norte era que o camponês estava ainda sob o domínio dos seus “senhores”, e era visto como um incapaz, atrelado ao seu feudo. É neste contexto que Gramsci irá desvendar o papel do Estado na composição da ideologia burguesa, pois, “a burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônias de exploração” (GRAMSCI, 1987, p. 77).

A política de dominação interna apoia-se, por outro lado, na ideologia burguesa – disseminada amplamente entre as massas – de que o atraso do Sul, devia-se, em grande parte, ao temperamento dos meridionais, tidos como preguiçosos, incapazes e, até mesmo, bárbaros. Além do mais, o Mezzogiorno é um parasita que impede o avanço mais rápido da sociedade italiana. Tudo que era de origem camponesa, logo, do Sul, era considerado sujo: “a Itália estava dividida em *nordici* e *sudici*” jogo de palavras que tem o seguinte sentido: sudicio – que quer dizer “sujo” e, ao mesmo tempo evoca pela sua conotação fonética, a palavra sudici, sulista, do Sul. E essa expressão traduzia de forma muito característica o ódio violento que existia entre a gente do Sul, com relação aos operários do Norte (TAVARES, 1987, p. 35).

Gramsci entende que o próprio Estado, ao manter a “ordem” do capital, fornece instrumentos para a consolidação da hegemonia do pensamento burguês entre os operários setentrionais e camponeses meridionais, pois o modo de vida da classe operária reproduzia, sem saber, aquilo que a ideologia burguesa determinava, pois a literatura, a escola, os jornais, eram orientados pelo pensamento burguês, o que favorecia o surgimento do ódio de classe entre operários e camponeses.

As contribuições marxistas deram fôlego às discussões teóricas do século XX à Questão Regional, apesar da teoria não se referir explicitamente ao termo mas identificar a existência de mecanismos repetitivos na relação histórica do capitalismo. Marx buscou descortinar a história por intermédio do materialismo, encontrando diversas relações entre fatos econômicos e fenômenos sociais que explicam a questão da desigualdade causada pela acumulação de capital, a qual ficou concentrada em determinadas regiões.

1.2. A Questão Regional na composição escalar e suas desigualdades

A *mainstream* perde força devido as interpretações dessas novas teorias corresponderem, ou senão, justificarem o processo desigualdade. A dinâmica econômica extrapola uma análise simplista entre oferta e demanda, o que a torna bastante complexa quando se analisa a Questão Regional e se identifica que há um excessivo desabastecimento de recursos de algumas regiões em detrimento de outras, ocasionando processos de descontinuidade. Quando a análise das forças de mercado é colocada dentro das escalas internacional, nacional, regional e local, não há como condicionar as regiões a um desenvolvimento e crescimento em equilíbrio, tal como uma “mão invisível”¹⁷. Nesse contexto haverá sempre a necessidade de solucionar problemas da estrutura social, a qual terá de contar com a interposição do Estado, pois o mercado não têm condições de solucioná-los, tendo em vista os sentidos do próprio capital.

Tanto Myrdal quanto Perroux entendem que o papel do Estado corresponde à intervenção em tomada de decisões políticas para amenizar os efeitos predatórios do capitalismo. Porém, Marx compreende que o Estado tem papel crucial no processo de opressão, é o único que detém a legitimação da violência, e devido a sua atuação, pode frequentemente articular com a exploração capitalista e, nesse contexto, o espaço se transforma em luta de classes fruto da reprodução do capital (OLIVEIRA, 1993).

Isto nos remete a um dos entraves enfrentados pela Questão Regional, pois para compreender sua relação com as teorias econômicas devemos conceituar e diferenciar Espaço e Região, de forma a dar condições para apreensão deste processo. A ciência econômica se utiliza gradualmente de conceitos das geociências para identificar as necessidades sociais e sua relação com a natureza, determinada pelo processo de produção. O espaço é o *locus* onde se determina a dialética das forças. Porém, essa é uma questão que necessita de esclarecimento pois espaço para a

¹⁷ Esta definição parte da teoria econômica de Adam Smith em sua obra “A Riqueza das Nações”, publicada em sua última versão em 1776. Sobre isto consultar Winston Fritsch (1996). Smith traz a interpretação de que o mercado se autorregulará naturalmente, de forma a promover o desenvolvimento equilibrado das nações como resultado da busca dos interesses dos indivíduos, pois “[...] ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo” (SMITH, 1996, p. 438).

Questão Regional e Economia se torna uma categoria de extrema importância. Neste sentido, Ferreira (1989) expõe conceitos, teorias e controvérsias, ocasionadas pelos conflitos entre a práxis e o contexto em que se desenvolvem estas teorias. Trata-se, portanto, de um estudo sistemático sobre as diferenças entre Economia Espacial/Economia Regional e Região/Espaço.

Para se compreender a Economia Espacial, deve-se antes analisar tipos específicos de atividades econômicas em determinadas regiões, bem como suas localizações em relação ao desenvolvimento de outras atividades econômicas. Portanto, para analisar a questão espacial, se torna necessário a identificação de duas unidades teóricas básicas: a análise local (locacional ou localizada) e a análise regional. A análise local tem por objetivo localizar a eficiência econômica em pontos específicos, ou seja, leva-se em conta o caráter microeconômico. Já a análise regional tem por objetivo compreender as relações estruturais complexas “dentro” e “entre” regiões.

Visto isso, o conceito de Economia Regional representa o estudo das inter-relações que se formam em regiões diferenciadas no universo, as quais alocam recursos e os distribuem desigualmente entre si, e é nesse contexto que se torna necessário o investimento em capital social básico para minimizar os problemas ocasionados por esta diferenciação (FERREIRA, 1989).

Existe grande diferença entre o conceito de Região e de Espaço. O termo Região não representa um conceito unitário, aceito pela comunidade acadêmica, o que supõe um esforço para convencer os vários campos de concentração de seus estudos. Para atender a essas expectativas, o conceito de Região deve ser dinâmico, levando a possibilidade de constantes transformações. Não pode ser compreendida apenas como área, pois através do conjunto de relações entre regiões em determinado período, pode ela modificar-se, aumentando ou diminuindo sua atuação em relação ao universo. Espaço, por sua vez, tem um conceito mais abstrato, construído sobre a interpretação de que é feito do “conjunto de relações que se referem aos diversos fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos interdependentes” (FERREIRA, 1989, p. 51), sem representar, como na geometria euclidiana, pontos de uma dada localização geográfica num plano. De acordo com Santos, o espaço é entendido como “meio, o lugar material da possibilidade dos eventos” (SANTOS, 2013, p. 38). É sempre um

aspecto abstrato maior, pois desenvolve-se de acordo com o todo do universo. O Espaço pode ser homogêneo (quando se compõe de características semelhantes), ou polarizado (quando são complementares, ou seja, heterogêneo e relacionais).

Um fator importante a ser apontado é o descaso do fenômeno espacial em relação ao desenvolvimento das teorias da economia clássica (explicação dos fenômenos regionais a partir da distribuição da produção com predominância da economia), da concorrência monopolística (que se ocupa de identificar a relação espacial pela diferenciação de produtos) e da escola histórica alemã (que entende o espaço como fruto das relações da ordem social), pois nenhuma dessas teorias resolve a questão do Espaço como forma de promover o debate solucionador para a Questão Regional. Essas teorias acabam por beberem da mesma fonte. Sabe-se que existem duas vertentes teóricas que lutam para implantarem-se como sustentáveis à Questão Regional. De um lado as que demonstram a tendência da forte concentração econômica regional, ocasionando o desequilíbrio entre outras regiões menos concentradas; do outro, as que demonstram a tendência à reversão das atividades econômicas.

O problema sobre a diferenciação dos conceitos de Região e Espaço, transpõe para outro campo de análise o contexto teórico que se fundamentam as políticas para a Questão Regional. Nesta área nos deparamos com uma precariedade de produção científica, pois a maior parte da produção acadêmica disponível incorre em alguns entraves. Existe uma tendência à unificação do pensamento único localista. Neste sentido, Brandão (2004) demonstrou em seus estudos como a temática regional e urbana passou a ser banalizada por grande parte da literatura especializada, deslocando a natureza estrutural, histórica e dinâmica para o lugar comum do voluntarismo¹⁸, cristalizando um grande consenso na perspectiva de um verdadeiro pensamento único localista, pensamento este que considera determinante a escala microeconômica como a principal área de atuação para estudos e interpretação da realidade. Assim, Brandão afirma que “essas concepções negam maior importância,

¹⁸ Termo utilizado por Brandão (2004) para se referir ao entendimento dos que defendem que os problemas do “local” ou a “localidade” se resolvem através do esforço voluntário dos atores sociais ou empreendedores, como se não houvesse questões para além de microprocessos, da microeconomia, que determinam os problemas e as soluções da localidade.

dentre outras questões: ao ambiente macroeconômico; aos conflitos políticos; à própria estruturação das classes sociais; à Nação e ao papel do espaço nacional” (BRANDÃO, 2004, p. 1).

Partindo dessa análise crítica, Brandão busca esboçar uma interpretação alternativa, resgatando a História e as especificidades nacionais em situação de subdesenvolvimento. Algumas interpretações, com ares de fanatismo pela autodeterminação da escala micro, procuram demonstrar alguns condicionantes da lógica de funcionamento do capitalismo, defendendo que existem não só essas forças endógenas, mas também fatores decisivos que são exógenos à localidade. Existem hierarquias. Existe poder. Existe macroeconomia.

Existem enquadramentos e hierarquias e os microprocessos, e as microdecisões dos atores empreendedores não podem abalar os fundamentos dos macroprocessos e das macrodecisões, como pensam e querem os adeptos do voluntarismo. É importante perceber que estes enquadramentos e estas hierarquias levam a processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia, essenciais para a análise das estruturas e dinâmicas sociais historicamente determinadas em sua dimensão espacial (BRANDÃO, 2004).

Entre as primeiras concepções baseadas na “nova teoria do crescimento endógeno”, Romer (1986) e Lucas (1988) procuram ressaltar o papel dos investimentos em P&D e em capital humano como a explicação da não tendência à convergências nas taxas de crescimento entre espaços diferenciados. Uma grande parte dessa produção intelectual exagera na capacidade endógena de uma região engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, contudo, de acordo com o pensamento de Brandão deve-se “replicar as características exitosas de outros casos e dessa forma, acaba por superestimar os enormes limites colocados à regulação local” (BRANDÃO, 2004, p. 10). Este autor nos demonstra alguns dos limites colocados pela autovalorização do pensamento único localista, conforme segue:

- demonstração de teorias que obscurecem a importância da macroeconomia e da esfera nacional como Estado-Nação, transportando para a esfera local a visão de valorização econômica do espaço (o local pode tudo);
- interpretação orientada por categorias, conceitos e noções da Divisão Social do

Trabalho em contraponto ao Desenvolvimento Local Endógeno;

- discussão sobre o capital social como atores e agentes do desenvolvimento, subvertendo o conceito de classes sociais;
- conhecimento tácito contextuais e trocas comunicacionais informais;
- trato das hierarquias inter-regionais, papel do Estado como um “*voyeur*” das vontades;
- torneios locacionais;
- visões ingênuas e voluntaristas.

Nesta perspectiva, tudo passa a ser uma questão de empreendedorismo e vontades. Aos trabalhadores restaria ou se tornarem patrões, donos de seu próprio negócio, ou buscarem qualificação para melhorarem sua empregabilidade no mercado formal. Porém, há de se saber que o poder hegemônico é concentrado e este define, na maioria das vezes, do papel que assumem os empreendedores, apesar do poder ser disseminado em escalas. Existe uma coesão orgânica extra-localizada, que não se abala com as iniciativas empreendedoras ou pela atmosfera de progresso local. Mas a visão da endogenia exagerada, não reconhecendo esta complexidade social, deposita na vontade dos atores sociais de um determinado recorte territorial todos os requisitos de superação do subdesenvolvimento para o desenvolvimento.

Não se pode negligenciar a necessidade de trabalhar Relações de Classes, pesquisadas sob a ótica que revela que a divisão social do trabalho vem se aprofundando recorrentemente em todas as escalas. Neste contexto, é preciso reconstruir escalas, tanto de forma analítica, quanto concreta e de forma objetiva.

Concomitante, se faz necessário estudar a natureza das hierarquias (impostas em variadas escalas) de geração e apropriação de riqueza. O sistema capitalista aperfeiçoou seus instrumentos, inclusive o manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído como forma de se apropriar, extrair e se autorregular.

Com o aprofundamento de recorrentes crises econômicas, diversos grupos de pressão regionais procuraram dar visibilidade a suas demandas. Contudo, o regionalismo nada mais foi do que a expressão política desses grupos na busca de construir sua identidade no recorte territorial, mobilizando-se para o enfrentamento com

outras escalas espaciais no Estado. A coesão foi criada simbolicamente e disseminada fortemente pela elite local, articulando um discurso mascarado de legitimidade aos interesses da região. As oligarquias locais adquiriram instrumentos políticos e jurídicos contra os valores universais e consolidaram seu poder através de conciliações e trocas de favores em prol de seus interesses particulares.

Esta discussão nos remonta a percepção das escalas como centros de decisão na linha de poder, ou seja, torna-se necessário entendermos qual nível escalar, seja internacional, nacional, regional ou local, as decisões refletem uma viabilidade para a Questão Regional. Buscando evidenciar os aspectos determinantes do discurso teórico sobre as diferenças escalares de ação política engendrados pelos diversos segmentos ideológicos que disputam o campo deste debate, ou seja, globalistas, localistas e nacionalistas (VAINER, 1999), devemos relacionar os estudos empíricos e as teorias que pretendem fundar cientificamente os discursos das narrativas escalares¹⁹. Aqueles que defendem como prioritária uma ação a partir da escala global, “propugnam a existência, ou pelo menos, a emergência de uma sociedade civil globalizada, no âmbito da qual caberia construir e fortalecer a cidadania global” (VAINER, 1999, p. 141).

De modo geral esta ideia está fundada na convicção de que

As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório” (IANNI, 1997, p. 39 *apud* VAINER, 1999, p. 141).

Esta visão se torna comum em grande parte da literatura, portanto, são poucos os campos teóricos, políticos e ideológicos que questionam o processo dito mundialização ou globalização²⁰, que vem se configurando desde o início da década de

¹⁹ Termo usado por Swyngedouw (1997) para se referir aos estudos científicos produzidos que tratam de estimular e validar as teorias escalares.

²⁰ François Chesnais (1996) nos adverte que o termo de origem francesa “mundialização” (*mondialisation*) encontrou dificuldades para se impor, tanto no contexto econômico quanto político, apesar do termo ampliar o conceito de “globalização”, este último tendo com origem o inglês. A palavra “mundial”, segundo este autor, exprime com muito mais força a ideia de que não somente a economia se mundializou, mas também levou consigo a intensão de se criar instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Neste sentido, “a mundialização não diz respeito apenas às atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais que estas provocam. Inclui também a globalização financeira, que não pode ser abstraída da lista das forças às quais deve ser imposta a adaptação (irmã

1970 e mais aceleradamente na década de 1980, em que Estado, sociedade e economia *versus* Estado nacional e corporações transnacionais se relacionam. Porém, mesmo com as visões unitárias desta interpretação, há importantes divergências no entendimento sobre a natureza deste processo, pois enquanto alguns entendem que há uma unificação do espaço, outros aderem a ideia de que simultaneamente há uma dissolução dos estados nacionais.

Outra questão é da necessidade histórica – ou não – deste processo, posto que muitos reconhecem como inexorável e irreversível suas causas (reestruturação produtiva, crise do *Welfare State*, a crescente dominação societária das relações mercantis). É nesse contexto que a discussão sobre as possibilidades de uma cidadania global é compreendida de outra forma ideológica, pois trata-se de conferir ao indivíduo uma cidadania global, a qual já foi conquistada pela mercadoria (IANNI, 1997). Dessa forma, o Estado Nacional é cada vez mais impotente para fazer frente aos desafios colocados pelas realidades políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

De modo sucinto, a defesa dos que apostam nas identidades locais, no patriotismo das cidades, no regionalismo, compreende a perspectiva de que as cidades e os lugares serão engajados na competição global, levando ao entendimento de que seria na escala local o campo prioritário da ação política. Para autores como Borja e Castells (1997) os governos locais mais eficazmente que qualquer outra instituição ou nível escalar, estão em condições de: a) atrair e promover a competitividade das empresas; b) oferecer base histórica e cultural para integração dos indivíduos. Em outros termos, o governo local teria a extraordinária capacidade de cumprir de maneira vantajosa as tradicionais funções que sempre foram a dos estados nacionais, quais sejam: a função de acumulação e a função de legitimação.

Este pensamento, contudo, condiciona a uma questão central definida por uma corrente de economistas contrários à *mainstream*, pois esta teoria não abrange a Questão Regional como plano principal, mas secundário. Enquanto a teoria neoclássica

gêmea do ajuste estrutural) dos mais fracos e desguarnecidos” (CHESNAIS, 1996, p. 29). As razões pelo qual o termo “globalização” imperou sobre “mundialização” foi pelo fato de que “o inglês é o veículo linguístico por excelência do capitalismo e que os altos executivos dos grupos franceses estão entupidos dos conceitos e do vocabulário em voga nas *business schools*” (CHESNAIS, 1996, p. 24).

encontra nos princípios da física a explicação para os fenômenos econômicos, a nova perspectiva entende que existem relações circulares de forças produtivas, as quais gradativamente aprofundam as desigualdades regionais, e para não desintegrar regiões, as forças de mercado teriam necessariamente que ser controladas pela influência do Estado. Essas concepções tiveram grande repercussão nos anos 1950 e 1960. Enquanto Myrdal utiliza-se dos conceitos de efeitos propulsores e regressivos para explicar o desequilíbrio regional através da causação circular cumulativa, Perroux concebe o desenvolvimento polarizado como uma ocorrência universal e inelutável, ou seja, defende a ideia de que o desenvolvimento de determinadas regiões às definiriam como polos de desenvolvimento, e as regiões periféricas constituiriam espaços territoriais politicamente organizados. Suas ideias atraíram grande parte de intelectuais brasileiros, os quais viam como uma possibilidade para o enfrentamento da Questão Regional.

Estes autores defendem, portanto, o localismo, encontrando-se como maiores disseminadoras desta posição os organismos multilaterais²¹. Outras posições viriam afirmar bases ideológicas cada vez mais fragmentadas, como a posição do neo-localismo, que apesar de ser uma parcela pequena, traz sua contribuição na reivindicação de uma tradição libertária, autogestionária e antiestatista, fundamentadas em correntes comunistas e anarquistas (VAINER, 1999).

Na revisão do debate sobre as escalas da ação política não poderiam passar despercebidos os que acreditam que a ação política prioritária escalar está, portanto, no Estado nacional e, dessa forma, reivindicam a centralidade da escala nacional como a única capaz de propiciar resistência efetiva ao processo de dissolução das soberanias e dissolução cultural e societária que nos parecem condenar a globalização. Esta classe de defensores apresenta o discurso nacional como estratégia de resistência com foco na construção de um projeto nacional. Contudo, esse discurso vem acompanhado de uma inovação do modelo nacional-desenvolvimentista com forte intervenção estatal, e neste contexto não se pode deixar de lado o uso do artifício histórico do período de

²¹ Entende-se por organismos multilaterais as organizações mundiais com participação de países capitalistas com intenção de implementar políticas referentes ao Consenso de Whashington, no caso a Organização das Nações Unidas – ONU, Organização Mundial de Saúde – OMS, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Banco Mundial – BM, Banco Internacional – BIRD.

ditaduras militares para explicar o processo de construção nacional.

Dessa forma, as escalas são elas mesmas objeto de confronto à definição das escalas prioritárias onde os embates centrais se dão. Podemos compreender que as decisões escalares devem compor um quadro de construção transescalar para o entendimento do processo de ação política. Dessa forma, Vainer nos comunica que:

O entendimento de que os processos econômicos, políticos, sociais e culturais, têm dimensões escalares não pode conduzir a refeição das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processos. O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase transescalares (haverá ainda hoje algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma análise ou intervenção uniescalar?) (VAINER, 1999, p. 146).

Retomando a questão acima, àqueles que, contrariamente aos localistas, defendem o poder soberano do Estado nacional são combatidos ferozmente por globalistas. O conflito teórico-ideológico compõe um quadro de instabilidade ideopolítica, que reconfigura o processo escalar das decisões políticas e coloca a Questão Regional sobre uma série de dilemas teóricos. As escalas continuam a existir, e na relação local, regional, nacional e global o conflito se deflagra num aspecto contraditório, sem que se consiga trazer a resolução sobre qual delas é prioritária ao processo de ação política, pois, assim como a escala local leva consigo decisões que são de escala nacional, concomitantemente leva também decisões em campos da escala global, e disso decorre a relação entre processos em dimensões transescalares.

Ante o exposto, a análise da escala local, devido a complexidade dos processos escalares, condiciona, por sua vez, aos reflexos desses processos nos espaços. A relação entre cidade/campo ocorre em espaços de atuação política diferenciados. De um lado estariam localizados espaços com atuação política reduzida, geralmente espaços resguardados ao processo de produção; do outro; espaços reservados aos processos de consumo, de facilitação para a ação política. Em outras palavras, seria o caso de os espaços serem estrategicamente organizados para a produção e consumo, sendo estes últimos os mais evidentes no processo de ação política. É sobre esta relação que se dará o processo de fragmentação dos espaços entre campo/cidade, sendo que, é na cidade onde se estabelece o espaço de luta, caracterizada pela presença de classes dominantes e dominadas. A cidade se torna um

poderoso mecanismo de geração e apropriação de riqueza, devido a dimensão que toma a divisão social do trabalho. Neste sentido, Smith (1988) vislumbra que

Tudo isto pressupõe o desenvolvimento e a ampliação da divisão do trabalho, a produção para a troca pode persistir de maneira incidental somente onde dita divisão do trabalho não existe. Em primeiro lugar, há divisão do trabalho entre as atividades ligadas à terra e as que não o são — uma separação entre agricultura e comércio. Com a dificuldade da produção de bens, são necessárias várias atividades e instituições comerciais, que facilitem o intercâmbio de produtos. A função do mercado, que se desenvolve a fim de simplificar e centralizar as complexas trocas que ocorrem, está separada da produção. Para facilitar ainda mais este conjunto de trocas, desenvolveu-se o bem dinheiro. Seu valor-uso é precisamente sua capacidade de representar "o valor de troca puro". A criação de um mercado e dessas outras instituições é sinônimo de desenvolvimento de centros e, finalmente, de cidades, e uma quantidade de serviços auxiliares também começa a se desenvolver nas cidades, contribuindo para seu desenvolvimento (SMITH, 1988, p. 77).

A questão dos limites do poder local, coloca em evidência as conquistas materiais e imateriais logradas por amplas lutas e movimentos sociais, os quais, gradativamente, transformam a cidade num campo minado de lutas políticas na busca pela consolidação e defesa de seus direitos.

Por outro lado, as formas de dominação e acumulação somente são possíveis na medida que se dão as articulações regionais, nacionais e internacionais. É necessário, pois, continuarmos a análise com a finalidade de descobrir de que forma ocorrem as articulações regionais e como se dão suas relações vertical e horizontalmente. Também se torna importante saber a posição que ocupam e como interagem os grupos de interesse e segmentos de classe com o bloco hegemônico nacionalmente, ainda como e com que redes globais a cidade está conectada.

Este conjunto de relações e recursos movimentados e disputados nas cidades é um espaço bastante amplo para alterações reais na vida das classes e grupos dominados. Portanto, o espaço da cidade subtende-se como o primeiro lugar de escala e arena de construção de estratégias transescalar e formação de atores políticos, aptos a operarem de forma articulada em coalizões ou alianças em múltiplas escalas.

Concordamos em apontar alguns dos objetivos que poderiam ser direcionados para a política local, como forma de contribuir para a construção de uma sociedade mais ativa, na busca de um ideal com possibilidades do real, que promova a

garantia de direitos e mais equidade aos seus cidadãos, Vainer (1999) nos coloca alguns, quais sejam:

- redução das desigualdades e melhoria das condições (materiais e imateriais) de vida das classes trabalhadoras.
- avanço e radicalização de dinâmicas sociais, políticas, culturais, que propiciem a organização e a luta populares, e, de modo mais geral, a constituição de sujeitos políticos coletivos expressando interesses, segmentares e gerais, das classes e grupos sociais explorados e oprimidos.
- enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes, envolvendo desde a desmontagem de mecanismos tradicionais de reprodução de seu poder (clientelismo, etc) até a desarticulação de suas alianças horizontais (no estado e na região) e verticais (com grupos nacionais e internacionais).
- construção de objetivos que sejam simultaneamente ambiciosos e realistas, orientando um projeto de revolução urbana permanente.

A cidade se torna a referência de concentração de toda riqueza produzida, pois é nela que as inovações e o processo de acumulação se tornam mais evidente.

Sob este prisma, uma vasta teorização dos espaços de produção capitalista é oportunamente colocada em destaque, e disso denota entendermos que estes espaços, para o capitalismo, representam o “centro”, deixando àqueles que não gozam das mesmas condições na “periferia”. Essa relação entre centro/periferia submete as relações entre escalas num processo hierarquizado. Podemos, então, identificar que, em escala global, países historicamente colonizadores podem ser representados pelo “centro”, pois seu poder foi atrelado ao processo de conquista e expansão de territórios através da força, da guerra, da colonização. Por outro lado, os territórios conquistados transmutaram-se em colônias, territórios que passaram a se constituir de uma ressignificação, ou seja, eram pontos de extração e transferência de recursos para os colonizadores, eram a “periferia”, não tinham liberdade comercial, nem autonomia política, apenas seguiam o rito elaborado pelo domínio da conjuntura vigente. Em escala local, pode-se identificar a metrópole como “centro”. O “centro” é o espaço onde está imbricado o domínio sobre a “periferia”.

Cabe-nos, portanto, nesta fase, traçar uma análise comparativa, procurando

discutir as políticas de desenvolvimento regional ocorridos em países do “centro” (TAVARES, 2001), de forma a construir gradativamente o percurso histórico e relacionar diretamente às políticas de desenvolvimento regional ocorridas no Brasil.

Tomando por base que a palavra “centro” indica os países que tiveram como essência de seu desenvolvimento econômico o capitalismo, o que promoveram uma relação antagônica com a “periferia”, esta última, historicamente se refere às colônias de exploração de recursos para sustento do centro.

Neste entendimento, podemos identificar que fatos ocorridos na Europa, mais especificamente na Inglaterra após a era da Revolução Industrial, que enriqueceram Londres e formaram blocos de pobreza em seu entorno. Da mesma forma aconteceu com o Vale do Tennessee, com a pobreza massificada e poucas áreas prosperas (TAVARES, 2001). Essa dimensão histórica terá repercussões no campo teórico, pois haverá uma sustentação para a defesa de que o desenvolvimento deve ser feito de forma desigual, e isso passa a ser compreendido como fator essencial do capitalismo. Como analisado anteriormente, os estudos da Questão Regional, como vem compondo um quadro de definições teóricas, se sustentam sobre a perspectiva de um desenvolvimento desequilibrado.

Contudo, vale ressaltar que toda decisão de transformação de regiões em polos de crescimento e desenvolvimento deve compor uma agenda política, ou seja, os polos somente adquirem valor no momento em que se tornam um instrumento de análise rigorosa e instrumento de uma política.

A aplicação da teoria de Myrdal no contexto nacional trará como experiência a injeção de políticas públicas e a criação de instituições para estudo da Questão Regional, tendo em vista a grande distância de desenvolvimento econômico entre o Norte e Nordeste do restante do país. Destaca-se a atuação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)²², sobre a direção de Celso Furtado, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)²³ e estudos

²² O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, buscou contribuir para a ampliação de estudos regionais e integração do Nordeste, o qual gerou o documento intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, sob o comando de Celso Furtado. Este documento originou os quatro sucessivos Planos Diretores que balizaram a ação desenvolvimentista da SUDENE iniciada na década de 1960.

²³ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada pela Lei nº 3.696 de 15 de

direcionados da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL)²⁴.

Podemos compreender que, no aspecto do desenvolvimento econômico do Brasil, houve um momento primordial para a identificação de regiões de centro. A consolidação da indústria pesada no país, centralizada nas metrópoles, configurou um período de altas taxas de crescimento, tal qual ocorrido nos momentos de crise econômica e reestruturação produtiva, que ocasionaram déficits em relação ao crescimento dos países do centro. O processo de aceleração industrial representou, por outro lado, que as regiões beneficiadas, com o passar do tempo, acabarão por acompanhar o processo industrial de países do centro. Sobre este ponto, Tavares (2001) entende que ainda haverá uma reversão dos efeitos de concentração para desconcentração econômica, o que virá desenvolver regiões que antes eram apenas dependentes, secundárias e abastecedoras do parque industrial nacional sulista, pois, após o crescimento das pequenas e médias empresas, a redução das grandes plantas industriais, a produção flexível, a inserção do país às orientações da divisão internacional do trabalho, o Sul e o Sudeste acabariam por apresentar as mesmas condições de capacidade produtiva dos países centrais.

Entender que o problema nacional corresponde à histórica relação de desigualdade regional, é compreender que o Estado tem ampla responsabilidade sobre este processo. É o Estado que direciona as políticas de investimento para determinadas regiões. Não somente o mercado foi responsável por levar o desenvolvimento econômico para determinadas regiões, mais do que isto, o próprio Estado incorporou interesses de mercado para aplicação de suas políticas econômicas e investimentos industriais para estas mesmas regiões.

O percurso histórico da Questão Regional se define com base em processos induzidos pelo capital, aliado às esferas de poder e distribuídos nas variadas escalas. Assim, vimos do transcorrer do estudo proposto que, no campo teórico, os debates a partir do século XX são eminentemente contra a *maisntrean*, pelos quais denotam uma

dezembro de 1959.

²⁴ Estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948. É uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social (CEPAL, 2017).

posição política e econômica, sendo as principais referências para a compreensão de que as regiões e os espaços contribuem para a implementação de um desenvolvimento desequilibrado. Em outras palavras, corresponde a um processo de desenvolvimento desigual e combinado. Contudo, uma referência ideopolítica se percebe na teoria marxista, pois, apesar de antever os efeitos predatórios do capitalismo, pela qual se compreende a dependência da periferia em relação ao centro, ela se torna instrumento de luta, na medida em que propõe a tomada de consciência de dominados pelos dominantes e se manifesta na luta contra hegemônica. As referências utilizadas evidenciam os processos desiguais entre diferentes regiões a que o capitalismo às submete, ao mesmo que evidenciam as decisões políticas em níveis escalares em sentido vertical e horizontal.

CAPITULO 2 – A QUESTÃO REGIONAL NO PROCESSO HISTÓRICO

Neste capítulo iremos analisar a Questão Regional no território nacional, observando fatos históricos demarcados pela constante presença do Estado na indução de mecanismos de mercado, os quais concorreram para a espacialização da desigualdade entre regiões. Inicialmente abordaremos o contexto nacional frente aos aspectos histórico, político e econômico, os quais interagiram constantemente no processo de redefinição da desigualdade regional, bem como os reflexos das decisões políticas no contexto nacional, imbuídas de intensões corporativistas para a indução da acumulação de capital na esfera privada em regiões estrategicamente escolhidas. Dessa forma, os interesses de acumulação presentes desde o desenvolvimento do capital cafeeiro até o industrial, consolidarão o processo de fragmentação nacional.

Após este percurso, será analisado aspectos históricos da inserção do Maranhão no contexto da Questão Regional, de forma a identificar fatores que competiram para difusão da desigualdade da região em relação ao restante do país, bem como das crises enfrentadas pelo setor a partir das mudanças conjunturais e estruturais ocorridas no final do século XIX e início do XX.

As transformações espaciais da desigualdade serão identificadas no processo de urbanização da capital, São Luís, definida como região de centro para a ampliação e acumulação do capital em suas varadas formas, principalmente o do tipo imobiliário. O processo migratório para a capital, reflexos do êxodo rural, bem como a atividade comercial em áreas historicamente determinadas pela distribuição e troca de mercadorias, definiu a distribuição socioespacial das estruturas produtivas, da região de moradia da classe trabalhadora e da periferização de regiões que ficaram marcadas pela vulnerabilidade social.

São Luís se destacou como centro de desenvolvimento do capitalismo desde seu nascedouro, a partir dos vínculos mantidos entre as oligarquias locais e a Coroa portuguesa. Contudo, nos deteremos à análise de sua importância para o processo de inserção do Maranhão na Questão Regional.

2.1. Espacialização da desigualdade e fragmentação nacional

A desigualdade regional está vinculada ao processo de integração regional que teve por consequência a construção de projetos políticos voltados para a formação de ilhas de prosperidade (ARAÚJO, 1997), de Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) e demais vetores de fragmentação (VAINER, 2007), de lutas pelo domínio de determinados territórios por oligarquias locais, com forte predominância do Estado como forma de incentivar essa unificação territorial nacional (OLIVEIRA, 1993). A esse respeito, Francisco de Oliveira afirma que

[...] por trás das recentes, e gravemente crescentes, manifestações de separatismo dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil, que poderíamos chamar de *separatismo dos ricos*, espreita a Questão Regional, a fratura na unidade nacional constituída desde o século XIX, a qual algumas vezes esteve próxima da consolidação e hoje apresenta-se – com o perdão da analogia ortopédico-traumática – em estado de fratura exposta (OLIVEIRA, 1993, p. 43).

Devido às implicações de desigualdades sociais serem conflagradas pelo uso do espaço com finalidade em crescimento e desenvolvimento econômico, a Questão Regional se torna, sobretudo, o caso de uma unidade nacional não consolidada, trazendo consigo uma questão agrária comprometida e relacionada ao mercado de força de trabalho precarizado, e sua gênese está em uma nova forma de produção de mercadorias (OLIVEIRA, 1993). Essa nova forma refletiu, por sua vez, a nova forma de acumulação de capital que aumentou as diferenças regionais, o que ocasionou o aumento das heterogeneidades internas às macrorregiões. Estas, tenderam a se ampliar nos anos de 1970 e na década posterior, na qual a principal prioridade era a integração do mercado nacional e a consolidação da integração regional do país, e isto, também foi um dos objetivos centrais dos governos militares.

Historicamente, a unidade nacional foi alvo de acordos entre a antiga burocracia imperial – introduzida no contexto da colonização – e uma burguesia nascente que, através de seu modelo político de conciliação de interesses buscaram constituir bases sólidas para uma forma de unificação territorial. A burguesia nascente juntamente com a burocracia imperial tinha pretensões hegemônicas e se faziam representadas pelas nascentes oligárquicas regionais e locais. Essas relações repercutiram no desenvolvimento de uma economia vinculada à produção de insumos

ligadas a determinadas regiões para abastecimento do mercado interno. É nesse contexto que houve a inclusão dos papéis das principais instituições criadas no âmago da burocracia imperial, em que atribuiu ao Exército e à Marinha a função da organização da concorrência, representando, portanto, a preocupação com a formação de uma unidade nacional. É neste sentido que o problema central da Questão Regional torna visível o problema da questão agrária, das oligarquias locais e a burocracia imperial, bem como da relação entre trabalho e mão-de-obra, definindo o contexto histórico, estrutural e conjuntural em que se deu o desenvolvimento econômico de determinadas regiões em detrimento de outras. A unidade nacional mal resolvida é simultaneamente a resolução da questão do Estado nacional, a qual somente é assegurada na medida em que as questões do mercado de trabalho e da terra são enquadradas pelas novas classes dominantes (OLIVEIRA, 1993).

A Questão Regional como uma “questão irresoluta” se refere ao problema agrário e a relação deste com a formação da reserva de mercado de trabalho. Antes, a questão era menos complexa devido o trabalho ter sido essencialmente escravo. Com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado, houve grande concorrência para a ocupação de postos de trabalho remunerado entre os homens livres, estrangeiros e brancos, enquanto que o escravo, negro, que agora ganhava sua “liberdade”, tinha que buscar formas de conviver com o estigma que lhe fizeram, pois não gozava de liberdade de escolhas no mercado de trabalho. Outra questão que se seguiu foi a precarização e má remuneração do trabalho ligado à agricultura cafeeira no século XVIII, apesar de se ter, já no século XIX, um padrão de mecanização de técnicas voltadas para o cultivo e transformação do algodão para indústria têxtil.

Importante saber que por muito tempo existiram algumas concepções de grande ilusão à unificação nacional, disseminadas na sociedade brasileira, que reforçaram a ideia de que a Questão Regional teria sido resolvida. A principal delas se refere à unificação nacional em relação à língua unificada, a qual correspondeu à vocação hegemônica. Mas esse problema continuou sem solução, pois não levou em conta “os vastos contingentes das nações indígenas, como os novos contingentes negros, que traziam novas contribuições linguísticas” (OLIVEIRA, 1993, p. 45).

Uma outra questão importante é que a unidade nacional “será resultado do

processo de competição entre burguesias nascentes, de um lado, e, de outro, das alianças que elas conseguem estabelecer com a burocracia imperial propriamente dita” (OLIVEIRA, 1993, p. 46). É aí que se configura a união nacional. Através de uma relação de interesses que forma a natureza da competição e da concorrência. Estas relações fazem com que as regiões se tornem alvos de disputas para o desenvolvimento de atividades de cultivo, acumulação de excedente e exportações. A burocracia imperial forneceu a legitimidade da violência através da concessão do exército para as regiões, enquanto que a burguesia local se ocupou de estabelecer domínio entre as terras e a força de trabalho.

É nesse contexto que, ainda de acordo com Francisco de Oliveira (1993) se deu a luta desencadeada por duas vertentes, ou seja, o enfrentamento da vertente latifundiário-burguesa do exército, apoiada pela burocracia imperial, contra a vertente latifundiário-camponesa, constituindo dessa forma uma espécie de organização primitiva.

Neste contexto, as condições regionais foram gravemente afetadas pela aguda diferença entre ricos e pobres, podendo se levar em consideração o fato de as elites e classes médias abastadas se localizarem no Sul e Sudeste²⁵, enquanto imigrantes provindos do Nordeste eram investidos em mão-de-obra barata.

Como explica Araújo (1997), após o primeiro movimento de ocupação rumo Sul e Sudeste nas décadas de 1940 e 1950, houve um modesto movimento de desconcentração que alcançou o Centro-Oeste, Norte e parte Oeste do Nordeste. Foi ainda nos anos 1950 que o Brasil esteve perto da construção de uma unidade nacional favorecida pela expansão comercial paulista, sendo esta dominante, contudo, sem consolidar sua hegemonia, ou seja, “com a própria expansão de circulação de mercadorias, São Paulo vence, domina, mas não hegemoniza. Porque seu mecanismo de dominação é o mercado, e este é insuficiente para forjar a hegemonia” (OLIVEIRA, 1993, p. 52).

O papel do Estado na consolidação de decisões políticas afetou diretamente a composição estrutural e a organização de regiões para o mercado cafeeiro, e, não

²⁵ É esse processo que induzirá o *separatismo dos ricos*, que conforme Francisco de Oliveira (1993) inicialmente ocorrerá entre as regiões do Nordeste em contraponto às regiões do Sudeste e Sul, com destaque para Rio Grande do Sul e Paraná.

obstante, utilizou-se dos recursos públicos na sustentação e expansão da cafeicultura, bem como na organização da concorrência. Isso demonstra que a cada intervenção política e econômica do Estado para solucionar o problema do café, há uma interferência direta na produção e no mercado de trabalho.

A nível regional, declaradas as diferenças de desenvolvimento econômico entre o Sudeste, Sul e demais regiões do país, São Paulo não foi estrategicamente escolhida como referência para este desenvolvimento, mas decorreu das relações de capital, entre os interesses das burguesias locais, aliadas à burocracia imperial, juntamente com a estrutura política e a política econômica, que asseguraram a estabilização dos preços de seus produtos e da mão de obra, com reflexos direcionados ao complexo produtivo cafeeiro, ocasionando o seu desenvolvimento econômico. Também não foi São Paulo a região que conseguiu exportar sua cultura a nível nacional, pois como centro econômico nacional enfrentou uma relação problemática com a heterogeneidade das culturas regionais. O Rio de Janeiro ainda conseguiu exportar muito mais cultura como representação nacional do que São Paulo, ainda que deficitariamente.

Em contribuição a este processo, Cano (1985) nos traz uma visão proporcional ao pensamento de Oliveira, porém, com suas ressalvas em relação a dinâmica em que se desenvolve a Questão Regional. Este autor busca identificar os reais fatores de desenvolvimento desigual com base em dados históricos, de forma a esclarecer equívocos compartilhados por muitas literaturas que tem como ponto de partida o desenvolvimento de São Paulo em relação a outras regiões.

Dois aspectos são fundamentais à Questão Regional. O primeiro se refere ao estudo de antes da crise de 1929, no qual São Paulo já concentrava cerca de 37,5% da indústria brasileira. Isso refletiu na maior diversificação de estrutura e maior desenvolvimento técnico da agricultura em relação ao restante da nação. Com a instauração da crise, São Paulo teve que forçar a busca de sua recuperação, o que o fez com a modernização e ampliação de seu parque produtivo. O segundo é relacionado ao desenvolvimento débil da periferia nacional. Somente a partir da crise de 1929 o mercado nacional estava aberto e orientado à produção nacional, ocasionando uma competição inter-regional, na qual somente os mais avançados em termos de

estrutura produtiva teriam destaque (CANO, 1985). O reflexo disso foi que regiões menos desenvolvidas tiveram que competir no mercado concorrencial sem as mesmas condições de outras mais desenvolvidas, funcionando apenas como economia complementar ao “polo”, além da vinculação dessas regiões com a dependência das importações de seus produtos primários. Foi a partir do capital cafeeiro que se desenvolveu o capital industrial, comercial e financeiro, fazendo relações bastante complexas, pois, “muitas vezes o proprietário desse capital” foi “ao mesmo tempo, fazendeiro, banqueiro, industrial e comerciante” (CANO, 1985, p. 53).

Cano (1985) define a questão da concentração industrial e descortina o processo de forma gradual, referindo-se a dois fatores históricos que levaram à diferenciação industrial e regional, a saber:

- a *concentração industrial se dava a nível de empresa* e de forma precoce, ou seja, o mercado nacional ainda não estava integrado devido às grandes distâncias e meios de transportes e comunicação terrestre deficitários; a dinâmica regional era condicionada à grande concentração de propriedade, pois os proprietários da terra diversificavam o investimento no próprio local da empresa, tendo em vista a concentração fundiária; havia grande rigidez tecnológica, pois a mesma tecnologia usada no parque industrial por grandes países, se reproduziam no Brasil, tendo destaque os grandes centros metropolitanos e comerciais, nos quais o custo de implementação dessas tecnologias eram mais baratas devido a existência de investimento em eletricidade. São Paulo já demonstrava sobre todos esses aspectos que estava à frente das demais regiões.
- a *concentração a nível regional como reflexo do desenvolvimento industrial*, ou seja, com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a cafeicultura nacional passou por um período de transição, com destaque mais uma vez para São Paulo, o qual logrou maior êxito nas exportações e abastecimento do mercado interno, por suas terras férteis e pelo desenvolvimento de modernas técnicas de cultivo. Mesmo na crise do café, quando houve a superprodução, São Paulo conseguiu superar de forma mais contundente que as demais regiões, que além do aumento da quantidade de café exportado teve auxílio da política de

estabilização de câmbio.

Dessa forma, para este autor, a razão dos desequilíbrios regionais e sua relação com a Questão Regional inevitavelmente demonstra que os diferentes níveis de crescimento econômico são determinados de forma heterogênea. Não houve intenção de governos em beneficiar São Paulo em detrimento de outras regiões. O que houve foram processos históricos diferenciados que definiram aspectos de desigualdade regional, frutos de decisões dos agentes ativos, sejam pequenos, médios ou grandes proprietários, de centros empresariais, industriais ou comerciais, e o próprio Estado, que articulavam o ganho de capital, construindo e reconstruindo a dinâmica regional.

Ao analisar o processo de desequilíbrio regional, Leonardo Guimarães Neto (1989) nos demonstra como ocorreram as fases de formação econômica do Nordeste em relação às demais regiões brasileiras. Em seus estudos identifica momentos determinantes da construção da economia nacional que, organizados numa perspectiva lógico-temporal, demonstra que houve três períodos distintos e complementares: “isolamento relativo”, “articulação comercial” e “integração produtiva”.

O período de “isolamento relativo” foi determinado pelo predomínio da estrutura produtiva das regiões com o segmento de atividade voltado para o comércio internacional de bens primários. Nesta fase, também ficou evidente o relacionamento que se formava entre as regiões exportadoras e as nações importadoras, formando vínculos mais intensos com o exterior e diferenciando essas regiões das que não detinham as mesmas prerrogativas.

Neto (1989) explica que a expressão “arquipélago de regiões”, é um termo usado por muitos estudiosos da Questão Regional, os quais sempre se reportam às regiões de maior industrialização. Isso caracteriza com precisão o que foi a economia brasileira.

O complexo nordestino característico desta etapa apresentava laços econômicos importantes com países importadores. A estrutura produtiva do complexo nordestino era basicamente atrelada à atividade açucareira, o que implicava grande imobilização de capital, além da produção industrial e agrícola, com a predominância e atividade de exportação no litoral.

O segundo período se refere ao processo de “articulação comercial”, que

implicou no fortalecimento dos vínculos entre as regiões brasileiras e uma articulação entre os núcleos exportadores que se localizaram no Nordeste, ou seja, este processo ocorreu de forma inter-regional e intra-regional. Esse período foi resultado da diversificação da atividade produtiva, reflexos da industrialização e da implantação de um sistema de transporte e comunicação que se constituiu na base para o desenvolvimento interno.

O desenvolvimento industrial de São Paulo e a busca de novos mercados por parte das empresas industriais, de um lado, e a tentativa das regiões, marginalizadas no comércio internacional, de colocar seus excedentes no mercado interno, constituem alguns impulsos e estímulos à consolidação do mercado nacional de bens e serviços (NETO, 1989, p. 26).

Isso demonstra que houve um período em que São Paulo se tornou um polo industrial que comandou as taxas de crescimento frente às demais regiões. Enquanto São Paulo avançava no mercado nacional, as regiões periféricas tentavam realizar o mesmo processo devido à perda de espaço no mercado internacional para comercialização de seus produtos.

Quanto ao Nordeste, de uma economia de alta produtividade do século XVIII, foi “se transformando em um sistema econômico de populações dispersas” (NETO, 1989, p. 29), e isso representou um atraso sistemático frente às outras regiões, quando o negócio colonial-agrícola entrou em declínio.

O terceiro e último período para compreensão desse processo histórico é representado pela “integração produtiva”, que teve como característica principal a transferência de capital produtivo para regiões não industrializadas. Esta fase foi determinada pela consolidação da indústria pesada e o crescente processo de oligopolização. Isto implicou para as regiões de menor grau de desenvolvimento industrial, transformações significativas na sua estrutura produtiva e nas suas relações de trabalho. Assim, esta fase representa, portanto, a “superação” da fase de articulação comercial, “por conta da complementariedade que passa a existir entre as atividades produtivas de diferentes regiões” (NETO, 1989, p. 26).

Neste sentido, a expansão da industrialização dos grandes centros ganhou força, e mais especificamente a partir de 1950 houve o redesenho da estrutura regional, os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) reconfiguraram o desenvolvimento regional

do país. Isso constituiu, nos anos 1960 e 1970, numa interminável disputa entre Estados e municípios para atrair capitais. Importante saber que “os GPIs conformavam, ou pelo menos contribuíram para fortemente conformar, um espaço nacional integrado – profundamente desigual mais integrado” (VAINER, 2007).

De modo gradativo a circunscrição do modo como opera o Estado na história brasileira, na concepção bidimensional (direita e esquerda) que assume as ações políticas, intelectuais e institucionais na primeira e segunda metade do século XX e se remetem, mais uma vez, à desconstituição política, evidenciando o progressivo desaparecimento da Questão Regional da agenda nacional. A ação estatal, baseada num modelo metodológico contrário a uma visão de planejamento nacional, teve como consequência a desmontagem dos aparatos institucionais, e a articulação de interesses oligárquicos privados, de reprodução de elites decadentes, que perpetuaram na atmosfera política de troca de favores nas escalas locais, regionais, nacionais e internacionais. O setor industrial do estado nacional obteve grande repercussão sobre o desenvolvimento através da implementação de GPIs orientados para a alavancagem de setores primordiais como mineiro-metalúrgico, petroquímico, energético, dentre outros, os quais reconfiguram o território nacional, além da criação de órgãos como SUDENE, SUDAM²⁶, SUDECO²⁷ para pensar planos nunca concretizados, e que, por sua vez, instituídos como parte constitutiva do poder estatal politicamente articulado. Tudo isto se coloca como questão central para a orientação histórica que tomou os processos decisórios desde a metade do século passado.

Os órgãos acima relatados distribuíam incentivos fiscais entre grupos dominantes locais e nacionais. Assim, o território ia se configurando conforme decisões

²⁶ Em 14 de setembro de 1966, o Grupo de Trabalho da Amazônia comandado pelos ministros Roberto de Oliveira Campos e João Gonçalves de Souza, encaminhou ao Presidente Castelo Branco, o projeto de lei votado pelo Congresso Nacional, que resultou na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA e criando a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulga a Medida Provisória nº. 2.157-5, criando assim a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e extinguindo a SUDAM. Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a nova SUDAM pela Lei Complementar Nº124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

²⁷ Extinta em 1990, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO voltou a existir em maio de 2011. A nova autarquia é vinculada ao Ministério da Integração Nacional. O processo legal de recriação da SUDECO foi retomado em 2009 pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, o qual sancionou a Lei Complementar n. 129. A sua regulamentação aconteceu em 2011, pelo o Decreto presidencial nº 7.471, de 4 de maio de 2011, assinado pela Presidente Dilma Rousseff.

estratégicas tomadas em agências setoriais, ao mesmo tempo que produziram uma forma particular de integração nacional aprofundando a desigualdade do Norte e Nordeste em contraponto às demais regiões do país.

Nos anos de 1990, já se constatava a nova configuração regional propalada pelas relações políticas e estreitamente relacionadas pelo circuito econômico, no qual ficou evidente que as empresas e seus empreendimentos territoriais não mais estariam sobre o controle do Estado brasileiro, mas dada a ausência ou fragilidade do planejamento, as privatizações promoveram a subversão da soberania nacional pela soberania empresarial, tais como, a privatização do setor Elétrico, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)²⁸, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)²⁹, da rede ferroviária, dentre outras.

Vainer chama a atenção para a criação do que Swyngedouw entende ser espaços glocalizados, ou seja,

Os grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões. Por sua própria natureza projetam sobre espaços locais e regionais, interesses quase sempre globais, o que faz deles eventos que são globais-locais – ou, para usar a feliz expressão cunhada por Swyngedouw (1997), *glocalizados* (VAINER, 2007, p. 11, grifo do autor).

Toda essa forma de pensar a organização do território está submersa no aspecto metodológico. Nesse contexto adentra a influência das teorias, que na década de 1970, e mais ainda em 1980, expressa a vontade geral do político e do capital se aliarem à localidade como forma de redefinição do campo econômico. Nessa perspectiva, mais uma vez Perroux exerce completa influência no modo como os atores políticos e empreendedores veem a localidade, apresentando o papel do Estado como intermediador momentâneo para a concreção do equilíbrio de mercado. Ele mostra que a heterogeneidade e o desequilíbrio manifestam a forma de crescimento no espaço

²⁸ Empresa pública criada em 1º de junho de 1942 pelo Decreto-Lei n.º 4.352, sendo o Governo Federal seu acionista principal. Constituída em 11 de janeiro de 1943 no Rio de Janeiro, à época como Distrito Federal, funcionou como empresa estatal até 6 de maio de 1997, quando foi privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso. É considerada a segunda maior companhia mineradora do mundo, deixou de utilizar a sigla CVRD e adotou a marca Vale a partir do ano de 2007.

²⁹ Fundada em 9 de abril de 1941, somente iniciou sua atividade em 1º de outubro de 1946. Foi um marco no processo brasileiro de industrialização, pois representou a primeira produtora integrada de aço plano no Brasil. Sua produção de aço promoveu a implantação das primeiras indústrias nacionais em regiões estratégicas, consolidando-as como parque fabril. Foi privatizada em 1993, no governo de Itamar Franco (1992-1995).

econômico. Daí decorre a exaltação à ideia dos polos de crescimento e desenvolvimento passarem a se constituir como a solução para a economia da nação.

Nessa configuração, a guerra de lugares se deflagra. Guerra pela concorrência como espaço atrativo ao capital e aos grandes investimentos, compondo a verdadeira cena política pela luta de pequenas oligarquias para manterem seus *status* de privilégios em troca de favores privados. A guerra de lugares, como afirma Vainer, corresponde a uma ação política ao mesmo tempo que mercadológica, ou seja, de guerra fiscal aliada ao *marketing* local, pois, “a cidade e a região empreendedoras são, isto é, devem ser antes de mais nada percebidas e planejadas como uma empresa” (VAINER, 2007, p. 18). Continuando,

Desenvolvimento local, empreendedorismo territorial, atração de capitais, marketing urbano se transformam nos principais instrumentos de um planejamento estratégico que não faz senão preparar a submissão da nação fragmentada a uma globalização que se projeta sobre os lugares. Com apoio de consultores internacionais ou de agências multilaterais que elaboram e difundem a retórica do planejamento competitivo e das estratégias territoriais empreendedoristas, o neo-localismo competitivo, espécie de “paroquialismo mundializado”, constitui ele também vetor da fragmentação (VAINER, 2007, p. 13).

Assim, os desdobramentos da fragmentação do Estado nacional, através da desconstituição política, intelectual e institucional, engendram cada vez mais um grau de complexidade histórica que antecede qualquer forma de planejamento territorial e projeto nacional.

Contudo, alguns desafios aparecem no cenário e se colocam para o enfrentamento à sociedade brasileira. Mais uma vez, Vainer (2007) apresenta formas de inventar novos modos de institucionalizar práticas republicanas e democráticas. Para isso, busca inspiração em movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Movimento de Pequenos Agricultores e Central de Movimentos Populares. O autor entende que não se deve esgotar os questionamentos acerca da força dos movimentos sociais e seus limites de atuação, pois ainda ficam refletidas questões sobre como operar o controle social pela própria sociedade civil. Uma outra questão seria pensar a redução dos passíveis sociais a partir de uma luta na esfera política e pública em que os movimentos sociais teriam força. Deve-se, antes, combater os reflexos da orientação política de vantagens, isenções fiscais ou

ambientais, para empreendimentos privados, cujos custos sociais são gravemente transferidos para a esfera social local. Isto nos remete a pensar formas de planejamento em que o Estado consiga não somente dialogar com a sociedade mas, sobretudo, garantir a atenção às demandas, de forma que se tenha uma prática política concreta. A sociedade deve promover formas de garantir sua superioridade na direção política, de forma que o Estado seja a representação dos interesses da própria sociedade e não das classes dominantes.

Apesar dos esforços despendidos para buscar soluções de integração regional do Nordeste com o restante do país, através da criação da SUDENE, esse processo se converteu a uma tendência a transformar o território e o submeter às lógicas e dinâmicas da expansão do capitalismo periférico e dependente.

Foram muitas as desigualdades existentes no país até a chegada do processo de industrialização mais precisamente no século XX. A região da Amazônia permaneceu até a segunda metade do século XIX tendo o extrativismo como atividade econômica preponderante, de baixa produtividade e quase nenhuma integração com o restante do território nacional. O complexo nordestino caracterizado pela atividade escravista no século XVII e XVIII enfrentou a profunda crise do açúcar, chegando ao século XIX como produto marginal no mercado internacional. Destacou-se também a produção de algodão, identificado como cultura de pobres, por se tratar de um insumo marginal e barato no mercado internacional, que encontra como principal concorrente o algodão egípcio e asiático já em fins do século XVII. Contudo, o algodão tornou-se o produto primário que mais intensificou os avanços do Nordeste rumo à integração com as regiões mais industrializadas do país.

As influências da Revolução Industrial no parque fabril têxtil, com o desenvolvimento do tear mecânico, fortaleceram a relação do Nordeste com os centros industriais de transformação do algodão. Os reflexos disso são que o Nordeste se tornava o principal produtor e exportador dos insumos para o abastecimento das fábricas têxteis no âmbito nacional, conforme segue:

Além disso, começa a despontar como principal comprador da produção nordestina a indústria têxtil nacional, que teve uma acelerada expansão entre 1900 e 1920 e passou a constituir-se na fonte de crescimento do algodão nordestino, até a fase de expansão e diversificação da agricultura paulista a partir da década de 30, como se vê posteriormente (NETO, 1989, p. 31).

Outra questão importante a ser analisada é a queda do preço do algodão no mercado internacional. A concorrência no mercado internacional e a precariedade do preço do insumo primário do algodão, contribuíram para o abastecimento do mercado interno como forma de incentivar a continuidade da produção, causando a dependência, inicialmente, do Maranhão, que decresceu em anos posteriores em relação a outras regiões do Nordeste.

Isso remete a um mercado de trabalho precário e deficiente, e mesmo na passagem do século XIX para o XX, o Nordeste apresenta uma economia dependente das relações de produção pré-capitalista. As débeis relações capitalistas de produção com o açúcar e o algodão como produtos principais, tendo preços marginalizados no mercado internacional e dependentes da economia interna e a grande propriedade da terra extremamente concentrada, contribuíram para que o Nordeste tivesse baixíssimo desempenho e sofresse um isolamento relativo.

Isso nos remete à percepção do que Guimarães Neto (1989) chamou, como vimos, de “isolamento relativo”, referindo-se às regiões de produção de insumos primários, visando o abastecimento do mercado internacional, ocorridos em todas as regiões do país em consonância ao percurso histórico de colonização, o período posterior será o de “articulação comercial”. Ou seja, enquanto o Nordeste vivia o auge da exportação de açúcar e algodão, para o mercado internacional, vivia também no isolamento relativo em referência às demais regiões do país. O Sul com a pecuária e a grande exportação de vinhos, o Sudeste e Centro-Oeste com a produção e exportação do café compartilham do mesmo resultado.

Após a crise de 1929, todos os mercados voltam-se mais a questão comercial interna, daí a passagem do isolamento relativo para a articulação comercial. Ou seja, os Estados iniciam formas de relações de produção dependentes da fase de expansão comercial.

Com a intenção do governo em instalar indústrias de base após 1930, o país passou a compor um cenário de grandes transformações. Existiu um direcionamento de decisões políticas governamentais a grandes investimentos em regiões já identificadas como centros produtores, com destaque para o Sul e Sudeste, que concentraram grandes parques industriais, em detrimento de outras regiões que ficaram subjugadas à

transferência da produção de insumos primários. A industrialização das regiões Sul e Sudeste competiram para criar vínculos de integração produtiva com outras regiões. O Nordeste somente passou a ser integrado quando a produção de açúcar e algodão se voltou para o abastecimento do mercado interno, contudo, ainda que de forma amena.

O crescimento industrial na região Sudeste, com destaque para São Paulo, irá configurar novo rumo para a integração produtiva. No primeiro vintênio de 1900, São Paulo se tornou mais diversificado devido ao desenvolvimento do capital industrial na região, transformando as relações de produção e consolidando uma determinada hegemonia na transferência de produtos para o mercado interno em meio à crise nacional e internacional ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial.

Com os avanços da economia paulista, a periferia regional continuou a crescer, contudo, na dependência causada pela própria economia paulista. Minas Gerais, ampliou fortemente a integração com suas exportações de gêneros alimentícios para o mercado interno e, principalmente, de seus produtos metalúrgicos primários, tornando-se um grande polo produtivo e exportador após São Paulo, em contrapartida ao Sul, fortemente de base agrícola, o que favoreceu a integração com as regiões menos diversificadas industrialmente.

Dado o porte e diversificação da agricultura paulista, a integração da oferta sulina deu-se, em termos relativos, muito mais com os mercados da zona urbana do Rio de Janeiro e com os principais centros do Nordeste do que com São Paulo. [...] É com a recuperação da crise que a economia sulina se integra ao mercado nacional, inclusive com São Paulo, devido a intensidade no corte de importações de bens de consumo. Entretanto, essa integração foi também limitada: a estrutura baseada na pequena e média empresa não poderia competir com a moderna indústria paulista, nem com a região do Rio de Janeiro (CANO, 1985, p. 57).

A questão regional de 1930 consagra os rumos que seguiram a política nacional para a ampliação das bases industriais nas regiões já consolidadas, enquanto que, as menos desenvolvidas, como o caso de parte do Nordeste e região amazônica, ficaram condenadas historicamente ao escasso desenvolvimento e crescimento econômico por se limitar ao campo industrial têxtil sem diversificação de produtos, ou ainda, por não acompanharem as modificações dos processos produtivos influenciados pelo desenvolvimento de novas técnicas de cultivo e transferência de tecnologia. Sobre esta questão, Cano (1985) destaca:

O Nordeste, com sua crítica situação exportadora, tinha como compensação o mercado cafeeiro para seu açúcar e a nascente indústria têxtil para seu algodão. É lícito concluir que seu capital agrário-mercantil, dada a débil dinâmica dessa economia, teria deixado de alimentar a acumulação de capital dos principais segmentos industriais do Nordeste, salvo talvez para sua insuficiente manutenção, com o que pagaria alto preço, mais tarde, quando essa indústria não mais tivesse condições de sobreviver. A Amazônia atravessaria crítico período de estagnação e o Extremo Sul continuaria a expandir sua agricultura, não apresentando, entretanto, grande desempenho industrial, salvo no que se refere à especialização têxtil que o estado de Santa Catarina adotaria, principalmente no setor de malharias (CANO, 1985, p. 70).

Corroborando com o pensamento acima, dado a importância que teve o capital cafeeiro, este período foi demarcado pela criação de instituições governamentais para o controle e financiamento de sua produção, conforme segue:

O governo de Vargas não abandonou nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou porém de concentrar a política do café em suas mãos. Em maior de 1931 o controle dessa política passaria das mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo, para um novo órgão federal, o Conselho Nacional do Café (CNC), criado em maio de 1931. O CNC ficava porém sob a influência direta dos interesses cafeeiros, pois era constituído por delegados dos Estados produtores. Em fevereiro de 1933, o órgão foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), processando-se então, definitivamente, a federalização da política cafeeira (FAUSTO, 1995, p. 333).

Após essa fase, o país viveu intenso período de lutas sociais, o que implicou em uma nova configuração do campo econômico. Este período é descrito por Fausto (1995) como período democrático, datado de 1945 a 1964. Com as intensões de implementação da ideologia liberal pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o país presenciou uma fase de aumento das importações. Contudo, como país eminentemente agrícola, a proposta liberal começou a apresentar problemas relacionados ao retorno sobre as importações e sua balança de pagamentos e inflação, passando a restringir as importações de bens de consumo. Esta decisão favoreceu a dinâmica de produção destes bens para o mercado interno e, conseqüentemente, a contribuir para o avanço da indústria no país.

A partir da década de 1950, as medidas econômicas de incentivo à industrialização foram intensificadas. Alguns fatores importantes podem ser identificados neste período, tais como a ampliação da oferta de energia para o Nordeste, o “reequipamento da marinha mercante e do sistema portuário” (FAUSTO, 1995, p. 409), bem como a fundação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico (BNDE).

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi marcado pela expansão de infraestrutura nacional vinculada aos altos índices de crescimento econômico decorrentes de sua política nacional-desenvolvimentista³⁰. O período democrático e de estabilidade política e econômica findou a partir do Golpe de 1964, decorrente de vários conflitos partidários e esferas de poder. Neste interim se consolidou a conspiração militar para a derrubada presidencial de João Goulart (1961-1964). Os governos militares³¹ preocuparam-se eminentemente com o aumento das taxas de crescimento econômico, contudo, a um custo social elevadíssimo. Importante saber que este período ficou conhecido como o “milagre brasileiro”³², em que o milagre ocorreu apenas para a classe dominante, deixando para a população os reflexos devastadores da compressão dos salários com reajustes inferiores à inflação, aumento sistemático do custo de vida com o aumento das tarifas de serviços de telefonia, energia elétrica, gasolina e pão (FAUSTO, 1995). Isto tem relação direta com a grande dependência da economia brasileira ao capital internacional, bem como resultado da busca pela reorganização das finanças nacionais da União através de medidas de cortes de subsídios para trigo e petróleo, aumento da arrecadação de impostos e correções monetárias.

Nos anos de 1980 a instalação da crise econômica generalizada ocasionou a busca pelo ajuste estrutural, caracterizada pela adesão das diretrizes do Consenso de Washington em 1989, também entendido como “consenso neoliberal”³³, nesse sentido,

³⁰ Fausto (1995) explica que esta concepção é sustentada pelo controle do Estado nacional sobre a infraestrutura (transporte, comunicação, energia) e a indústria básica, ficando as outras áreas de atividade econômica sobre o poder das empresas privadas nacionais. Essa proposta, contudo, no governo JK foi mesclada aos interesses do capital internacional, ou seja, apesar do Estado ser nacionalista, seria imprescindível a formação de alianças com o capital internacional a partir da abertura financeira para entrada de recursos provindos de fontes externas.

³¹ Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Baptista Figueiredo (1979-1985) (FAUSTO, 1995).

³² Período entre 1968 a 1973, demarcado pela grande concentração de renda e aumento da desigualdade econômica e social no país. O termo “milagre” se referiu ao elevado crescimento do PIB no período militar, porém, com elevada taxa de inflação (KOSHIBA e PEREIRA, 1996).

³³ O neoliberalismo consolida uma tendência à mercantilização dos direitos socialmente conquistados, ou seja, saúde, educação e seguridade deixam de ser direitos e passam a ser “bens” e “serviços”, resignificados (entenda-se, transmutado conceitualmente) à categoria de mercadoria, e conseqüentemente, passam a ser absorvidas pelo livre mercado. A raiz do pensamento neoliberal está relacionada ao texto “Os Caminhos da Servidão” do autor Friedrich Hayek escrito em 1944.

a solução governamental foi buscar orientações e recursos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o qual influenciou os ajustes da política monetária nacional. Governos foram orientados por esta conjuntura e conseqüentemente, a Constituição de 1988 e as relações entre os entes federados foram duramente afetadas pela criação e contribuição de taxas, as quais configuraram o desvio do conceito de receita tributária, não seguindo as obrigatoriedades de distribuição dos recursos conforme as regras federativas e vinculações constitucionais (ARAÚJO, 2005). Dessa forma, o direito ao retorno e redistribuição de recursos em favor de Estados e municípios acabou sendo direcionado para diversos caminhos, que promoveram crescente concentração de recursos para a União.

Araújo (2000) faz um balanço histórico para demonstrar duas principais tendências no decorrer dos anos 1970 a 1990, compreendendo os desdobramentos econômicos e políticos, a saber: o estancamento da desconcentração que dominou o período da década de 1970 e 1980, e o da fragmentação do país após 1980, chegando a inaugurar um novo modelo econômico de economia de mercado nos anos 1990 com reflexos da globalização.

É no século XX que acontece o que a autora chama de tendência antiga, quando se refere ao aspecto da internacionalização do capital e dos fluxos mercantis à internacionalização produtiva, em especial a financeira, ou seja, tudo isso se resume ao processo de globalização.

Neste contexto, Almeida (2010) apresenta um balanço histórico da década 1990 demonstrando como a proposta de reforma do Estado, através da imposição do paradigma neoliberal, toma proporções alanvacadoras da mudança social a partir dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, pois, naquele momento de havia uma efervescência política conservadora:

A urgência de mudança social relaciona-se diretamente à depredação do Estado que levou à devastação dos serviços públicos. O Estado exaurido posto a serviço da globalização da economia incapaz de articular qualquer política, gastava seus recursos no pagamento da dívida externa (ALMEIDA, 2010, p. 99).

Após o processo de globalização, segue-se a tendência da reestruturação produtiva, o que caracterizou um momento histórico de evolução tecnológica do

processo de produção, com especial destaque à microeletrônica, que transformou a forma de como se produz e organizou a cadeia produtiva de forma a criar condições para a produção flexível para acumulação flexível. Esta tendência desencadeou, como ainda hoje, a criação de grandes blocos econômicos com a intenção de integrar, cada vez mais, sua produção nos espaços competitivos.

Após esse percurso, o passo seguinte foi o da financeirização da riqueza. Esta fase foi caracterizada pela “fantástica possibilidade atual de criar riqueza, ampliar patrimônio, acumular capitais na esfera financeira, operando no mercado cambial, na bolsa de valores, no mercado de títulos públicos, no mercado de derivativos” (ARAÚJO, 2000, p. 10) dentre outras formas. Foi uma fase característica que se instalou após os anos 1970.

Conforme Araújo (2000) o Brasil na década de 1970 foi marcado por elevada taxa de crescimento, chegando a 7% ao ano. As razões disso foram a modernização do parque industrial nacional com a criação de megaprojetos como a hidrelétrica de Itaipu e a Grande Carajás. Contudo, concomitante a este processo a dívida externa passou por múltiplas fases de crescimento, chegando a quadruplicar seu valor (US\$ 12 bilhões para US\$ 54 bilhões), o que trouxe condições negativas. O Estado que antes tinha como proposta ideopolítica ser desenvolvimentista e superavitário, patrocinador do avanço das forças produtivas, elevando o conceito da nação ao de Brasil Potência, passou a conviver com um Estado deficitário, em crise financeira, refém de credores poderosos (interno e externo). Na década de 1980 é marcado pela crescente exportação e superávit da balança comercial, frutos dos acordos do país com o FMI. Porém, a demanda interna apresentou um processo de desaceleração, efeito da financeirização da dívida pública através de títulos da dívida mobiliária. Araújo (2000) destaca que cresceu ainda a taxa da inflação, que saltou de 100% para 1.783% anuais. Devido a estes fatores houve a criação de planos para conter o avanço da crise interna, ou seja, o Plano Cruzado 1 e 2, Plano Verão e Plano Bresser.

Ratificando as considerações acima, na década 1990 aparecem a abertura comercial ao capital internacional, a desnacionalização do sistema bancário, a redução do imposto sobre importações, com grande destaque para os reflexos negativos apresentados pela região Nordeste, a qual não gozava das mesmas condições das

regiões Sul e Sudeste.

É necessário ressaltar que as novas concepções de desenvolvimento ganharam destaque com os temas “desenvolvimento sustentável” e “solidariedade intergeração” (ARAÚJO, 2005). É necessário e emergente se pensar num enfrentamento direto sobre as tendências das diferenciações regionais que concorrem para a fragmentação nacional.

A divisão social do trabalho passa a ser cada vez mais especializada e inserida nos processos de produção. Produção esta que constituirá os ganhos financeiros de grandes blocos econômicos pelos excedentes gerados, orquestrados pela transferência de capital para contas internacionais, deixando para os que ficam os custos sociais como reflexo da grande distorção do papel do Estado. A divisão social do trabalho, bem como a divisão sexual do trabalho serão impactadas pelas relações de mercado, as quais passam por profundas transformações na dinâmica regional.

Para compor os reflexos degradantes dos problemas enfrentados no Brasil, somam-se a crise do setor público, que sofre com a manutenção e acumulação da dívida pública, através da venda de títulos que se expressam como negócios financeiros de alta lucratividade, bem como a variação das taxas de câmbio e juros altos. A dívida histórica do setor público, desde as décadas de 1970 a 1990, consumiu recursos da União e, a médio prazo, causou efeitos negativos para as contas estaduais e municipais.

Nesse sentido, Araújo (2005) destaca que o Estado brasileiro se tornou refém dos seus credores e mudou a natureza de sua presença no contexto nacional, ou seja, o Estado se tornou o patrocinador da acumulação dos agentes econômicos na esfera financeira, o que foi determinante para as distorções da economia brasileira, inclusive das iniciativas produtivas, que devido ao grande distanciamento do segmento financeiro em relação ao econômico, apresentaram grave ameaça a sustentação de negócios produtivos de base econômica.

Por tudo que foi dito, podemos identificar as impressões negativas e desiguais do processo de desenvolvimento regional, as quais tornam visíveis a importância que tem a Questão Regional para a compreensão desses fenômenos.

Após termos apresentado um breve percurso histórico e teórico sobre a

Questão Regional a nível nacional, passemos a analisar o Maranhão neste contexto, pois, como integrante da região amazônica, os reflexos sociais, políticos e econômicos discutidos se apresentam como fontes para a compreensão do que houve no passado, se repercutem no presente e passam a orientar o pensamento para o futuro. Para melhor compreensão devemos revisitar aspectos históricos de sua constituição econômica e política, aspectos estes responsáveis por sua inserção na Questão Regional.

2.2. O Maranhão na Questão Regional

Sem reduzirmos a vasta complexidade do percurso histórico em que o Maranhão passou a ser constituído, desde o seu nascedouro ficou eminente o conflito territorial a que foi submetido. Após a formação das capitanias e a descentralização administrativa, se tornou quase impossível a própria Coroa controlar os conflitos políticos deflagrados em suas regiões, e o Maranhão, resistindo às mudanças no tempo, se colocou como ponto de partida para a constituição independente da tríade com o Piauí e o Pará. Importante lembrarmos que a presença do poder emanado da Coroa formatava as divisas territoriais conforme seus interesses e que, desta forma, se constituía o poder sobre as regiões.

Reconheceu cedo a Coroa que a extinção e divisão do Estado do Maranhão em capitanias autônomas nem uma vantagem trouxera senão aos interesses pessoais daqueles que a haviam pleiteado, e que era mais conveniente a existência de uma autoridade superior e supervisora no distante domínio onde as questões políticas se amudavam e sucediam, obrigando a constantes intervenções da autoridade superior para dirimi-las e restabelecê-la, o que fez pela carta régia de 25 de agosto de 1654, designando então o Estado do Maranhão e Grão-Pará, continuando a capital em São Luís e ficando o Piauí, que antes o integrara, sujeito ao Brasil. Para seu primeiro governador e capitão-geral, nesta nova fase, foi nomeado o herói da guerra contra os holandeses em Pernambuco, André Vidal de Negreiros, fidalgo da Casa Real e comendador de São Pedro do Sul, alcaide-mor das vilas de Marialva e Moreira. Assim subsistiu o Estado, sem maiores alterações, salvo a perda da capitania do Ceará em 1680 e a recuperação da do Piauí em 1715, (11.jan.) até 1753, quando, transferida a capital para Belém, passou a designar-se de Grão-Pará e Maranhão (MEIRELES, 2015, P. 131).

Assim constituído, alcançou autonomia no período do Império e seu território fixou relações limítrofes entre o Pará, Piauí, Tocantins e Goiás. A partir das divisas com

estes Estados houve a consolidação territorial já no século XIX conforme segue:

O Maranhão, quando se integrou no Império do Brasil como sua província, estava reduzido praticamente ao que fora de início a capitania geral, perdida que foi sendo sua hegemonia sobre as demais partes que haviam constituído o Estado Colonial – o Ceará, o Grão-Pará, o Piauí, todas também tornadas autônomas. Estendia-se, então, pela costa, da foz do Parnaíba à do Turiaçu, que lhe fixavam as fronteiras com o Piauí e o Pará, respectivamente, e dos quais se desligara desde 1772 e 1811: em 1852, pelo decreto Nº 639, de 12 de junho, os seus limites com a vizinha província do Pará voltariam a traçar-se pelo Gurupi, como o fora quando da constituição do Estado em 1621; e em 1854, pelo decreto Nº 773, de 23 de agosto, foram fixados os limites com a de Goiás na Serra das Mangabeiras e nos rios Manuel Alves Grande e Tocantins. Ficou assim, finalmente, com uma área de 334.809 km², conforme a estimativa (MEIRELES, 2015, p. 277).

Torna-se de grande importância destacar a presença da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM), criada em 1755 e extinta em 1777 (MOREIRA, 2014), como grande impulsionadora da inserção do Estado no contexto nacional e internacional. Foi com sua participação que o Estado iniciou uma profunda modificação em seu contexto político e econômico, o qual correspondeu a um grande crescimento das exportações de algodão e arroz devido ao seu modelo agro-exportador.

Antes, empobrecido e esquecido pelas circunstâncias vivenciadas pela Coroa Portuguesa - tais como a tentativa de implementação, sem sucesso, da Companhia de Comércio das Índias Orientais em 1628 e a Companhia Geral do Brasil em 1649 - Portugal chegou ao século XVIII com grandes dificuldades financeiras para garantir a continuidade de seu império, isto sendo um resultado de um doloroso processo de declínio. Somente em 1750, devido à consolidação do absolutismo e do mercantilismo, Portugal apresenta uma evolução nas medidas de controle para a suas colônias, com o temor de perdê-las para outras potências europeias. É neste contexto que são criadas as Companhias de Pernambuco e Paraíba, e a do Grão-Pará e Maranhão, esta última apresentada como o principal mecanismo de salvaguarda do domínio português e o mantimento de suas conquistas, ao mesmo tempo em que inicia a injeção de forças produtivas e coloca o Maranhão com evidência na Questão Regional. A pesquisa demonstrada por Manuel Nunes Dias (1970) e utilizada por Moreira (2011), identifica o crescimento das exportações de algodão e arroz em

arrobas³⁴, no período de 1760 a 1778, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Exportação de algodão e arroz de São Luís para Lisboa (1760-1778)

Anos	Arroba Algodão	Crescimento (%) a.a. ³⁵	Arroba Arroz	Crescimento (%) a.a.
1760	6.510	100,00	-	-
1761	5.197	79,83	-	-
1762	3.396	65,35	-	-
1763	3.659	107,74	-	-
1764	6.476	176,99	-	-
1765	7.521	116,14	-	-
1766	11.217	149,14	-	-
1767	12.705	113,27	225	100,00
1768	23.810	187,41	273	121,33
1769	25.470	106,97	555	203,30
1770	15.542	61,02	627	112,97
1771	12.015	77,31	8.133	1297,13
1772	37.236	309,91	30.217	371,54
1773	40.813	109,61	57.465	190,17
1774	20.994	51,44	50.920	88,61
1775	25.886	123,30	109.599	215,24
1776	25.521	98,59	75.154	68,57
1777	40.553	158,90	144.845	192,73
1778	38.051	93,83	129.032	89,08
Soma/Taxa Média (%) a.a.	362.572	120,35	607.045	254,22

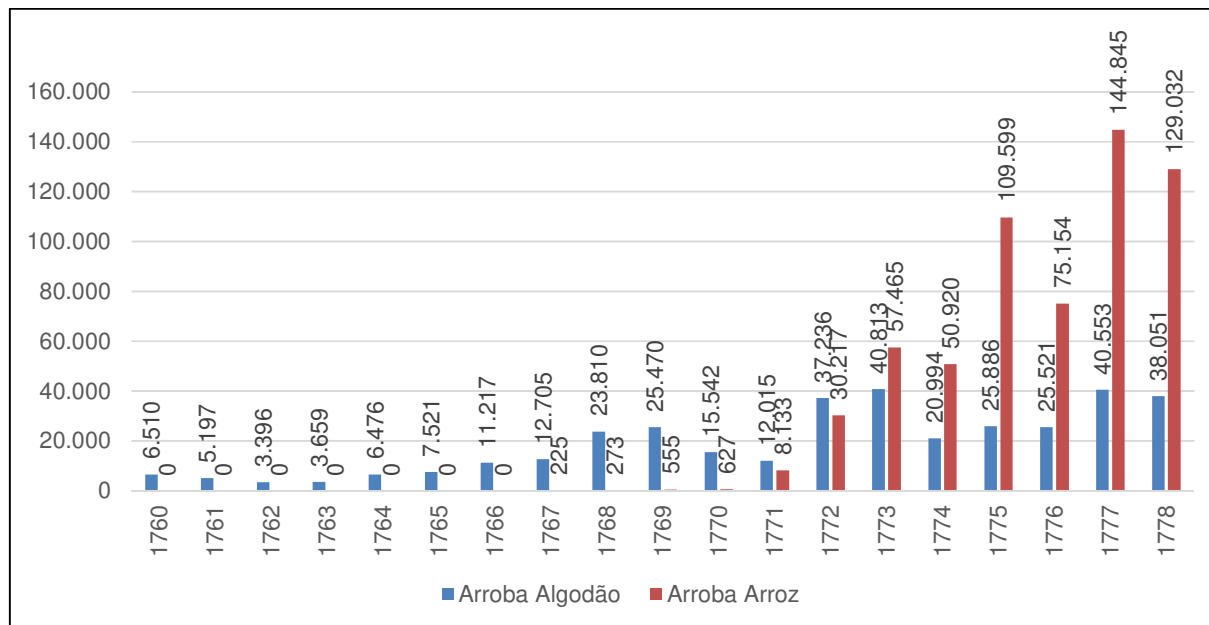
Fonte: Adaptado de Dias (1970 *apud* MOREIRA, 2014, p. 18-19).

Ao contar a totalização entre os anos de 1760 a 1778, Dias (1970, *apud* MOREIRA, 2014) encontra como resultado o total a soma de 362.572 arrobas para as exportações de algodão, com taxa média de crescimento em relação a anos anteriores (a.a.) de 120,35%, e 607.045 arrobas para exportação de arroz com taxa média de 254,22%. No gráfico abaixo pode-se visualizar o período de maior exportação de arroz e algodão em quantidade de arrobas.

³⁴ Unidade de medida que era utilizada no sistema imperial para conferir a quantidade de massa ou volume de produtos exportados. Não há um consenso universal sobre o seu valor, contudo, para o sistema imperial de Portugal era equivalente a 14,7kg.

³⁵ Refere-se ao crescimento de exportação em percentual correspondente ao ano anterior.

Gráfico 1 – Evolução da exportação de algodão e arroz de São Luís para Lisboa (1760-1778)



Fonte: Adaptado de Dias (1970 *apud* MOREIRA, 2014, p. 18-19).

A exportação de algodão encontra no ano de 1773 seu maior desempenho, expressado por 40.813 arrobas, enquanto que o arroz registra auge de exportações em 1777, com 144.845 respectivamente. Este resultado se deve ao processo de implementação da Companhia, que tinha por objetivo garantir o fornecimento de mão-de-obra e acesso a créditos. Conforme nos demonstra Moreira (2011) sobre o papel das companhias:

Elas deveriam ser um instrumento destinado a gerar recursos para o financiamento da empreitada mercantil das potências coloniais. A estabelecimentos desse tipo, que reuniam capitais privados e estatais, eram conferidos alguns privilégios, tais como o monopólio do comércio, da navegação e dos direitos sobre a arrecadação de tributos (MOREIRA, 2011, p. 16).

Toda essa movimentação de transferência de produção apresentou uma dinâmica no mercado interno. Houve um acelerado crescimento observado em todas as capitanias pois, na medida em que se exportava os produtos primários, frutos do latifúndio e, para que houvesse continuidade dessa produção, foram necessárias a transferência e a circulação de outros tipos de mercadorias, escravos e animais, tanto

para o consumo quanto para serem destinados aos processos de produção. Sendo o estado do Mato Grosso do Sul rico em pecuária, registrou-se uma grande movimentação na direção do Sul para o Norte, de gados e mulas, os quais foram investidos no mercado interno (MOREIRA, 2011). Da mesma forma, produtos como fumo, açúcar e aguardente fluíam do Norte para o Sul. Houve intenso crescimento entre as articulações comerciais de produtos agropecuários entre estados do Nordeste e Sudeste, tais como trigo, açúcar, farinha e escravos. Novas articulações nasciam, a pecuária e seus derivados também se estendiam entre essas regiões.

Não podemos descartar os interesses das oligarquias locais e sua relação com a Coroa, tampouco as relações que emanavam entre estrangeiros europeus aliados da Coroa e famílias oligárquicas locais. Essa visão muda a perspectiva puramente econômica, tal como falado no início deste capítulo por Francisco de Oliveira (1993), em que destaca que a concorrência não se organizava a si mesma, mas necessita da participação do Estado, através da presença das frotas para facilitar e direcionar a circulação de mercadorias. Tampouco eram as tropas que tomavam as decisões sobre a direção da circulação, mas a presença de grupos familiares de elites oligárquicas, que mantinham relações de interesses comuns a determinadas regiões, que variavam entre a compra de terras, direitos políticos e comercialização de produtos para exportação.

Esses interesses visavam, acima de tudo, a permanência do poder sobre o sistema político e econômico da região. Ainda no século XVIII já havia a necessidade de famílias de elites seguirem o mesmo percurso de constituição das dinastias européias, através da consolidação de matrimônios com grupos que detinham relação com a Coroa Portuguesa e conseqüente poder político. Até mesmo a Companhia Grão-Pará e Maranhão foi gerida por um grupo de elite familiar.

A organização tradicional do poder português, no Maranhão, foi representada por um grupo de famílias interessadas na nova dinâmica econômica implantada na capitania pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII. Foi a possibilidade de participar do processo de alinhamento da economia do Maranhão ao sistema mercantilista e as vantagens e facilidades em tomar parte no novo sistema agroexportador maranhense, que atraíram grupos de estrangeiros

interessados nos ganhos da empreitada.

O Maranhão, no processo de articulação comercial, apresentou um cenário moderadamente diverso, tal como nos traz Moreira:

Relativamente ao cenário maranhense, a situação era diversa, mas não inteiramente. As conexões do Maranhão se davam através da agroexportação, e, portanto, com mercados externos, mas simultaneamente, havia a produção pecuária, que se articulava com o Nordeste por uma ligação terrestre derivada desse setor que partia do Maranhão com destino, principalmente ao Ceará, em Aracati e Camocim, onde as boiadas alcançavam seu destino e onde floresceram indústrias de charque e de couros. O algodão maranhense, por sua vez, ia em sua maior parte para Recife de onde os traficantes pernambucanos adicionavam mais escravos ao plantel do Maranhão (MOREIRA, 2011, p. 24).

O autor acima, fazendo uma análise sobre a obra de Jorge Caldeira (2009) intitulada de “História do Brasil com empreendedores”, revela aspectos do Maranhão no contexto colonial, identificando que as relações destes “empreendedores” eram vastas e complexas, pois se relacionavam entre si e entre povos nativos. As relações com povos nativos, por vezes, eram estrategicamente pensadas, inclusive com respeito "aos casamentos de alianças com mulheres índias o que permitiu organizar a transição da produção comunitária indígena para a produção de excedentes destinados às trocas" (MOREIRA, 2011, p. 27).

Do período colonial à República, o Maranhão estaria disputando o mercado externo e interno pelo alto cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, devido a grande quantidade de terras e presença abundante de mão-de-obra barata. Contudo, não tardou para que o Estado sofresse com o isolamento relativo em relação a outras regiões, fazendo com que a população passasse por grande dificuldade, encontrando sua forma produtiva basicamente na economia de subsistência. Na chegada do século XVIII, a pobreza que se instalou na região amazônica, obrigou os colonos a lutar tenazmente pela captura de mão de obra indígena.

Conforme nos aponta Celso Furtado (2005), o Maranhão passou a se expandir pela ação dos colonos e jesuítas, estes últimos, primeiramente, iniciaram com uma ação de defesa indígena, depois, passaram a buscar formas racionais de convivência e, finalmente, encontraram nessa relação uma forma de exploração servil de mão de obra para abastecimento da produção da colônia. Contudo, o Estado apresentou como característica central a economia de subsistência, passando por

profundas crises sociais. Como visto em momento anterior, em todas as fases de produção houve avanços e recuos, contudo, os recuos foram excessivos e fizeram com que o próprio Estado se tornasse menos desenvolvido em relação a outros. A cultura do açúcar produzido nas mediações dos rios Parnaíba, Itapecuru e Mearim concorria com o produzido nas Antilhas, a cultura do algodão era dita como “cultura de pobres” - cultura esta que forneceu matéria prima para as indústrias fabris têxteis localizadas na capital – e a cultura do Babaçu, que não prosperou como produção de base do Estado, pois o Maranhão não conseguiu diversificar e sistematizar sua produção. Outros produtos teriam ou não o mesmo percurso, como o caso do couro, derivado da pecuária periférica e dependente, vinculado expressivamente para o abastecimento do mercado interno.

No século XX, com o advento das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o Maranhão aproveitou as oportunidades surgidas no mercado internacional de produtos têxteis, frutos do comprometimento deste segmento das economias européias e norte-americanas. Até 1940 o algodão era o principal produto do estado, compondo 70% do valor de exportações, mas que declinou totalmente devido à característica do modelo de produção artesanal, ainda de modo arcaico, impossibilitando-o de concorrer com os processos de cultivo modernizados presentes na região Sudeste. Dez anos depois, o estado do Maranhão foi conduzido a manter relações comerciais com o centro-sul, em função do surgimento da necessidade de se voltar para o mercado interno. Conforme nos apresenta Barbosa:

A partir da década de 1950, o arroz passava a competir no mercado nacional. A economia maranhense começava a se articular com o capitalismo industrial, que se desenvolvia no centro-sul, no momento em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tinha como *locus* principal a região Sul, comandada por São Paulo (BARBOSA, 2006, p. 82).

Neste período que se presencia a proposta de incorporação política do Brasil à vinculação do capital internacional, propalada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Maranhão e a Amazônia foram incorporados definitivamente pelo capital urbano-industrial em seus espaços produtivos (BARBOSA, 2002).

Na década de 1970, concomitante ao período do “milagre brasileiro”, no Maranhão imperaram os conflitos entre grileiros, posseiros e fazendeiros, fruto da luta

pela conquista da terra. O Estado se tornou o maior instrumento para a aquisição da terra, tornando a grilagem cartorial uma prática institucionalizada.

A violência da grilagem cartorial foi praticamente institucionalizada no Maranhão, tornando-se o principal mecanismo de expropriação utilizado pelo governo – além, certamente, do uso da força policial. Da grilagem de pequenas propriedades agrícolas, áreas devolutas ocupadas pelos posseiros ou de comunidades herdeiras de terras seculares, formavam-se grandes fazendas na encosta das principais rodovias federais e estaduais. A paisagem geográfica também se modificou com os cercamentos das áreas destinadas ao cultivo agrícola. O produtor da pequena unidade camponesa, expulso do campo, passou a morar entre as rodovias e as cercas. Este quadro se completava com a criação do gado bulbalino, desenvolvido em grande parte da baixada maranhense (BARBOSA, 2006, p. 84).

Os reflexos disso, conforme citação acima, foi a criação de novas categorias no campo, ou seja, o meeiro, o arrendatário, o parceiro, bem como um grande contingente de proletariado rural em processo de êxodo por todo o estado. Esta realidade passou a configurar um processo de imigração no sentido campo/cidade, em que a capital do estado passou a receber. Esta população, contudo, buscava na cidade o seu único meio de sobrevivência, através da expectativa de assalariamento.

Somente a partir de 1980, com a instalação do projeto Grande Carajás, integrado pela Companhia Vale do Rio Doce e o Consórcio Internacional da Alumina em São Luís, que o Maranhão irá apresentar significativo crescimento econômico frente às exportações de minério, ferro e grãos. O percurso logístico também condicionado pela ligação do Pará com o estado proporcionado pela Estrada de Ferro Carajás e o Porto do Itaqui, posicionando-o como grande exportador no mercado internacional. Mas isso decorria da relação de integração econômica do Maranhão com o capital industrial internacional, ou seja,

A partir da década de 1980, a força dos grandes projetos industriais que se desenvolveram no bojo do Programa Grande Carajás (projetos minero-metalúrgicos, agropecuário, reflorestamento, etc.) e seus pólos industriais instalados em vários municípios do Estado (Rosário, Santa Inês, Açailândia, Imperatriz), permitiam ao capitalismo industrial no Maranhão engendrar a combinação de formas modernas (tecnologia) e atrasadas (manual e braçal) – impulsionadas e ou patrocinadas pelo Estado. Trata-se de uma relação bastante comum desde a lei imperial 2.687 (de 1875), segundo a qual os governos de províncias deveriam oferecer garantias (de ingresso; isenção de impostos; máquinas; equipamentos) às companhias que investissem seu capital em engenhos de canas (BARBOSA, 2006, p. 88).

Corroborando com esta perspectiva, o capital industrial e suas relações

escalares foram, no passado e no presente, aliadas, e constituiu os interesses do próprio capital, seja ao lado do Estado ou da empresa, seja no público ou no privado. O capital industrial se define em função do interesse das classes dominantes, e se consolida com a intensa exploração da classe trabalhadora.

A percepção das relações de capital industrial com a conciliação dos interesses do Estado marcou a verdadeira face da opressão que sofre a classe trabalhadora. Os grandes investimentos, como o Projeto Grande Carajás, trouxeram, contudo, a expansão de crédito em enormes quantias para serem aplicados estrategicamente, crédito este que impulsionou a produtividade através da exploração massiva da classe operária e retornou – como retorna – em lucratividade de grandes cifras aos cofres da classe dominante, ficando o trabalhador na situação salarial deficitária em relação ao conjunto da produção. Como afirma, mais uma vez Barbosa:

O Programa Grande Carajás teria como objetivo atrair investimentos de grandes empresas multinacionais, funcionando como fonte geradora de divisas – para fazer face ao equilíbrio de balança de pagamentos em meio a uma conjuntura marcada pelo refluxo dos créditos internacionais (BARBOSA, 2002, p. 112).

Portanto, o que definiu a década de 1980 para o Maranhão, foi a passagem de uma economia local para a integração do capital industrial internacional em forma de produtora de divisas. A partir da implementação desses grandes projetos que ocorre o reordenamento espacial do estado.

Outra dimensão a ser vislumbrada pelo reordenamento espacial foi o que ocorreu na capital, com a indução do capital industrial, decorrentes de um processo histórico. São Luís passou a sofrer uma reconfiguração espacial a partir da relação de produção entre o capital industrial e a classe trabalhadora. Um pouco do passado histórico de sua formação nos revela como ocorreu a espacialização da cidade de forma a antever a distribuição dos espaços de moradia e de trabalho, decorrentes da produção e movimentação de mercadorias. Assim, a urbanização, fruto do interesse do capital industrial, transformou as relações da cidade com o campo e estabeleceu a cidade como região de centro em relação ao campo. Dessa forma, concordamos em demonstrar como ocorreu a reordenação do território da capital a partir de uma revisão histórica.

A capital do Maranhão foi fundada em 8 de setembro de 1612, por Daniel de

La Touche e François de Rasilly, franceses que vieram com o objetivo de estabelecer a França Equinocial. Seu nome foi estabelecido em homenagem ao então Rei da França, Luís XIII, partilhando assim de sua nomenclatura. Foi elevada à condição de cidade e criado o distrito de São Luís pela Lei Municipal n.º 17, de 17-12-1896. O município se formou na península que avança sobre o estuário dos rios Anil e Bacanga. Grandes eventos ocorreram no seu território e promoveram crescentes revoluções, confluindo para a guerra as três grandes potências colonizadoras, sendo a portuguesa, a francesa e a holandesa.

Conquistada e incorporada do domínio português, apenas três anos depois de sua fundação pelos franceses (1615), a cidade de São Luís sucumbiria, ainda no decorrer do século XVII, ao domínio holandês. Todavia, assim como acontecera com os franceses, também os holandeses, batidos em guerra pelos portugueses, seriam expulsos decorridos três anos da invasão, em 1645. É quando se inicia, de fato em definitivo, a colonização portuguesa da antiga *Upaon Açu* ou Ilha Grande, segundo a denominação tupinambá para a Ilha de São Luís (IBGE, 2016).

Como visto em capítulo anterior, sua importância se deve principalmente por ser caracterizada como porto fluvial e marítimo, desde o período colonial entre os séculos XVIII ao XIX, desempenhando importante papel para a economia maranhense, e para a economia nacional. Depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, foi considerada o quarto centro exportador de algodão e arroz.

São Luís é conhecida mundialmente por ter como centro urbanístico colonial, o Centro Histórico, o qual revela em sua arquitetura o traçado urbano típico da colonização portuguesa. Conforme descrição abaixo, podemos entender que

Na realidade, a tipologia arquitetônica que corresponde aos séculos XVIII e XIX difere, em muito, das casas em taipa e madeira que caracterizam os edifícios de caráter civil do século XVII: constituem-se em sólidas construções em alvenaria de pedra e argamassa com óleo de peixe, serralheria e cantarias de líz de origem européia, e madeira de lei. De qualquer maneira, os mais representativos exemplares da arquitetura de São Luís datam, sobretudo, da segunda metade do século XIX. Trata-se dos sobrados de fachadas revestidas em azulejos portugueses que se consubstanciam num dos aspectos mais peculiares da expressão civil maranhense (IBGE, 2016).

Sobre esta influência que repousam os olhares de poetas, escritores romancistas, historiadores e pesquisadores de todas as gerações e grandes áreas, como forma de desvendar não somente seu processo de construção, mas a cultura que

se apoderou da região. Iniciada como centro comercial da cidade de São Luís, famoso por receber grandes embarcações, o Centro Histórico ainda nos fornece o encontro entre o presente e o passado, localizando espacialmente, na estrutura, a própria história de sua conjuntura.

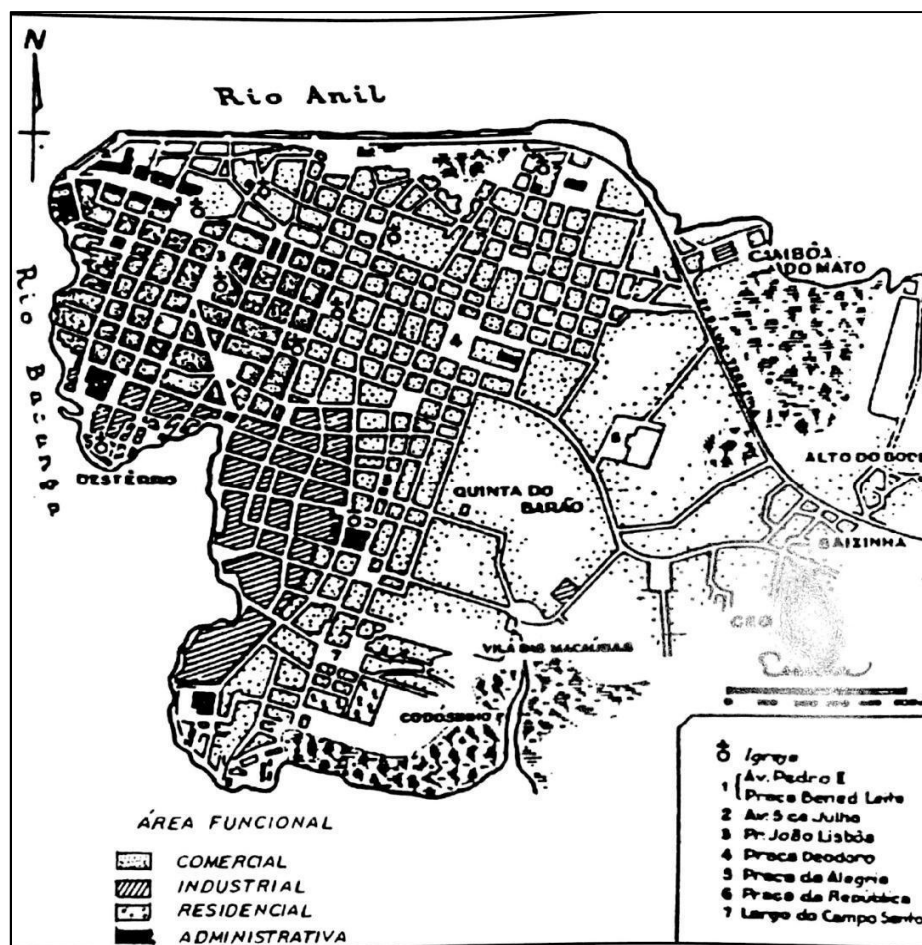
A ocupação do território de São Luís está fincada na histórica constituição do Brasil. Não obstante, o processo se deu por intermédio das capitanias hereditárias no século XVII, tendo como objetivo central implantar a administração de terras conquistadas pela Coroa portuguesa. Com o decorrer das transformações políticas, a organização geográfica foi determinada pelas delimitações do espaço definidas por uma necessidade de administração e controle do Estado, chegando ao século XX com profundas marcas históricas.

É nesse contexto que nos reportaremos, neste capítulo, à grande capital do Maranhão, observando sua relação com o espaço e o tempo, abordaremos a situação da diferença regional no processo de ocupação do território, levando a cabo a distribuição dos espaços conforme a necessidade do próprio sistema social e as orientações de cunho político e oligárquico. O que iremos abordar neste momento vincula-se à Questão Regional, de forma a contribuir para identificar que a desigualdade de distribuição dos espaços está associada ao preço da terra, implicando, necessariamente em uma distribuição de riqueza de forma desigual. Contudo, lembramos que a razão dessa desigualdade tem seu nascedouro nas decisões políticas, pois o próprio Estado, conforme já vimos, não pode ser separado daqueles que o constituem: as classes dominantes.

Sobre o desenvolvimento e ocupação do território de São Luís, Ferreira (2014) nos demonstra a partir de sua análise histórica, de 1612 a 1980, que os detentores de capital industrial concentravam-se no setor têxtil e óleo vegetal, e a partir da relação de produção e emprego, contribuíram para a reprodução do espaço urbano, ou seja, o nascimento de bairros como o Centro Histórico e Anil. Ascendentemente, São Luís passou por transformações profundas no aspecto de valorização do solo urbano, trazendo a reflexão sobre a necessidade do uso do solo para moradia e seu valor especulativo inacessível à classe trabalhadora. Isso decorreu pela passagem de São Luís de uma capital industrial para administrativa, reforçada pelo capital comercial. A

divisão da cidade de acordo com Azevedo (1950, p. 5 *apud* Ferreira, 2014, p. 45) em 1950 apresentava-se dividida em quatro áreas funcionais: 1) comercial; 2) industrial; 3) administrativa; 4) residencial. Conforme figura abaixo:

Mapa 1 – Cidade de São Luís em 1951



Fonte: Azevedo (1951, p. 36 *apud* FERREIRA, 2014, p.46)

O mapa acima revela que as áreas residenciais foram se aglomerando nas proximidades da área comercial e industrial, contudo, as áreas consideradas planejadas como os conjuntos habitacionais estavam predispostas à moradia de trabalhadores essencialmente urbanos. Os demais ficaram à margem do processo de habitação regular, amontoando-se em aglomerados periféricos ou “sub-habitações” (FERREIRA, 2014).

O processo histórico de ocupação de São Luís ocorreu de forma induzida,

conforme o processo de ocupação das demais capitais brasileiras. De acordo com Maricato, isso se deve ao fato de que,

As cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social, mas o ambiente construído faz mais do que refletir. Como parte integrante das características que assume o processo de acumulação capitalista no Brasil, o urbano se institui como pólo moderno ao mesmo tempo que é objeto e sujeito da reprodução, ou criação de novas formas arcaicas no seu interior, como contrapartida de uma mesma dinâmica (MARICATO, p. 21, 1995).

A autora nos demonstra que o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) foram estratégicos para a definição da modernização excludente, tendo em vista que foram importantes instrumentos criados pelo regime militar em 1964 para estruturação e consolidação do mercado imobiliário urbano capitalista. Mesmo as políticas públicas aplicadas ao financiamento da habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbanos, mudou a face das cidades brasileiras contribuindo para a verticalização das áreas residenciais centrais e o aumento especulativo do solo. Aplicou-se ainda as políticas clientelistas em meio ao oferecimento de habitações pelo SFH, o qual consolidou e direcionou este benefício a trabalhadores que tinham renda menor que cinco salários mínimos. A autora continua:

Nunca é demais lembrar que essa política foi criada e praticada em nome dos desassistidos e que grande parte dos recursos assim utilizados vieram do FGTS, espécie de seguro desemprego que flexibilizou as relações de trabalho no mercado formal, promovendo a rotatividade no emprego e barateando as demissões. [...] A política praticada pelo SFH combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados (construções, promotores imobiliários, banqueiros e proprietários de terra) com os interesses de políticos clientelistas (governadores, prefeitos, deputados, vereadores) quando não aconteceu destes fazerem parte daquele grupo (MARICATO, p. 22, 1995).

Dessa forma se constitui a formação de interesses sobre o uso do solo urbano para fins específicos da cidade capitalista.

Novamente, rebuscando a questão territorial do Estado do Maranhão, pode-se verificar a existência de vários fatores que ocasionaram a construção de um ambiente de salutar desigualdade se comparado a outros estados brasileiros. A falta de investimentos em indústrias de base após 1930, quando houve uma reestruturação produtiva no contexto nacional, o Maranhão continuou submetido à forma de produção arcaica, condicionada ao extrativismo da cana-de-açúcar e do algodão, sendo o

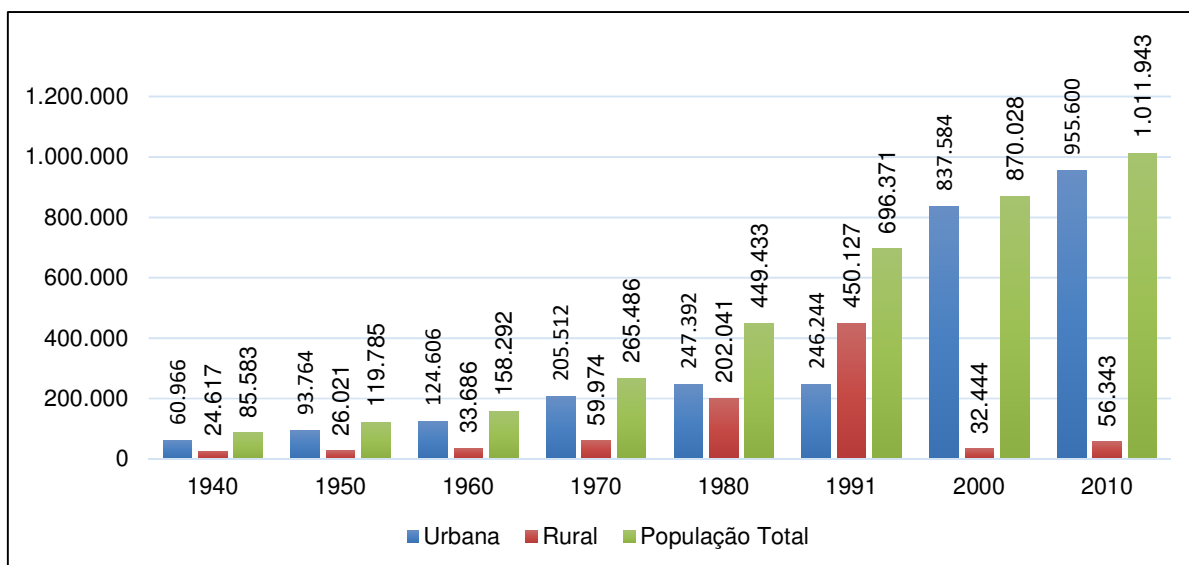
principal fornecedor de matéria prima para abastecimento das indústrias do Sudeste e Sul, pois não conseguiu se manter no mercado internacional competitivo frente às importações.

O complexo econômico do Nordeste vinha de crise de longa duração: o açúcar estava em decadência desde fins do século XVII e, no século XIX encontra na situação de produto marginal no comércio internacional, com preços deprimidos. [...] Outra cultura importante da região, o algodão, dadas as ineficientes condições em que era produzido, chamado, inclusive, de “cultura de pobres” – igualmente era marginal no mercado internacional com preços baixos em relação à sua produtividade (CANO, 1985, p. 55).

Os reflexos desse cenário irão compor a face da desigualdade social no estado do Maranhão ao longo do século XIX e XX, em que pese a desigualdade de distribuição de terras e a especulação do preço do solo urbano na capital.

Um aspecto teórico importante a ser presenciado por Oliveira (1982) é a relação entre o urbano e o Estado. O autor discute que no aspecto da divisão social do trabalho se torna fácil perceber a relação entre cidade e campo, quando se estabelece o Estado com seus mecanismos para a criação e reprodução do que é urbano. É nesse sentido que o Estado identifica e enquadra a função do campo em relação à cidade e vice-versa. É na cidade que se constitui as relações capitalistas mais profundas, de forma a prosseguir para a modernização dos processos produtivos e das relações de trabalho. A cidade se torna um grande centro de atração do capital, reproduzindo-o e gerando acumulação, centro de produção e serviços oriundos da exploração da força de trabalho. É também um grande atrativo para a população rural, na qual se vê excluída de acesso a direitos básicos e não é assistida veementemente pelo Estado, senão naquilo que a enquadra enquanto população rural.

Nesse sentido, a população do campo, ao perceber a cidade, torna-se reprodutor daquilo que o Estado reproduz como cidade e/ou urbano. Apesar deste trabalho não ter condições suficientes para se perceber as razões dessa imigração, excluindo as respectivas limitações, sabe-se que, minimamente, a cidade acaba por receber uma grande leva de imigrantes oriundos do campo em busca de melhores condições de vida. Pode-se identificar aspectos dessa movimentação campo/cidade, conforme nos demonstra Ferreira no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Evolução da População de São Luís (1940-2010)

Fonte: Adaptado de Ferreira (2014, p. 51)

Sob este prisma, São Luís apresenta em sua constituição um importante marco histórico no processo de reprodução socioespacial. O desenvolvimento do comércio concentrado na área da Praia Grande, estendeu-se por parte da capital de forma a alocar os centros industriais no perímetro urbano, além de ter favorecido o surgimento da infra-estrutura para atender as demandas dos grandes centros industriais já apontados por Ferreira (2014), tais como a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses (localizada na Camboa, 1890), Companhia Fabril Maranhense (Vila Passos e Areal, 1891), Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo (atual Centro de Produção Artesanal do Maranhão - CEPRAMA, 1893), Companhia de Fiação e Tecelagem de São Luís (Madre Deus, Goiabal e Lira, 1894), Companhia Santa Amélia (1895) e Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil (atual Centro Integrado Rio Anil – CINTRA, 1893).

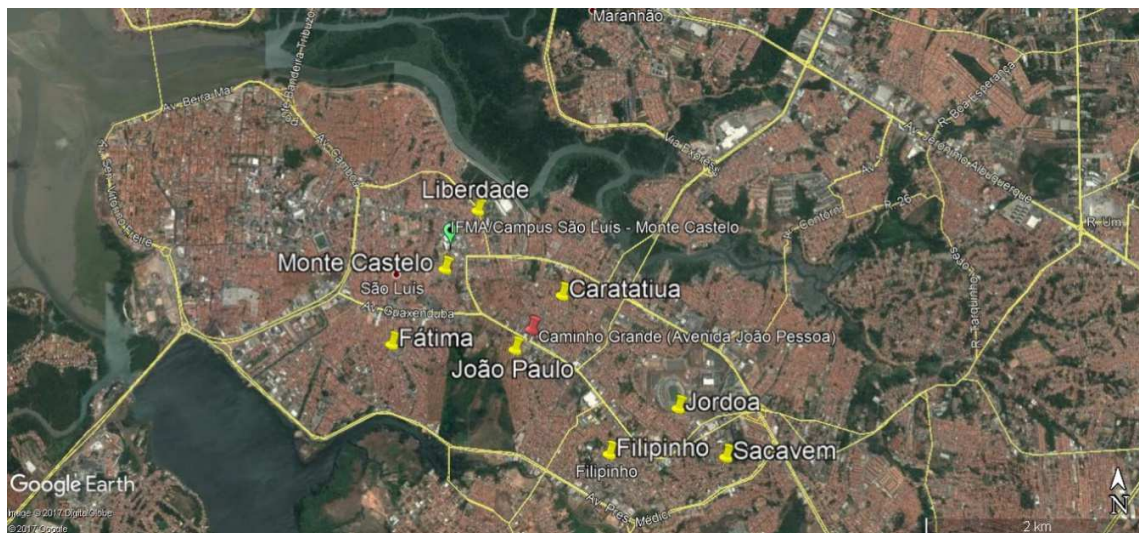
Os reflexos da Primeira Guerra Mundial foram sentidos no estado do Maranhão, em especial na capital, dessa forma instalando-se a crise econômica no setor têxtil, o que levou ao declínio das fábricas e a formação de grande massa de trabalhadores desempregados, que modificaram o aspecto urbano migrando para outras áreas.

O declínio das fábricas de tecido na capital maranhense, somado à

permanência do fraco movimento do comércio e do porto (cais da Sagração) levou a Praia Grande à decadência. Em função do decréscimo da economia, emergiu o desemprego e a população que outrora se aglomerava no entorno da Praia Grande passou a migrar para as áreas em que se dinamizavam a reprodução da cidade, isto é, ao longo do Caminho Grande, atualmente, Avenida Getúlio Vargas, e/ou acompanhando as áreas de mangues, às margens esquerda e direita dos rios Anil e Bacanga, respectivamente (FERREIRA, 2014).

No processo de produção e reprodução do espaço urbano de São Luís, novas áreas de ocupação irão surgir no final do século XIX e início do século XXI. Essas ocupações irão concentrar-se dentro das vias de acesso que o Estado implantava. Dessa forma, ganharam destaque os bairros que estavam localizados no perímetro urbano beneficiado pelas vias de acesso do Caminho Grande (atual Avenida Getúlio Vargas) e Avenida João Pessoa (que é continuação da Avenida Getúlio Vargas), assim nascendo os bairros do Matadouro (atual Liberdade), Areal (atual Monte Castelo), Cavaco (Bairro de Fátima), João Paulo, Caratatiua, Jordoa, Filipinho e Sacavém (FERREIRA, 2014), conforme segue:

Mapa 2 - Bairros de São Luís desenvolvidos a partir do Caminho Grande



Fonte: Google Earth, 2017. Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

Dentro do aspecto teórico, essa movimentação irá repercutir na especulação de preços sobre o uso do solo urbano, além de ser a principal chave de apropriação de capital por força do mercado imobiliário. É na composição dos negócios da terra aliado a altos lucros privados que o plano de ocupação irá se organizar. Tanto no lado urbano

quanto no rural o cenário se reproduz, dentro de um ciclo hegemônico, do qual o maior negócio será o investimento em áreas estratégicas as quais demandaram por campos de trabalho, o que levará novamente a um ciclo reprodutor de imigração e conflitos fundiários.

Como a antecipação é regra de ouro nos negócios, o simples anúncio de investimentos regionais deflagra incontáveis ações privadas interessadas em auferir lucros futuros. Uma vez que todo empreendimento precisa de solo para funcionar, qualquer que seja o tipo de investimento planejado, a corrida para adquirir terra barata é uma das primeiras iniciativas empresariais. Mas, como novos investimentos oferecem emprego, ao jogo discreto dos empresários vai se juntar a migração barulhenta de potenciais trabalhadores. Desta forma, a demanda popular por terra e habitação nas proximidades do anunciado investimento entra em conflito com as tendências de concentração fundiária. Conflito que se expressa tanto nas aquisições de grandes glebas rurais quanto nas ocupações de áreas privadas ociosas, tanto na especulação com o preço da terra quanto na remoção de populações de baixa renda de espaços agora valorizados. Um movimento que aumenta o déficit habitacional, pois força os mais pobres a deixarem seus bairros em que viviam há décadas, ampliando o conflito na região (BURNETT, p. 97, 2011).

É a partir da ocupação de territórios "eleitos" que outros serão ocupados, de forma não linear, correspondendo ao que o Estado denomina de áreas de ocupação ilegal do solo, invasão, favelas e palafitas. Assim, o Estado não mais teve o controle legal e total sobre esse processo, pois a necessidade de ocupação de áreas se tornou cada vez mais intenso e necessário, atropelando por vezes o que se refere ao processo de ocupação legal do solo.

Continuando, a forma como a cidade se organiza não é fruto de um dado planejamento realizado por aqueles que a compõe, mas daqueles que a governam e concentram seus esforços para extração da capacidade dela gerar e aumentar sua riqueza, de forma que a própria cidade se torna um projeto de produção e extração de riqueza. Este processo de concentração de riqueza acaba por tornar a dicotomia campo/cidade um processo desequilibrado de forças produtivas. Essa desigualdade fornece elementos para que se desencadeie em tantos outros processos, tal como o alargamento da pobreza, das condições subumanas, do êxodo rural, da marginalização e da grande concentração de populações desassistidas pelo Estado, incluídas na própria cidade.

Como visto em capítulo anterior, quando falamos da questão regional e inserimos o Maranhão, sua participação estava aquém do processo de

desenvolvimento econômico a nível nacional em comparação com algumas regiões do Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste. Contudo, o destaque para São Luís ocorreu devido ter grande importância enquanto centro exportador de algodão e açúcar no século XVII e XVIII, passando profundas mudanças no século XIX - decorrentes da vinda da Família Real para o Brasil, a qual ocasionou modificações na conjuntura política das províncias, e, ainda, na forma como passou a ser administrado os recursos da colônia, tendo, pois, São Luís entrado no processo de reivindicações para quebra das relações comerciais com Lisboa - e mais especificamente, no século XX - quando ocorre a Crise de 1929, fase em que as macrorregiões voltarão sua atenção para o abastecimento do mercado interno. Devido este percurso histórico em sua economia, o Maranhão sofreu os impactos decorrentes dos atrasos em seu desenvolvimento, vinculando-o a uma série de problemas estruturais na composição nacional.

São Luís, por ser a capital, concentrou o poder dos mercados e as instituições públicas, de forma a acentuar o processo diferenciação local. A construção do processo político no século XX foi de grande importância para entendermos as relações entre o desenvolvimento econômico da região e as políticas orientadas para a consolidação dos interesses corporativos.

A partir de 1930, quando no Brasil se tentou iniciar a construção de sua identidade pela conjuntura nacional, os reflexos das decisões políticas foram sentidos em todas as regiões. Contudo, não havia ainda industrialização de forma evidente. Os objetivos do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) se referenciavam aos interesses de cunho militar, os quais partilhavam com os Estados Unidos, a instalação de bases militares estratégicas no Nordeste, para implementação de um projeto siderúrgico de Volta Redonda e extração de matérias primas para a confecção de armas e reequipamento do exército brasileiro (GOMES, 1988). Isto modificou a presença do Estado no processo de construção de uma identidade nacional. A mídia era utilizada para propagar os interesses do Brasil em investimento em infraestrutura, contudo, aliando aos interesses do capital internacional, por meio do apoio aos Estados Unidos na entrada da Segunda Guerra Mundial, ou seja, estava posto os interesses de cada nação combatente. Enquanto o Brasil necessitava do apoio financeiro, os Estados Unidos garantiriam os investimentos na proporção do auxílio brasileiro à guerra.

Somente com o governo Kubitschek (1956-1961) é que o território brasileiro foi sistematicamente organizado pelo processo de industrialização, aí foram encontrados os grandes investimentos e acordos internacionais. Isso mudou a configuração das economias regionais e aumentou as disparidades entre elas. Tal como afirma Benevides:

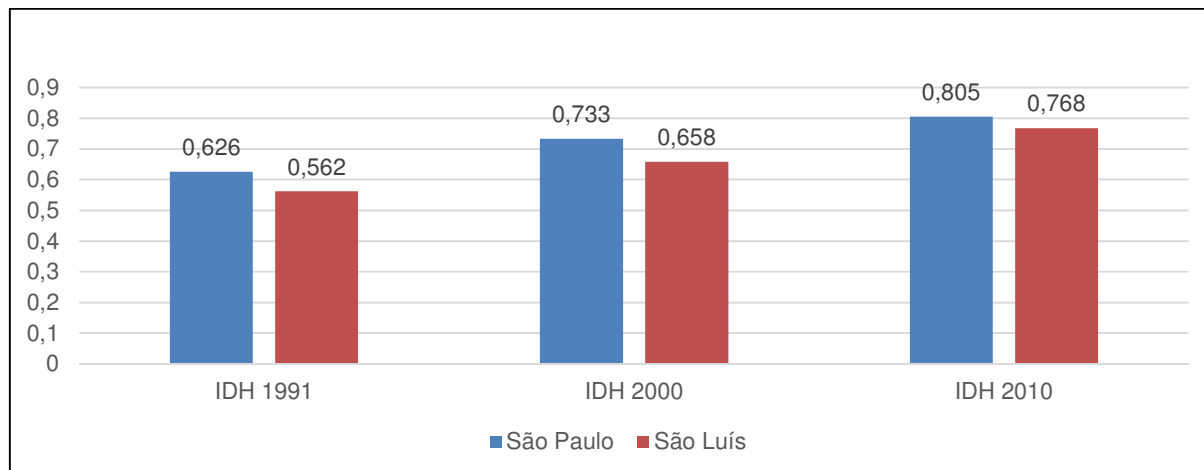
As realizações do Governo Kubitschek foram, do ponto de vista do nacionalismo “getulista”, extremamente discutíveis – a grande penetração do capital estrangeiro, se por um lado aumentou a superação do subdesenvolvimento, por outro lado aumentou as disparidades regionais e contribuiu para o enfraquecimento da já débil “burguesia nacional” (BENEVIDES, 1979, p. 239).

Estas decisões direcionaram a implementação de Grande Projetos de Investimentos em regiões estratégicas para a expansão do capital industrial, como o caso de São Paulo para a região Sudeste, enquanto que em outras, como no caso o Maranhão para a região Nordeste, foi duramente afetado pela falta de investimento e ampliação de seu polo industrial têxtil. As regiões esquecidas foram alvos de uma política econômica dependente das relações com o exterior, ou, quando não, ficaram na dependência das relações para fornecimento de matéria prima e abastecimento de suas indústrias, ocasionando retrocessos de ordem social e econômica.

Mesmo com a chegada do século XX, a nova configuração neoliberal que provocou um acirramento de entrada de capital estrangeiro na década de 1990, o quadro das disparidades regionais continuaram. Somente quando registramos os avanços ocorridos na conjuntura política na entrada do século XXI, podemos identificar grandes avanços referentes a subida de grande parte da população de classes baixas para classes médias. Isso se deu por uma política governamental voltada para os mais pobres, na qual ampliou a formação de setores antes esquecidos por governos de postura tradicional e conservadora.

Apenas para uso de uma referência estatística, se compararmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), das cidades de São Luís (região Nordeste) e São Paulo (região Sudeste), podemos identificar, ainda que de forma incipiente, a disparidade regional.

Gráfico 3 – Comparativo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) São Luís – São Paulo (1991-2010)



Fonte: IBGE (1991-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

Se acompanharmos a linha do tempo, perceberemos que São Luís sempre ficou com resultados em atrasos na ordem de uma década em relação a São Paulo, ou seja, enquanto São Paulo apresentou em 1991 o índice 0,626, São Luís chegou perto deste índice somente quase uma década depois, com 0,658 no ano 2000. Da mesma forma e com quase a mesma proporção, ocorreu no ano de 2010, pois São Luís apresentou o índice neste ano ao que quase correspondeu ao índice de São Paulo na década anterior. Enquanto a cidade de São Paulo, apresentou 0,805 (conforme IDH, 2010), São Luís correspondeu 0,768 (IDH, 2010).

As disparidades regionais serão cada vez mais evidenciadas no contexto econômico e social, na medida em que as decisões políticas oriundas de interesses em capital industrial se voltarem para regiões mais desenvolvidas economicamente. Essa discussão coloca em referência a dualidade entre crescimento e desenvolvimento econômico.

Após o entendimento acerca das questões centrais referentes a esta fase, a saber, a definição que assume a questão regional no contexto neoliberal, condicionando as transformações regionais a decisões políticas oriundas de uma perspectiva ideológica capitalista, tendo como referenciais históricos o período século XVII ao XX; o enquadramento do Maranhão na questão regional, definido por trajetória de desigualdades frente ao desenvolvimento de outras regiões, e; a centralidade que

assume a capital, São Luís, pela importância política, econômica e administrativa, no contexto nacional e internacional; passemos ao entendimento sobre a divisão sexual do trabalho, e, sua relação com a questão regional.

CAPÍTULO 3 – DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E MOVIMENTO FEMINISTA: resistências e conquistas na dimensão socioespacial

Neste capítulo iremos fazer uma análise sobre as lutas sociais de mulheres que marcaram o processo de expansão do feminismo, aliados a estratégias políticas provenientes de movimentos sociais organizados contra-hegemônicos na nova configuração que o capitalismo assumiu a partir do século XX. Neste balanço histórico será identificado o processo de feminização do mercado de trabalho e concomitante avanço da feminização da pobreza, bem como se configura as diferenças entre relações de gênero na esfera do trabalho nas sociedades capitalistas.

Trataremos de identificar as repercussões da luta das mulheres no Brasil, de forma a associar-se ao movimento de escala mundial. Utilizaremos a demonstração de dados estatísticos provenientes do IBGE concernente aos estudos de gênero, os quais contribuíram para o vislumbre da dinâmica da participação econômica ativa e na diferenciação no campo do trabalho, entre homens e mulheres, nas macrorregiões do país.

Em subcapítulo posterior analisaremos as contribuições que os cursos de Formação Inicial e Continuada em Cuidador de Idosos (2013) e Auxiliar de Cozinha (2015) ofertados pelo Programa Mulheres Mil do IFMA/*Campus* São Luís Monte Castelo, tiveram na visão dos sujeitos egressos, os quais foram entrevistados. Este programa, por ser uma política pública de gênero, apresenta-se como *locus* da pesquisa, tendo como principal objetivo a formação profissional de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade econômica e social, como forma de facilitar o acesso destas mulheres ao aumento de renda e conseqüentemente melhoria de suas condições econômicas e sociais. Também por considerar que o programa, para cumprir seu papel, necessita está localizado em regiões vulneráveis, portanto, associa-se às duas principais categorias as quais fazem parte da investigação desta pesquisa, e assim contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho.

3.1. Dinâmica histórica da Divisão Sexual do Trabalho e do Movimento Feminista

Com a derrocada do sistema feudal e o advento do capitalismo amparado pelos ideais da *liberté, égalité e fraternité* da Revolução Francesa, a mulher iniciou uma trajetória diferente na sua relação com a História. Do ponto de vista jurídico, somente a partir das conquistas das lutas femininas pela igualdade de gênero, a mulher passou a vender sua força de trabalho livremente, adentrando ao processo de competição do trabalho produtivo³⁶. Contudo, em função de uma cultura tradicional e patriarcal presentes na sociedade de classes, essa igualdade ficou apenas no plano jurídico, pois no contexto social do trabalho, persistiu apenas a liberdade limitada à venda da força de trabalho feminina.

A nova ordem social instituída sobre a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade, negou, entretanto, parcialmente seus princípios. Na medida em que se tratava de uma sociedade de classes, o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano jurídico; de fato, diferenças gritantes igualavam a igualdade formal. No que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres. Na sociedade feudal, a servidão atingia homens e mulheres; na sociedade capitalista a que se constituía, além da persistência dos costumes que inferiorizavam socialmente a mulher, as leis davam a esta última tão somente a liberdade imprescindível para que ela pudesse livremente vender sua força de trabalho (SAFFIOTI, 2013, p. 160).

Conforme dito acima, a sociedade capitalista por ser uma sociedade de classe, classifica qual o papel da mulher na esfera do trabalho. Ela foi passando a ser identificada como parte de uma classe, de um grupo da formação social do trabalho. Assim, a mulher "assiste uma pequena ampliação de seus horizontes sociais: já que se distancia do lar para desempenhar uma atividade ocupacional, mas continua impedida de participar da vida pública" (SAFFIOTI, 2013, p. 160).

Porém, lembramos que as primeiras manifestações iniciaram na esfera da vida privada e que através da crescente luta pela emancipação feminina, eclodiram como vozes de uma mesma classe. Desde a Revolução Francesa em 1789, Olympe de Gouges "imprime às reivindicações femininas um caráter eminentemente político: propõe

³⁶ Conforme nos demonstra Saffioti (2013), pela visão tradicional o trabalho doméstico era diferente do trabalho produtivo, e isto foi determinante na luta das mulheres pelo reconhecimento do trabalho doméstico ao lado do trabalho produtivo.

a Declaração dos Direitos da Mulher, análoga à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" (SAFFIOTI, 2013, 161), estas reivindicações acabaram sendo atendidas pela Assembléia Constituinte de 1791.

No século XX, os movimentos feministas tomaram proporções mundiais, devido a expansão das tecnologias e diminuição das fronteiras de comunicação impulsionados, principalmente, pelas Grande Guerras. A partir da Primeira Guerra Mundial (1914)

[...] tornou-se compulsório o registro das mulheres com idade entre 18 e 50 anos, independentemente do seu estado civil, para posterior encaminhamento aos empregos que os homens haviam deixados vagos com a guerra. A situação de guerra estendeu, pois, a todas as mulheres em idade de trabalhar a possibilidade de se provarem iguais aos homens no sistema de produção de bens e serviços (SAFFIOTI, 2013, p. 176).

Esta realidade foi praticamente ampliada em termos de reconhecimento de igualdade entre os sexos na Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). O processo de inserção de mulheres no campo da produção se tornou tão mais evidente e claro como igualdade entre os sexos, muito mais que a luta deflagrada pelo sufrágio universal. A luta pelo voto feminino foi um processo que emergiu no seio social em termos mundiais, por vezes de forma organizada, por vezes isoladas, porém, aparecendo historicamente como uma luta de classe ascendente. Na Inglaterra os movimentos se expressaram através de publicações de artigos e livros que debatessem o tema, inclusive com traduções de textos como forma de se tornar um instrumento para a luta unificada. Foi o exemplo da obra de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Women* (1792), que foi traduzido para o alemão e o francês rapidamente (SAFFIOTI, 2013). A força do movimento atingiu inclusive os homens, que sendo contra ou favoráveis, tiveram que situar e absorver o problema das reivindicações femininas no contexto político.

A primeira tentativa oficial de obter do parlamento inglês o direito de voto à mulher foi feita por Stuart Mill, que já analisara o problema feminino numa obra clássica de literatura feminista. Os parlamentares, porém, rejeitaram a proposta, encarnando, assim, os anseios da sociedade vitoriana. Mais de meio século de lutas seria ainda necessário para se atingirem os objetivos sufragistas. A sociedade resistia à argumentação de Stuart Mill e, nos últimos anos do século XIX, ainda se acreditava, nos meios cultos da Inglaterra, que a mulher representasse uma subespécie cujo único destino era a procriação (SAFFIOTI, 2013, p. 173).

A luta pelo direito ao voto, portanto, se tornou muito mais árdua do que pelo

reconhecimento da mulher no processo de produção, pois não decorreu de uma demanda expressiva para a consumação dos interesses do capital, mas para a conquista de direitos políticos. Registra-se em 1907 a primeira marcha de protesto contra o Parlamento feita organizada pela *Woman Social and Political Union (WSPU)*, a qual foi desmontada pela força policial inglesa. Os projetos de lei no Parlamento continuaram tramitando, mas sempre encontrando rejeição. As mulheres continuaram protestando nas mais variadas formas, desde manifestações organizadas até greves de fome. Muitas à época foram presas. As lutas pelo direito ao voto feminino foram interrompidas em 1914, quando houve o chamamento para desempenharem funções de produção bélica para a guerra.

Podemos situar a luta pelo voto feminino no Brasil a partir das manifestações da maioria feminina contra uma minoria masculina³⁷. A Lei Saraiva de 1881 já registrava que o direito a voto somente seria conferido aos homens, maiores que 21 anos e com renda anual. Dessa forma, alijava a participação das mulheres na política. No Brasil imperou – não diferente em outras partes do mundo – o patriarcado, o poder patrimonialista e a cultura de dominação masculina. Na medida que se avançou a história da luta das mulheres no campo político, as leis direcionavam pequenas conquistas à conta-gotas. Após a proclamação da República, os analfabetos continuaram sem direito ao voto, e isso incluía massivamente as mulheres negras por serem a maioria. O direito ao voto feminino no Brasil, primeiramente ocorreu no Estado do Rio Grande do Norte, em 1927, cinco anos antes de ocorrer em nível nacional (BESTER, 1995). Somente a partir da Constituição de 1934 houve a materialização da obrigatoriedade ao voto feminino, contudo, somente para aquelas que tinham funções remuneradas em cargos públicos. Dessa forma, Bester identifica alguns aspectos relevantes sobre a luta pelo sufrágio, a saber:

[...] que a luta pela extensão do voto às mulheres foi eminentemente fruto da mobilização e tomada de consciência delas próprias, espelhadas nas lutas similares a nível mundial; portanto, apesar do apoio imprescindível de alguns homens, foi verdadeiramente uma conquista feminina, e não uma concessão dos homens, como quiseram dizer alguns (BESTER, 1995, p. 18).

³⁷ Sobre isto, Bester (1995) traz importante contribuição quando analisa a situação da luta sufrágica feminina no Brasil.

Corroborando com a citação acima, na França o feminismo surge ao lado do socialismo utópico³⁸ e sua resistência persiste na luta pelo direito à igualdade de condições para o trabalho, como defendia as teorias de Fourier, Owen, Saint-Simon e Cabet. Contudo, conforme nos aponta Saffioti, “o socialismo utópico desempenhou a função de agitar o problema da mulher; sua fragilidade teórica intrínseca, no entanto, impediu-o de encontrar mesmo as soluções mais precárias” (SAFFIOTI, 2013, p. 162).

Nos Estados Unidos os movimentos feministas adquiriram grande repercussão quando passaram a se tornar públicos, a partir da manifestação organizada de grupos de mulheres como a “queima de sutiãs” como forma de definir o protesto contra a seleção de mulheres para o concurso da *Miss América* no ano de 1968 em *Atlantic City*. Contudo, as condições em que ocorreu o feminismo nos Estados Unidos difere da ocorrida na França, conforme segue:

O feminismo norte-americano apresenta características bem diversas das do francês. Na América, nenhuma vinculação estreita entre movimento e libertação da mulher e o socialismo condiciona a emancipação feminina à coletivização da propriedade. A grande maioria das líderes feministas pertenciam aos estratos sociais médios e pretendiam ampliar o campo de sua atuação, cavar espaço no mundo androcêntrico. Inovar pela expansão da estrutura capitalista. Os horizontes do feminismo americano são delimitados, pois, pelo capital (SAFFIOTI, 2013, p. 181).

A forma como o movimento se posicionou perante a opressão, em primeira instância, não configurou um problema atrelado à participação política, mas da opressão causada pela “ditadura da beleza” implementada por empresas capitalistas no país.

Enquanto a luta feminina ocorrida nos Estados Unidos se constituía de uma voz contra a proposta de consumo dada pelos objetivos privados da empresa capitalista, na França o que se vislumbrou foi o processo anterior ao consumo, ou seja, a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico como produtivo, pois o trabalho socialmente produtivo estaria centrado na participação masculina. Estes seriam, portanto, alvos para as primeiras reivindicações femininas. Estas reivindicações tentaram reconstruir a divisão social do trabalho que, por sua vez, condicionou as

³⁸ Os principais socialistas utópicos foram Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). Conforme nos esclarece Engels, “traço comum aos três é que não atuavam como representantes dos interesses do proletariado, que entretanto surgiria como um produto histórico” (ENGELS, [1877] 1999, p. 60).

transformações na divisão sexual do trabalho, primeiramente no campo doméstico, colocando a classe feminina no contexto das desigualdades sociais.

O projeto coletivo que serviu de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”. O ponto de ancoragem dessa ambição era a idéia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele (HIRATA e KERGOAT, 2007, 596).

Este reconhecimento estaria relacionado ao processo histórico de opressão feminina pela dominação masculina, cada vez mais sendo constatado em trabalhos que inicialmente partiram do campo da Antropologia e, posteriormente, migrando para a Sociologia e a História. Estes estudos contribuíram para que a classe feminina tomasse consciência de seu lugar no processo histórico de opressão. É nesta perspectiva que a própria manifestação de consciência e de luta tomam gradativamente os espaços da academia e a opressão feminina vai se descortinando através da descoberta dos fatos históricos. A divisão sexual do trabalho doméstico seria a primeira fase de análise para se identificar a desigualdade entre os sexos e, a partir da sua concretude objetiva, o movimento feminista teria mais provas para buscar uma transformação.

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História. Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé*) se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597).

Após as conquistas terem sido refletidas no campo da produção a partir das Grandes Guerras, ficou mais oportuno o reconhecimento de direitos para as mulheres, de forma que o reconhecimento do trabalho doméstico adentrou a esfera do trabalho produtivo. Decorrentes das transformações sociais, a luta feminista acabou por refletir

também as demandas por novos direitos, amparadas por estudos que comprovaram a modificação da estrutura familiar. Este quadro originalmente construído no século XX, se tornou alvo de disputas para o reconhecimento da família como lugar de um trabalho. As ações de luta pela tomada de consciência de mulheres através do movimento feminista, após terem conquistado o espaço do trabalho doméstico como trabalho produtivo, avançou em direção ao campo do trabalho produtivo excluindo o doméstico como forma de manifestar a luta pela igualdade social diante da divisão sexual do trabalho.

Essa nova maneira de pensar o trabalho teve muitas conseqüências. Por uma espécie de efeito *boomerang*, depois que “a família”, na forma de entidade natural, biológica, se esfacelou para ressurgir prioritariamente como lugar de exercício de um trabalho, foi a vez de implodir a esfera do trabalho assalariado, pensado até então apenas em torno do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado, branco (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597).

Nesse contexto, as discussões sobre o trabalho vinculado à especificidade biológica do trabalhador identificaram como resultado a exclusão e seleção do trabalhador pelo sexo. Nas sociedades capitalistas do século XX, após o período das Grandes Guerras, a força motriz das economias dos países do centro foi convertida ao processo de globalização, e este processo consolidou as transformações no campo do trabalho decorrente da transferência de capital produtivo entre regiões. No momento em que o trabalho passou por um processo de reestruturação produtiva, com mais intensificação a partir da segunda metade do século XX, a divisão sexual do trabalho foi modificada concomitantemente.

As formas que assume o novo cenário para o trabalho, com a ampliação de ofertas de emprego e a busca da especialização do trabalhador no campo de produção, adequa o trabalho e o emprego aos sujeitos a que se destina, ou seja, “constata-se que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 600).

Na sociedade brasileira do século XX ocorreu largo avanço nas lutas sociais organizadas em torno da questão das mulheres, na busca por igualdade de direitos e oportunidade nos espaços públicos e privados, principalmente após a derrocada dos

regimes militares e a transição para modelos democráticos, dessa forma ampliando a visibilidade dos problemas relacionados à mulher. A resistência por parte de instituições e grupos organizados conseguiu despertar, no campo das relações de grupos femininos, o interesse à mobilização de classe para defesa de seus direitos. À medida em que este processo avançou no Brasil, houve uma correspondência para com outros países da América Latina. Decorrente das pressões sociais, os Estados nacionais buscaram adequar sua própria burocracia estatal às demandas por políticas públicas.

Uma conquista importante do movimento de mulheres de vários países da América Latina e Caribe foi ter colocado no debate da agenda pública não somente as principais demandas das mulheres, mas também a necessidade de uma institucionalidade estatal responsável por atendê-la. A proposta passou a fazer parte das agendas de governo desses países e levou a criação de uma nova institucionalidade. Sua localização dentro da estrutura orgânica do poder executivo, as funções que lhes são reconhecidas e os recursos que lhes são destinados condicionam seu desempenho e grau de influência. Na maioria dos casos, foi-lhe atribuída a responsabilidade de coordenar, com os demais setores do Estado, o esforço de incluir e considerar, na elaboração das políticas públicas, as demandas, as necessidades e as potencialidades das mulheres. Quando necessário, responsabiliza-se também por implementar programas específicos – orientados às mulheres (FARIA *et al*, 2000, p. 74).

A luta feminista no início do século XXI sofreu grandes modificações, pois, apesar de sua grande repercussão no campo acadêmico e social de países do centro, iniciou uma trajetória de declínio quando passou a ser analisada sobre os diferentes caminhos que tomaram as discussões no espaço público, ou seja, a partir do momento em que o Estado aparece como principal meio pelo qual o movimento feminista busca reivindicar direitos, e se torna também o primordial interventor sobre suas reivindicações. As demandas sociais da classe feminina por equidade e igualdade de condições vincula ao Estado a realização de ações que possam garantir minimamente estes direitos. A partir dessa realidade, o Estado busca avaliar a viabilidade das ações a serem definidas para o atendimento das demandas femininas, como também busca estruturar sistemas de governo para concretizar estas ações. Neste aspecto, o Estado cria instrumentos para a concussão dos objetivos, transformando as necessidades das populações femininas em políticas públicas.

Nesse contexto, antagônico ao ocorrido na Europa e Estados Unidos, os movimentos feministas na América Latina, gradativamente vem perdendo força, conforme registro de Alvarez:

O pouco que se tem feito concretamente não tem o caráter de política. Eu diria que se trata de projetos e programas, e nisso há uma grande diferença. Não quero com isso dar a entender que todas as políticas tenham de ser universais, mas esses projetos ou programas pontuais e fragmentados, que tem sido direcionados às mulheres ditas vulneráveis, aquelas mais marginalizadas pelo próprio modelo e que integram, em muitos países, os chamados "Programas de Combate à Pobreza" (a pobreza que os governos geram e depois combatem), não são políticas públicas no sentido mais amplo (ALVAREZ, 2000, p. 11).

E mais uma vez Alvarez destaca que, evidentemente

Presenciamos nos anos 90, uma verdadeira avalanche de políticas aparentemente bonitinhas, pró-gênero, com a criação, como já disse, de instituições específicas para as mulheres, leis de quotas, leis antiviolação, mas o Estado muito fala de gênero e pouco faz para empoderar as mulheres. [...] Aparentemente as políticas dirigidas às mulheres estão entre aquelas atualmente em moda nos governos latino-americanos que buscam realizar suas aspirações de modernidade no mercado global (ALVAREZ, 2000, p. 14).

Ratificando as considerações acima, o discurso político da "modernidade" toma a frente em detrimento da igualdade de gênero. Esta modernidade é tratada de forma a pronunciar em seu aspecto ideológico, e em sentido semântico, que é necessário trazer a mulher para a modernidade e, nesse sentido, imprimir ao sujeito da mulher como sendo condicionado historicamente à tradição. Outra perspectiva do discurso colocado pelo Estado se refere em tratar o problema de igualdade de gênero e não da igualdade da mulher, transferindo o discurso para os programas e projetos. Mas tratar da igualdade de gênero, na visão de Sánchez (1996) corresponde tratar de duas categorias que não aparecem, pela história, comprometidas existencial ou politicamente. A própria posição do Estado em vincular os programas e projetos à igualdade de gênero, fragiliza o aspecto da luta feminista, quando esta tem por finalidade primordial a valorização das determinações que constituem a mulher como sujeito histórico.

Entre alguns funcionários públicos, a palavra gênero parece ter se transformado em um termo a mais no vocabulário técnico de planejamento. Ela se tornou um indicador neutro da modernidade, do desenvolvimento, em vez de significar um terreno ou domínio minado de relações desiguais de poder entre mulheres e homens, como propõe as feministas (ALVAREZ, 2000, p.15).

O que ocorre, portanto, é uma resignificação da luta das mulheres pelo Estado, que usa o termo "gênero" de modo a aplicá-lo às técnicas e operacionalidades

do seu planejamento. Contudo, o termo “gênero” é um conceito amplo, e por isso denota cuidado ao ser elevado a uma categoria de igualdade às lutas feministas. Os modelos que assumiram os governos da América Latina, a partir da década de 1990, aprofundaram o discurso longe dos conflitos e das diferenças de poder existentes entre homens e mulheres. Contudo, a luta das mulheres deve incorporar novos valores e direcionar seu discurso para a compreensão de que as mulheres são gênero. Neste entendimento, não há perda para a classe feminina.

A reprodução dos modelos de sociedade baseados na dominação/subordinação, geralmente associada ao poder da dominação masculina, prova a existência de uma reprodução de submissão simbólica da mulher. Ao se identificar a mulher neste aspecto social, dentro do contexto de vulnerabilidade social, esta passa a sofrer, além da violência econômica, a violência simbólica, e cuja dimensão, tem no campo teórico uma grande contribuição de estudos voltados à questão.

Reconhecido o lado subjetivo de reprodução do sistema simbólico de dominação masculina, acabam por serem múltiplas as dimensões que afetam a rotina de vida das mulheres nas sociedades capitalistas. No entender de Saffioti (2013), as desvantagens sociais que tinham as mulheres permitiam ao sistema capitalista em formação arrancar o máximo de mais-valia pela intensificação da jornada de trabalho e dos salários menores que os homens. Todas as disposições do sistema implicavam numa exploração da mulher para com o mantimento da dominação, sendo a família a unidade básica da economia nas sociedades pré-capitalistas. Por muito tempo foi questionado o papel do serviço doméstico como contribuição à sociedade.

[...] o mundo doméstico das mulheres, independentemente da proveniência de classe social, é culturalmente voltado para a valorização suprema das virtudes e dos valores ligados à vida privada e destituído de conteúdos vinculados aos princípios da autonomia moral e do autogoverno – com isso formando pessoas avessas a deveres e direitos públicos. Sua dinâmica se processa em sentido oposto à compreensão normativa do que é um cidadão democrático. O resultado histórico disso é, como bem se sabe, a reprodução de sujeitos modelados para a dominação, no caso masculino e para o servilismo, no caso das mulheres. Ambas as subjetividades são formadas de maneira a encontrarem grandes dificuldades para a vida democrática, que supõe, entre tantas coisas, relações igualitárias entre os sexos. Seu reflexo no mundo público não tem como não ser negativo (REGO e REGO, 2014, p. 60).

No Brasil, somente na década de 1970, através de estudos críticos realizados por pesquisadores contra dados oficiais, identificaram o trabalho não-remunerado como trabalho social realizado por mulheres na esfera privada, ocupando um lugar de destaque ao lado do trabalho remunerado (SORJ, 2004).

Importante ressaltar que as manifestações feministas no Brasil ocorreram no início do século XX, mais especificamente em 1919 com Bertha Lutz, que se torna a principal figura de combate à dominação masculina na tribuna e na imprensa, promovendo o desafio da emancipação da mulher (SAFFIOTI, 2013). Existem fatores bastante amplos acerca da resistência em modelos sociais de dominação masculina, identificado nas sociedades capitalistas e nas instituições formadas por este tipo de sociedade, da qual tomam parte, em sua maioria, dos espaços públicos e privados, o masculino.

Os espaços públicos se tornaram alvos para a luta contra a dominação, a repressão e a submissão das mulheres no campo social da vida privada. A aplicação prática de uma forma feminina de agir no espaço público, engajada na luta social por garantir direitos, oportunidades e formar um campo de discussão sobre questões de gênero, que diferentemente do campo privado, tem construído possibilidades de ganhos de classe, apresenta uma nova concepção de sociedade.

Essa visibilidade no espaço público trouxe benefícios às mulheres, que demandaram por questões sociais específicas, e que somente uma intervenção estatal e governamental poderia ter força para a proposição de alternativas viáveis, no desenvolvimento de políticas públicas para atender necessidades específicas.

Os ganhos relativos às lutas deflagradas pelo movimento feminista, organizado dentro de espaços públicos e privados, e a tomada de consciência da população feminina no contexto da divisão sexual do trabalho, ocasionaram modificações na sua relação com o trabalho e o emprego, pois gradativamente ocorreu a busca de ocupação por postos de trabalhos antes ocupados eminentemente pela população masculina. A população feminina adentrou às múltiplas dimensões da vida social de forma a impactar significativamente sua relação com a economia, o trabalho, a educação, e, muito mais, com a política.

3.2. Transformações na Divisão Sexual do Trabalho no contexto da Questão Regional

Diante da Questão Regional ocorreram grandes transformações nas relações de trabalho, impactando diretamente em sua divisão social. Concomitante a essas transformações, houve mudanças significativas também na divisão sexual do trabalho, que corresponderam ao crescimento da inserção das mulheres como participantes da vida econômica. A entrada da mulher no contexto da concorrência por postos de trabalho, bem como a ampliação de seus anos de estudos, fizera-a mais ativa e menos dependente das relações familiares tradicionais, histórica e socialmente construídas.

Para compreendermos a transformação da divisão sexual do trabalho se torna necessário conceituar, inicialmente, a categoria Trabalho. Antunes refere-se à definição de trabalho como

Exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade (ANTUNES, 2011, p. 432).

No aspecto ontológico, o trabalho pode ser entendido como extensão objetiva de uma existência subjetiva, portanto, é condição de afirmação existencial. Contudo, o trabalho sofreu modificações históricas no decorrer de sua existência, tanto na perspectiva objetiva quanto na subjetiva. É nesse contexto de mudanças, que vimos a transformação do trabalho enquanto condição que vincula o ser humano à natureza, passar à condição de artificialização social, ou seja, enquanto processo de transformação em mercadoria.

Sob essa perspectiva, podemos entender que no processo histórico o trabalho constituiu o principal elo de produção e reprodução social. O trabalho foi gradativamente se adequando às novas configurações sociais e históricas, e às novas relações de produção de determinada época. Essas relações formaram a base de produção das sociedades, na medida em que houve uma relação simbólica entre dominantes e dominados. A aristocracia rural e os servos da Idade Antiga, o clero e a nobreza da Idade Média, bem como a burguesia e o proletário das Idades Moderna e Contemporânea, tornaram-se exemplos da divisão social, e, portanto, definiram uma

divisão social do trabalho. Conforme o pensamento de Holzmann:

A divisão social do trabalho é o processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social diferenciam-se e especializam-se, sendo desempenhadas por distintos indivíduos ou grupos. Toda e qualquer sociedade comporta uma divisão do trabalho, tanto mais extensa e profunda quanto mais desenvolvida ela for. Essa divisão pode estar fundamentada nas características biológicas dos indivíduos, distribuindo-se as atividades de acordo com o sexo e as idades, e essa parece ser a forma mais geral e recorrente, definida como divisão natural do trabalho (HOLZMANN, 2011, p. 127).

Assim, o processo de transformação da divisão social do trabalho leva consigo as relações de trabalho com os sujeitos envolvidos no processo de produção e reprodução social. Essas relações definem a participação dos sujeitos a partir de suas características biológicas, de sua condição social, econômica, cultural, dentre outras. Hirata e Kergoat (2007) contribuem para a compreensão do conceito da divisão sexual do trabalho conforme segue:

O termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. Esse tipo de análise foi e continua sendo indispensável: por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a igualdade profissional homens/mulheres é um verdadeiro desafio político na França. Mas, a nosso ver, falar em termos de divisão sexual do trabalho deveria permitir ir bem além da simples constatação de desigualdades. E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 596).

Em princípio, ao analisar a divisão social do trabalho nas relações de gênero, facilmente iremos identificar a divisão sexual do trabalho como determinante do processo de produção. As representações sociais que o trabalho assume, por vezes estão vinculados ao sexo do sujeito. Ocorre, portanto, a transferência de características do sexo dos sujeitos ao trabalho, socialmente construídas, pois

Qualquer sociedade tem definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas considerados apropriados para um ou outro sexo. Tradicionalmente, a esfera feminina restringiu-se ao mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e do cuidado das

crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que a atividade de produção social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, eram atribuições masculinas (HOLZMANN, 2011, p. 125).

O trabalho, sob uma ótica tradicional da divisão sexual, não pode ser dissociado do processo histórico o qual fez, e ainda faz parte. Esta ótica é determinada por um conjunto teórico, legitimado pela ideologia naturalista, que define o gênero a partir do sexo biológico e reduz a divisão sexual do trabalho às práticas sociais, afetadas pela representação de papéis sociais sexuados. Essa visão naturalista foi defendida por grande parte de antropólogos, que a utilizavam como mecanismo para compreender a estrutura social familiar de determinada sociedade. Somente com a crítica à esta visão, dada por antropólogas feministas – as quais definiram a questão da dominação masculina como sendo a principal representação de divisão sexual do trabalho – ocorreu a formação de uma dualidade intelectual no campo da antropologia, ou seja, de um lado ficaram os(as) que assumem posição naturalista, com divisão sexual do trabalho atrelada ao biológico do sujeito, e do outro, os(as) que compreenderam ser a divisão sexual do trabalho parte do processo de naturalização da dominação masculina sobre a feminina. Nesse contexto, tanto a História, quanto a Sociologia utilizaram a divisão sexual do trabalho como valor de um conceito analítico (KERGOAT, 2009).

Gradativamente, a interpretação da divisão sexual do trabalho no aspecto simbólico de dominação vem ganhando força. Max Weber irá trazer grandes contribuições para a sociologia ao identificar no processo histórico, a dominação, como sendo uma das formas essenciais do poder (APFELBAUM, 2009). A análise do poder nas relações históricas e sociais feitas por Weber, identifica a dominação e a reconhece através da representação das autoridades tradicional (decorrente da sociedade patriarcal), carismática (decorrente das qualidades individuais) e racional-legal (decorrente de uma sociedade burocrática). Estas autoridades impõem o domínio aos dominados no processo histórico e estabelecem a hierarquia social.

Para Bourdieu (1969) a dominação é manifesta pela violência, que possui três dimensões: violência física (legitimada pelo uso da força, sendo o Estado o detentor desta legitimidade); violência econômica (que tem sua raiz na desigualdade econômica e define o sujeito na hierarquia social e na fração de classes); e a violência

simbólica (a qual condiciona dominados aos dominantes de forma sutil, sem que seja manifestamente percebida com objetividade). O poder socialmente legitimado é conduzido ao patamar de aceitação³⁹ social dos dominados perante a imposição do dominante. Conforme o pensamento de Bourdieu:

Quando os dominados aplicam aquilo que os domina esquemas que são produto da dominação, ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento de submissão (BOURDIEU, 2002, p. 27).

A dominação se tornou evidente no contexto histórico da divisão sexual do trabalho, ainda mais porque imperou a visão da dominação masculina, amparada pela visão de autoridade tradicional, que era patriarcal e por isso atrelada ao sexo, ao biológico do sujeito. Porém, sabemos que, apesar do sexo do sujeito estar imbricado numa situação biológica, não pode ser determinante de sua condição social nem econômica, nem mesmo cultural, pois, “as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Tal assertiva nos permite entender que as condições materiais de organização social, que definem a divisão sexual do trabalho, são fruto da construção humana, e não são, portanto, naturais. Essas condições e formas de organização representam a reprodução social, condicionada fortemente pelo processo de formação educacional e enquadramento para o trabalho. A educação tem papel fundamental na reprodução social, tal como explicado por Zaidman (2009) sobre o entendimento de Durkheim. A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Isso quer dizer que a escola tem papel fundamental no processo de construção da identidade social dos sexos, bem como o papel representado por estes no campo do trabalho. A escola, portanto, também promove a reprodução social diante do contexto em que ela se estabelece, ou seja, ela deve corresponder ao processo de socialização ao mesmo tempo em que deve facilitar

³⁹ Para Bourdieu (1969) a aceitação não decorre de uma ação passiva dos sujeitos, mas devido a um grau de violência que pode ser definido como uma situação inelutável, pela qual limita a ação dos dominados (sujeitos ativos). Contudo, a estrutura de poder da hierarquia social pode ser abalada por fortes pressões sociais.

o desenvolvimento individual.

Neste sentido, a escola se torna instrumento de reprodução da dominação, e, portanto, não aparece historicamente como sendo neutra. Bourdieu (2015) compreende em suas análises que a escola está vinculada à estrutura social, pois, as diferentes ações pedagógicas que operam em uma formação social, tanto a escola quanto as famílias de diferentes classes, colaboram para a transmissão de um patrimônio cultural que é indiviso à totalidade social, ou seja, a escola se torna reprodutora da sociedade⁴⁰. Dessa forma,

A escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento, e que avaliaria os alunos com base em critérios universalistas; mas, ao contrário, ela é concebida como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2016, p. 71).

Conforme pensamento acima, a orientação pedagógica que a escola estabelece em suas ações, representam o que a sociedade reproduz. Em seus escritos, Bourdieu (2015), ao fazer a análise do ensino francês, torna compreensível de forma contundente como a escola reproduz os bens simbólicos para as classes sociais, de forma a compor uma espécie de círculo de capital cultural.

De fato, a estatística de frequência ao teatro, ao concerto e sobretudo ao museu (uma vez que neste último caso, talvez seja quase nulo o efeito de obstáculos econômicos) basta lembrar que o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertencem *realmente* (embora sejam formalmente oferecido a todos) aos que detêm os meios para dele se apropriarem, quer dizer que os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-lo. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação. Em suma, o livre jogo das leis da transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural e, com isso, encontra-se reproduzida a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais, isto é, a estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação dos bens simbólicos que uma formação social seleciona como dignos de serem desejados e possuídos (BOURDIEU, 2015, p. 297).

Ratificando as considerações acima, os bens culturais somente podem ser

⁴⁰ Bourdieu (2015) estabelece relação com a visão antropológica de cultura arbitrária. Nesta perspectiva nenhuma cultura pode ser definida como superior a outra, isso a determina como sendo arbitrária ao seu modo. Assim, “os valores que orientam cada grupo social em suas atitudes e comportamentos seriam, por definição, arbitrários, não estariam fundamentados em nenhuma razão objetiva universal” (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2016, p. 72).

apreciados, possuídos, por aqueles que detêm a posse prévia dos instrumentos de apropriação, necessários à potencial apreciação no presente e no futuro. Porém, há de se lembrar que esta posse dos bens culturais, e, anteriormente, a distribuição destes, é feita e construída socialmente.

A partir da década de 1970, os debates acerca da educação na perspectiva da sociologia francesa, foram marcados pela problemática das desigualdades sociais do resultado escolar, o qual levantou a questão sobre que papel a escola estaria representando, se era fator de mobilidade social ou de reprodução (ZAIDMAN, 2009). A escola tem reflexo direto na divisão sexual e na mobilidade social quando fornece os instrumentos de análise baseados nos percursos escolares dos seus diversos atores, alunos e alunas, bem como o comportamento diferenciado na vida cotidiana dos estabelecimentos, nos vários níveis de orientação e nos processos de rentabilização dos diplomas na vida profissional. A divisão sexual na escola é demonstrada por Zaidman (2009) da seguinte forma:

Constatamos então que, se as meninas têm melhores resultados do que os meninos no ensino primário e no ensino geral, o que as levam a serem maioria entre os que realizam o exame final e o segundo grau (*baccalauréat*) e no ensino superior, mesmo assim continuam concentradas num pequeno número de áreas que em geral resultam em profissões que representam as formas socializadas de funções tradicionalmente atribuídas à mulher dentro da família, como é o caso dos serviços, da educação, da saúde, enquanto se mantêm as desigualdades de acesso às carreiras científicas e técnicas (ZAIDMAN, 2009, p. 81).

A divisão sexual do trabalho é vista pela escola como naturalmente biológica, quando estabelece relação entre a formação profissional feminina diferenciada da formação masculina, direcionando as profissões ao que socialmente se atribui à tradição histórica.

Sob esse aspecto, cabe-nos voltar a questão principal sobre o papel fundamental que a escola tem para a produção ou reprodução social. Precisamos pensar então sua relação com a família e a estrutura profissional. Sem pretender um debate exaustivo, precisamos pensar acerca dos mecanismos ideológicos advindos da formação educacional e da reprodução social histórica das sociedades capitalistas, e como essa reprodução social se relaciona com a divisão sexual do trabalho. No entender de Saffioti (2013), as desvantagens sociais que tinham as mulheres permitiam

ao sistema capitalista em formação arrancar o máximo de mais-valia pela intensificação da jornada de trabalho e dos salários que recebiam, sendo menores que dos homens. Todas as disposições do sistema implicavam numa exploração da mulher para com a manutenção da dominação.

Nos anos 1960, se iniciou uma trajetória de ocupação das mulheres na esfera do trabalho e do emprego⁴¹, dividindo as ocupações domésticas com outras que tem por finalidade geração de renda. De acordo com Maruani:

Nos anos 60, as mulheres representavam 30% da população ativa europeia. No final dos anos 90 esse percentual é de 43%. Tal crescimento é sustentado por duas evoluções notáveis: o aumento do assalariamento feminino e a continuidade da trajetória profissional das mulheres (MARUANI, 2009, p. 88).

Conforme citação acima, o aumento da atividade das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1960, levou a mudanças significativas no contexto da divisão sexual do trabalho, pois, apesar do aumento do assalariamento feminino e da carreira profissional, algumas dessas mudanças correspondem ao acúmulo de atividades da vida doméstica com a profissional. Maruani (2009) destaca que, na França, a taxa de ocupação das mulheres com idade entre 25 e 49 anos no mercado de trabalho e emprego nos anos 1960 era de 40%, e atualmente corresponde a 80%. Essa transformação radical das mulheres na relação entre trabalho e vida familiar ocasionou a quebra da descontinuidade de projetos profissionais, pois, ainda com o acúmulo dessas duas esferas de vida, conseguiram, e ainda conseguem competir com os homens. Outro aspecto reside na desigualdade de salários quando comparados com os dos homens, bem como as oportunidades de trabalho e emprego, que acabam por serem reduzidas ao sexo sob determinado contexto social.

A participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho decorreu das transformações no aspecto econômico e produtivo com reflexos da globalização e do processo de mercantilização do mercado de trabalho. Conforme aponta Nadya Guimarães, “focalizar o processo de mercantilização do fator trabalho equivale a descrever e explicar a propensão dos indivíduos a buscar sua sobrevivência no

⁴¹ Entendemos a diferença entre trabalho e emprego conforme demonstrada por Maruani (2011), ou seja, o mercado de trabalho também é mercado de emprego, contudo, oferta de trabalho não significa oferta de emprego, pois oferta de trabalho é oriunda dos indivíduos, enquanto que oferta de emprego provém das empresas.

mercado” (GUIMARÃES, BARRONE e BRITO, 2015, p. 396), e continua:

Indagar-se sobre o processo de mercantilização do trabalho deixa entrever a complexidade da formação de um mercado no qual se encontram compradores e vendedores de trabalho. Vale dizer, mesmo estando os trabalhadores formal e universalmente livres para se ofertarem no mercado desde fins do século XIX, mesmo estando consolidada as regras de regulação da relação assalariada com a legislação trabalhista outorgada na primeira metade do século XX, e mesmo estando a dinâmica econômica organizada em bases mercantis capitalistas e crescentemente globalizada a partir da segunda metade do século XX, a propensão dos trabalhadores de buscarem a sua sobrevivência no mercado de trabalho, não corresponde a qualquer automatismo, seja jurídico ou econômico. Ao contrário, reflete uma construção normativa – do trabalho e dos direitos – é socialmente assimilada e reconfigurada, gradualmente, a operação deste mercado (GUIMARÃES, BARRONE e BRITO, 2015, p. 396).

Sob este prisma, as mulheres iniciam um processo de ingresso no mercado de trabalho, aliando-se ao processo de mercantilização do trabalho, o qual correspondeu a um crescimento da atividade feminina até os dias atuais. Este processo inaugurado no Brasil se mostra decorrente do movimento internacional de feminização do trabalho ocorrido na Europa (MARUANI, 2009). Dessa forma, podemos considerar o movimento nacional como reflexo de uma dinâmica internacional, com características da globalização e da intervenção do capital sobre as economias nacionais. Cabe-nos considerar também a marcante ideologia neoliberal nas políticas econômicas dos anos 1990, a qual correspondeu aos anseios das oligarquias nacionais à composição das forças hegemônicas internacionais.

Dito isto, podemos entender que o processo de mercantilização do trabalho é o resultado da própria organização produtiva que se desenvolveu no percurso histórico no Brasil sobre o processo de integração produtiva. Essas transformações no campo do trabalho ocasionaram efeitos econômicos determinantes sobre a oferta e demanda sobre o trabalho e o emprego. Isto repercutiu na divisão sexual do trabalho, aliada às variáveis que se observaram no decorrer do tempo, da mercantilização da força de trabalho feminina.

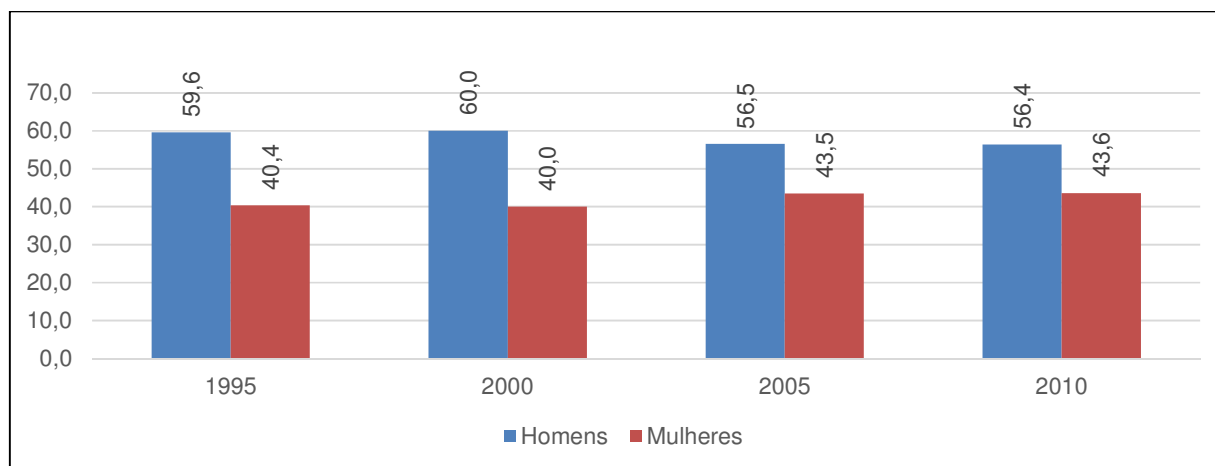
No Brasil, a participação das mulheres tem acompanhado a dinâmica internacional em termos de aumento da sua participação no mercado de trabalho e emprego. Porém, se comparados os indicadores mundiais, essa participação está aquém de países mais desenvolvidos, o que prova que ainda não ocorreu no Brasil a feminização do trabalho. Contudo, estamos atravessando um percurso que fez parte

desse processo. Conforme consta no II Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM):

Nos últimos quinze anos se tem presenciado um fenômeno que poderia ser chamado de feminização do mercado de trabalho. De fato, desde o início da década de 1990, é possível verificar um aumento significativo na participação das mulheres nesta esfera. Enquanto em 1996, 52,2% das mulheres de 16 anos ou mais se encontravam ativas, ou seja, empregadas ou à procura de emprego, este valor alcançou 59% da população feminina em 2006, um importante acréscimo, ainda mais quando se constata que a taxa de atividade masculina apresentou tendência de queda no mesmo período. Tal impulso ao ingresso feminino no mercado de trabalho é fruto de uma conjunção de fatores, dentre os quais se destacam a queda nas taxas de fecundidade, o aumento da escolaridade feminina e as mudanças nos valores relativos aos papéis e espaços destinados às mulheres, além, é claro, dos fatores econômicos (BRASIL, 2008, p. 32).

De acordo com a descrição acima, em análise comparativa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre o período de 1995 a 2010, as taxas percentuais de atividade feminina no âmbito da População Economicamente Ativa (PEA)⁴² aumentou, conforme segue:

Gráfico 4 – Participação na PEA em % por Gênero no Brasil (1995-2010)



Fonte: IBGE, Estatística de Gênero - Metadados (1995-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

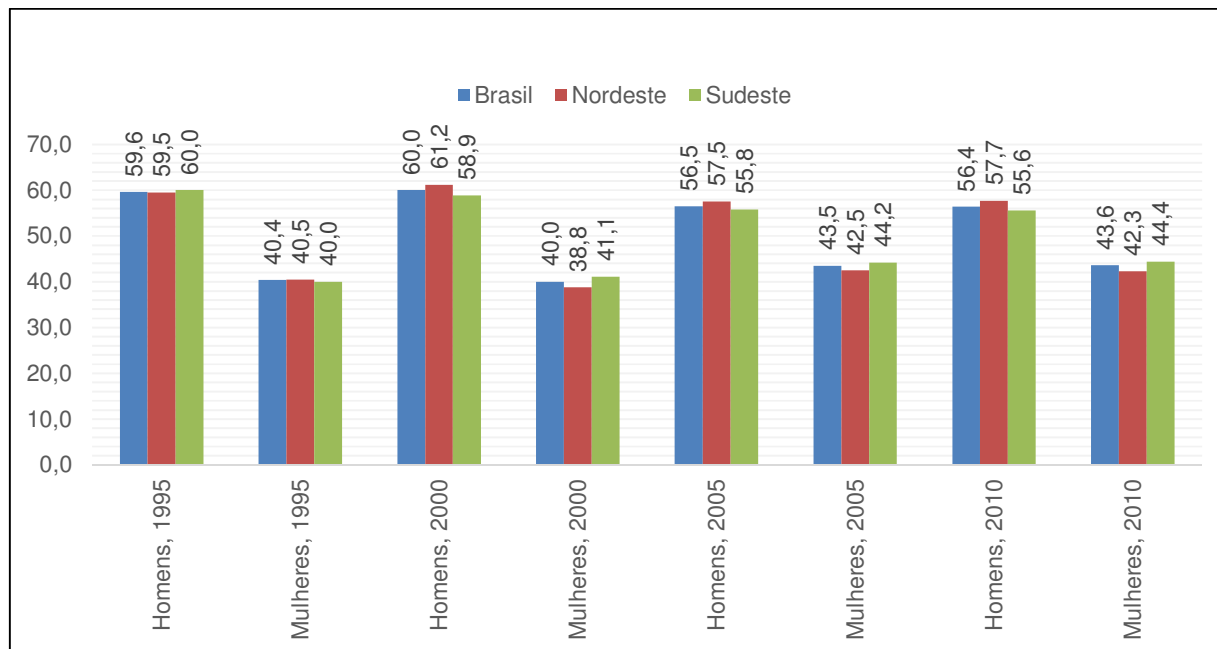
O gráfico nos demonstra que a curva entre os gêneros ocorreu numa relação inversamente proporcional. Explicando melhor, temos que a leve ascensão

⁴² O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conceitua a População Economicamente Ativa (PEA) como pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas no momento da pesquisa.

percentual de homens na PEA entre o período de 1995 a 2000 aumentou em 0,4%, enquanto que as mulheres demonstram uma leve queda percentual de 0,4% no mesmo período. Na passagem do ano 2000 para 2005, a participação dos homens na População Economicamente Ativa decaiu cerca de 3,5%, enquanto as mulheres sobem nessa mesma proporção. Enquanto o percentual de homens decaiu 0,1% entre os anos de 2005 e 2010, as mulheres ascendem de forma inversamente proporcional, aos mesmos 0,1%. Isso demonstra que há uma relação entre a divisão sexual do trabalho na dimensão econômica. O gráfico revela que houve uma maior participação das mulheres na PEA, portanto, uma maior entrada no contexto econômico de forma a compor o processo histórico de mercantilização da força de trabalho, bem como da feminização do mercado de trabalho ocorrido mundialmente, ainda que de forma moderada se comparado às estatísticas de países mais desenvolvidos.

A dinâmica e a frequência que as mulheres tem participado do processo de concorrência no mercado de trabalho assumem uma nova sistemática na Questão Regional. Através de análise comparativa entre a região mais desenvolvida e a menos desenvolvida, podemos interpretar alguns fenômenos que modificaram a relação econômica dessas regiões com o restante do país, e ainda, as relações de concorrência entre gêneros. Neste aspecto, faremos uma breve análise por comparação entre as regiões Nordeste e Sudeste em termos de participação por gênero na PEA, e compará-las com o que ocorreu no país, conforme segue:

Gráfico 5 – Participação na PEA em % por Gênero no Brasil, Sudeste e Nordeste (1995-2010)



Fonte: IBGE, Estatística de Gênero - Metadados (1995-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

Ao identificarmos inicialmente os dados referentes ao Sudeste, compreenderemos um movimento de constante ascensão da mulher na PEA entre o período de 1995 a 2010, ou seja, decorre do aumento de 1,1% entre 1995 e 2000, 3,1% entre 2000 e 2005 e 0,2% entre 2005 e 2010 respectivamente. No entanto, o Nordeste apresenta um movimento diverso do ocorrido no Sudeste. Entre o período de 1995 a 2000 a participação feminina no Nordeste sai de 40,50% para 38,80%, o que representa uma queda de 1,7%. Entre 2000 e 2010 a taxa passa a oscilar inicialmente de forma ascendente para 3,7% (2005) e decai cerca de 0,2% (2010). Esse movimento de ascensão e declínio na participação das mulheres na PEA pode nos despertar para questões que estão para além das estatísticas.

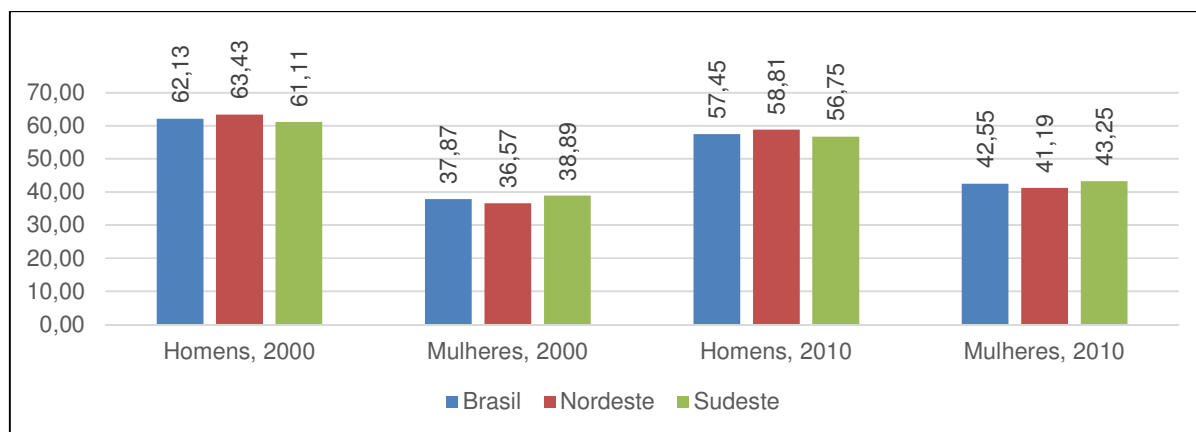
O Nordeste, com suas diferenças históricas, pode ressentir influências do contexto de desenvolvimento socioespacial, ou seja, pode apresentar características comuns a uma região que não apresentou o crescimento econômico no período correspondente às grandes mudanças tecnológicas, produtivas e sociais, ocorridas em outras regiões do país. Pode, ainda, situar-se em um processo de relações pré-

capitalistas e capitalistas, gerando a contradição regional. Porém, o processo de mercantilização da força de trabalho feminina também ocorreu no Nordeste, apesar de percebermos o declínio da taxa de participação das mulheres na PEA entre os anos de 2005 a 2010, correspondente a apenas 0,2%, o que demonstra uma queda muito tênue em relação ao crescimento de 3,7% entre os anos de 2000 a 2005. Isso representa que houve uma maior participação das mulheres.

Essas diferenças nos fazem vislumbrar de modo sucinto que, de fato, ocorreu uma espacialização da diferença entre gêneros nas relações de trabalho, nas regiões mais e menos desenvolvidas. Contudo, o que se mostra é o movimento de maior participação da mulher na PEA independentemente do desenvolvimento econômico da região.

Passemos a analisar a População Ocupada por Nível de Instrução⁴³ correspondente ao gênero. No gráfico seguinte, temos uma prévia visualização do que ocorreu no país no período de 2000 a 2010.

Gráfico 6 – População ocupada por nível de instrução em % Brasil, Nordeste e Sudeste



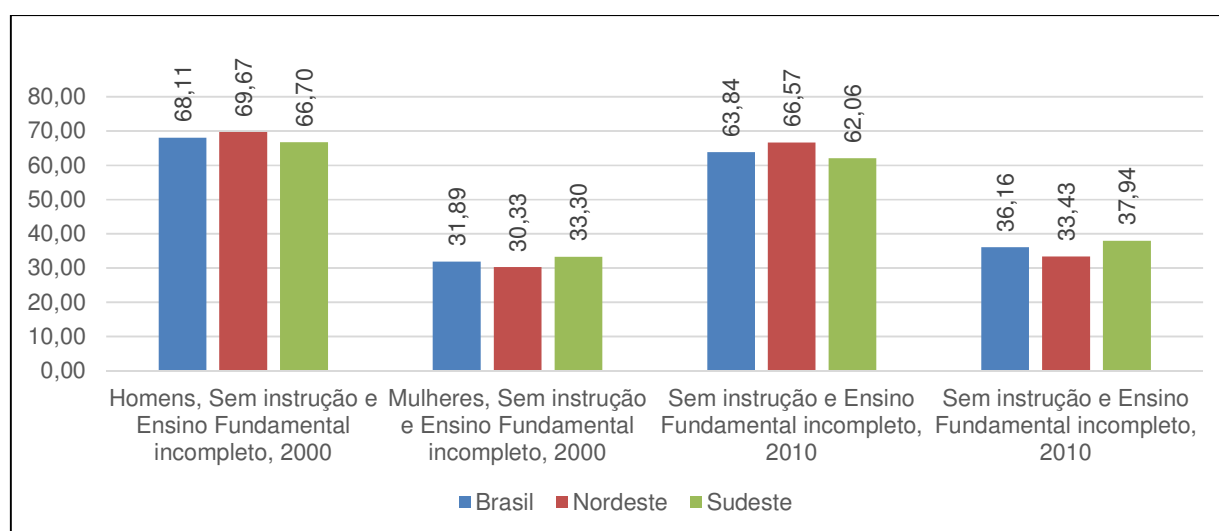
Fonte: IBGE, Estatística de Gênero - Metadados (2000-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

⁴³ De acordo com a definição dada pelo IBGE, corresponde ao número de pessoas de 25 anos ou mais de idade, ocupadas, por nível de instrução: sem instrução e fundamental incompleto; fundamental completo e médio incompleto; médio completo e superior incompleto e superior completo. A população ocupada, compreende as pessoas que tinham trabalho na semana anterior à da entrevista, ou seja, os indivíduos que tinham um patrão, os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da família. Permite compreender a estratificação dos ocupados em quatro categorias de posição na ocupação: empregados, trabalhadores por conta própria, empregadores e pessoas que trabalharam sem remuneração em ajuda a membros da unidade familiar.

No gráfico acima, presenciamos a ocupação da população masculina e feminina independente do grau de instrução, abrangendo todos os níveis. A proporção entre os gêneros persiste no percurso deste decênio. Os homens ainda foram dominantes em relação a população ocupada por nível de instrução, contudo, estes decaíram de um percentual de 62,13% em 2000 para 57,45% em 2010, correspondendo a uma queda de 4,68%, o que correspondeu à ascensão das mulheres no mesmo percentual e no mesmo período de tempo. A taxa representativa das mulheres da região Nordeste subiu 4,62% entre os anos 2000 a 2010, e concomitante a este movimento a região Sudeste com 4,36%. Isto representa mais mulheres ocupando postos e funções no mercado de trabalho por grau de instrução.

Se torna preponderante observarmos como se dá a relação de gênero em decorrência do nível de instrução e sua relação com a ocupação no trabalho, ou seja, devemos analisar a relação do gradativo processo de entrada das mulheres por nível de instrução e concomitante movimento de ocupação em postos de trabalho. Nos gráficos seguintes, visualizaremos como está a distribuição da População Ocupada por Nível de Instrução no país e nas regiões Nordeste e Sudeste separadamente, conforme segue:

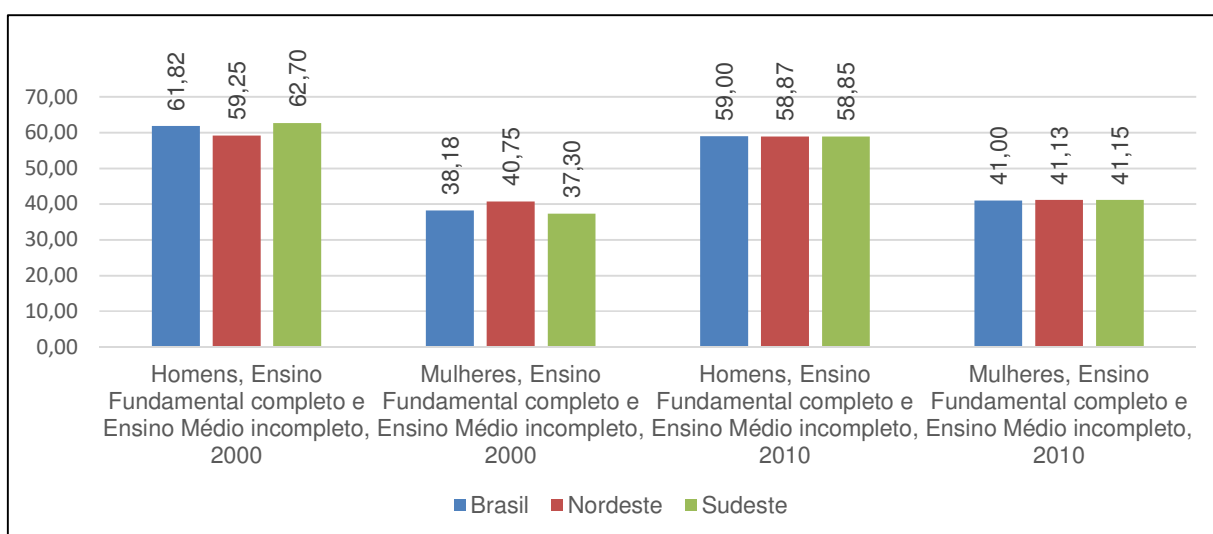
Gráfico 7 – População ocupada por nível de instrução em %, Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto (2000-2010)



Fonte: IBGE, Estatística de Gênero - Metadados (2000-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

Ao analisarmos os dados correspondentes ao período de 2000 a 2010 relativo a população masculina no Brasil, nos deparamos com um decréscimo de 4,27%. Este processo corresponde ao mesmo ocorrido nas regiões Nordeste e Sudeste com quedas de 3,10% e 4,64% respectivamente. Contudo, ao compararmos com a população feminina, registramos um aumento bastante significativo na mesma ordem, ou seja, de 4,27% a nível nacional, 3,10% para a população feminina do Nordeste e 4,64% para o Sudeste. O processo de entrada da população feminina no mercado de trabalho ocorreu de forma a integrar ao processo de mercantilização da força de trabalho, porém, com as especializações decorrentes das novas perspectivas do trabalho no contexto da reestruturação produtiva, cada vez mais trabalhadores são selecionados de acordo com seu nível de instrução. As populações femininas de camadas sociais desfavorecidas assumem geralmente formas de trabalhos que se encontram precarizados, tornando essa, a realidade de grande contingente de mulheres. O predomínio do gênero masculino nesta análise, ainda se torna preponderante. No gráfico posterior podemos visualizar a dinâmica das populações masculina e feminina decorrente do aumento do grau de instrução para Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto.

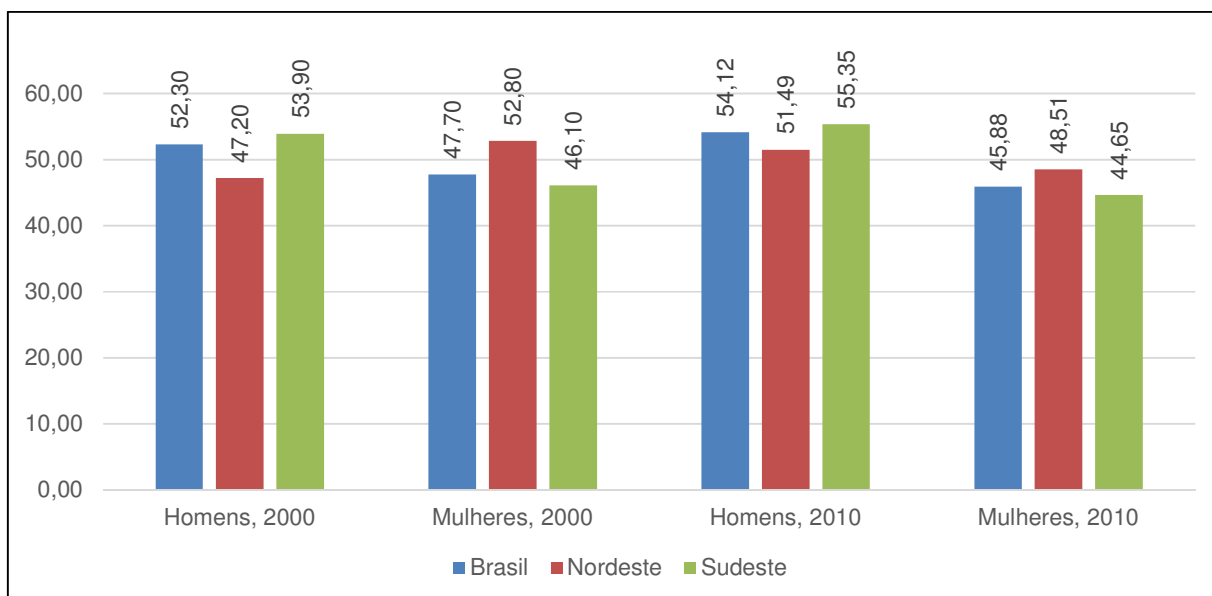
Gráfico 8 – População ocupada por nível de instrução em %, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto em % (2000-2010)



Fonte: IBGE, Estatística de Gênero - Metadados (2000-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

Neste gráfico presenciamos um decréscimo da população masculina correspondente no país em 2,82%, enquanto a população de mulheres cresce nesta mesma proporção. No Nordeste e no Sudeste o percentual da população masculina acompanha o decréscimo nacional em 0,38% e 3,85%, enquanto que a feminina cresce nesta mesma proporção nas duas regiões entre 2000 e 2010. Esta dinâmica altera a relação de gênero quando passamos a observar a perda de espaço do que era uma situação predominantemente masculina, decorrente dos avanços da população feminina no seu nível de instrução e em postos de trabalho. Tanto no Gráfico 6 quanto no Gráfico 7, podemos visualizar o crescimento da participação da população feminina na economia. Passemos à análise sobre como o comportamento dos gêneros na relação de instrução com Ensino Médio completo e Superior incompleto, conforme segue.

Gráfico 9 – População ocupada por nível de instrução em %, Ensino Médio completo e Superior incompleto (2000-2010)

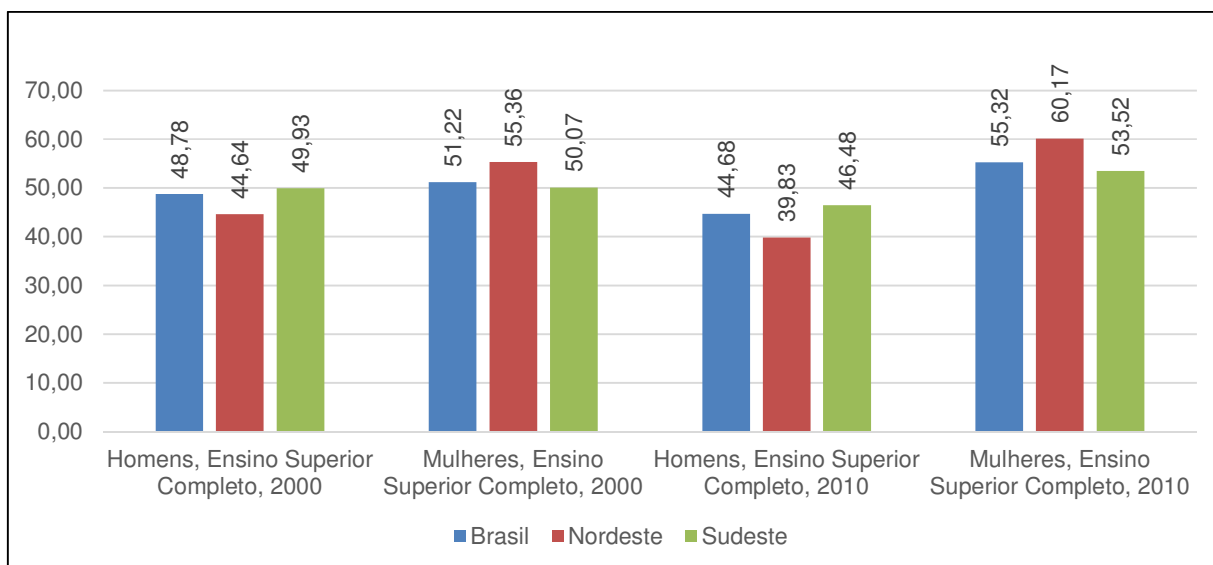


Fonte: IBGE, Estatística de Gênero - Metadados (2000-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

A análise do gráfico acima demonstra que houve um aumento na ordem de 1,82% da população masculina a nível nacional, bem como a diminuição da participação feminina com o grau de instrução correspondente ao decênio 2000 a 2010. A taxa de oscilação do Nordeste foi na ordem de 4,29% para menos, destacando o

aumento da população masculina e diminuição da feminina. Para o Sudeste ficou a diferença percentual na ordem de 1,45%, com aumento da ocupação de homens e consequente diminuição das mulheres. Neste íterim, presenciamos a menor participação das mulheres na população ocupada por nível de instrução, levando em consideração que a análise da instrução do gráfico anterior se remete ao ensino médio completo. Importante ressaltar que isto ocorre no momento em que há grande investimento por parte de governos na expansão e democratização do ensino médio e superior. No gráfico seguinte, podemos visualizar a relação que este processo sofre, quando comparado o gênero por nível de instrução, quando este aumenta em anos de estudo, elevando-se a nível superior. Portanto, analisemos o comportamento do gráfico correspondente ao ensino superior, conforme segue:

Gráfico 10 – População ocupada por nível de instrução em %, Superior completo (2000-2010)



Fonte: IBGE, Estatística de Gênero - Metadados (2000-2010). Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

A análise nos revela que a população feminina ocupada com nível superior no país, no ano 2000, já superava a masculina em 2,43%. Entre o período de 2000 a 2010 a taxa da população ocupada de homens com instrução superior cai 4,11%, enquanto que a população de mulheres cresce nesta mesma proporção. Isso nos remete a refletir sobre a inserção das mulheres na população ocupada com instrução

superior, inversamente ao ocorrido no gráfico 8, quando a análise comparativa entre gêneros decorre de menor instrução. Compreendemos, dessa forma, que, ao mesmo tempo em que houve um vertiginoso crescimento das mulheres no mercado de trabalho, houve concomitantemente a elevação de anos de estudo pela inserção destas no ensino superior. A diferença entre a taxa da população feminina e masculina no país, no período de 2010, é de 10,64%, com destaque para o crescimento da população de mulheres.

Importante ressaltar que este crescimento da população ocupada com ensino superior⁴⁴ está atrelado a grandes investimentos na educação superior por parte das ações de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram as decisões políticas orientadas para a valorização da educação superior, do investimento em infraestrutura e da garantia de acesso para a população, e ainda, das decisões de investimento terem sido direcionadas a localidades as quais o ensino superior, antes, era inexistente, que ocasionaram esta grande transformação espacial e impulsionaram a dinâmica da participação feminina para as oportunidades vinculadas à instrução.

Com a decisão dos governos em consolidar a democratização do ensino superior no país, a população de regiões menos favorecidas acabou por apresentar grande crescimento no que tange a seu ingresso no sistema de ensino superior. A construção de universidades nessas regiões garantiu a consolidação de uma proposta governamental de investimentos mais flexíveis, a qual orientou a passagem do Norte e do Nordeste para outro nível de desenvolvimento local em nível de instrução.

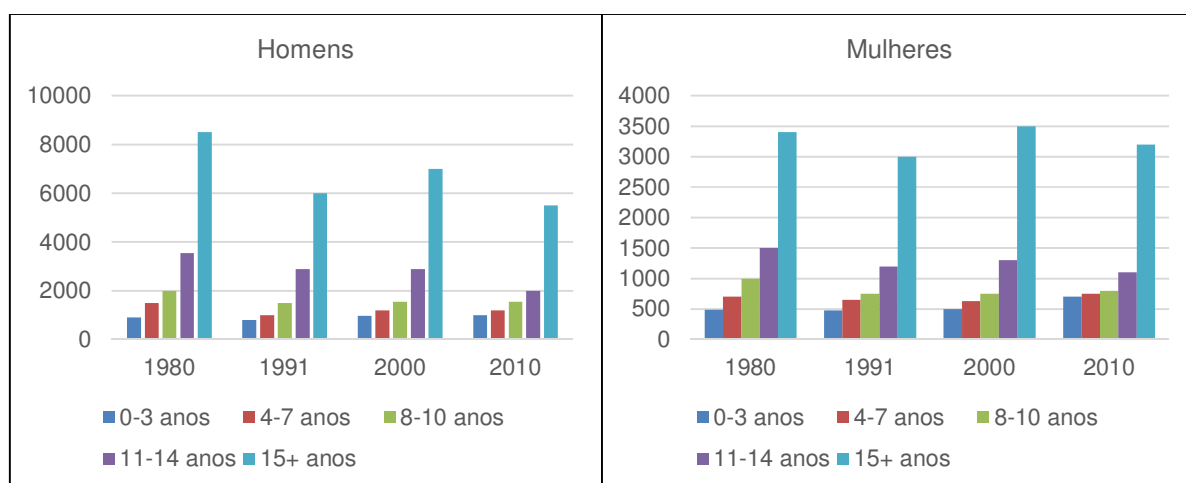
Não somente a criação das universidades garantiram o acesso e a democratização da educação, mas também a expansão dos institutos federais, consolidados no plano dos governos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da continuidade destes investimentos pelo governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) - esta última, deposta por *impeachment* através de uma sistematização partidária organizada, tendo seu governo interrompido por um golpe parlamentar - fizeram com que as regiões modificassem a dinâmica de acesso a direitos

⁴⁴ Neste processo houve o crescimento do número de matrículas nas universidades federais das regiões do Brasil na ordem de 76% para a região Norte, 94% para a Nordeste, 47% para a Sudeste, 26% para a região Sul e 48% para a região Centro-oeste (BRASIL, 2014, p. 21), com destaque para a região Nordeste.

básicos no contexto local, regional e nacional.

Após percebermos a dinâmica em que ocorre a relação das populações de homens e mulheres no processo de ocupação em postos de trabalho e no sistema de ensino, se torna proeminente analisarmos a relação destas populações com a renda, decorrente deste mesmo processo. No gráfico abaixo podemos visualizar a evolução da renda no período de 1980 a 2010, para estas populações.

Gráfico 11 – Renda média de todos os trabalhos por sexo, segundo estratos de anos de estudo – Brasil (1980-2010)



Fonte: Adaptado de Filho e Kirschbaum (2015, p. 123).

No ano de 2010, as mulheres com 15 anos ou mais de estudo e com participação econômica ativa apresentaram renda média inferior à dos homens, ficando submetidas a uma diferença de quase o dobro. Se atentarmos cuidadosamente para o gráfico das mulheres, perceberemos que a relação temporal entre trabalho e anos de estudo no período de 1980 a 2010, tem como característica essencial a permanência de sua situação de renda média, e, mesmo com os modestos movimentos entre 1991 e 2000, apresenta uma tendência de queda para a mesma situação que se encontravam no ano de 1980. O gráfico dos homens com 15 anos ou mais de estudos, por outro lado, iniciam uma derrocada constante ao longo do período. Contudo, mesmo neste processo de queda a média salarial é maior que o das mulheres na proporção do dobro.

O que se pode notar nesta análise é o correspondente crescimento das mulheres ao processo de mercantilização do trabalho, porém, não somente isso, mas o

crescimento da participação feminina “é um dos principais aspectos da recomposição do proletariado que se iniciou cerca de três décadas atrás e que ainda se encontra em curso” (GONÇALVES, 2011, p. 6). Se torna evidente que as mulheres vêm ganhando espaços antes conquistados e ocupados apenas por homens, e ainda, para além da igualdade no processo de competição deflagrada no campo do trabalho, as mulheres apresentam destaque significativo quanto ao nível de instrução.

Conforme constou no I Plano Nacional de Política para as Mulheres,

Passa o tempo, inaugura-se um novo milênio, mas permanecem as dificuldades. As mulheres representam hoje, no Brasil, 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal, sem considerar o trabalho doméstico não remunerado. Ainda que a escolaridade das mulheres seja superior à dos homens, permanecem as diferenças salariais. A concentração de trabalhadoras é maior no setor de serviços, em ocupações consideradas menos importantes e com menor remuneração (BRASIL, 2004).

Assim, conforme registro acima, os gráficos apresentados consolidaram uma visualização do percurso histórico das estatísticas de gênero, com destaque para as oscilações do processo de competição em postos de trabalho e nível de instrução, típicos do sistema capitalista. Essas estatísticas demonstram que, gradativamente, as mulheres aumentaram o tempo investido nos anos de estudos, como demonstrado no gráfico 10, o qual declara o aumento da população feminina no sistema de ensino superior. Isto pode significar um alargamento das fronteiras para a conquista de mais espaços para as mulheres. Contudo, podemos visualizar, conforme análise do gráfico 11, que a desigualdade invade o fluxo da história de forma devastadora, quando as estatísticas provam que não há uma correspondência entre nível de instrução e igualdade salarial para as mulheres.

3.3. Reflexos da feminização da pobreza: uma análise do Programa Mulheres Mil do IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo a partir da visão dos sujeitos

Um grave problema enfrentado no Brasil do século XX foram as descontinuidades das ações dos governos na esfera social. Cada governo buscou consolidar seus programas de forma dissociada, gerando um ciclo de fragmentação de programas e projetos sociais. Isto se remeteu também à escala regional e local,

contribuindo para o aumento de problemas relacionados à desigualdade econômica e social presente em grande parte do território nacional. Na década de 1990, apesar de ter como principal meta para o desenvolvimento econômico do país a abertura de mercados ao capital externo e as privatizações, entre os governos de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso (1990-2003), somente a partir deste último é que o país presencia ações no campo social, contudo sem grandes expectativas, pois os programas não apresentaram um atendimento que pudesse alcançar a escala nacional, como no caso do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação⁴⁵, Cadastro Único do Governo Federal⁴⁶, Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde⁴⁷ e Programa Auxílio Gás⁴⁸. Somente com a expansão e unificação destes programas através do Programa Bolsa Família (PBF)⁴⁹ pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva o país presencia a modificação em sua estrutura a nível escalar. O programa visou articular três dimensões para combate e superação da fome e da pobreza, conforme segue: promoção do alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribuiu para que as famílias atendidas conseguissem romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família conseguissem superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), no mês de dezembro de 2016 existiam pouco mais de 26 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o correspondente a 77.878.526 de pessoas cadastradas⁵⁰.

É de relevância saber que o Programa Bolsa Família (PBF) não se refere a uma forma de benefício emergencial, ou seja, não se compõe e decompõe para solucionar um problema de ordem temporal, mas é de ordem assistencial, ou seja, o programa visa ter uma atuação constante no processo de atendimento a famílias em

⁴⁵ Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001.

⁴⁶ Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

⁴⁷ Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001.

⁴⁸ Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

⁴⁹ Programa instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007.

⁵⁰ Dados de acordo com os registros do Relatório de Informações Sociais (RAIS) daquele período.

situação de pobreza extrema, independentemente do tempo. Devido à grande repercussão que o programa teve nas atividades políticas, nenhum governo preocupou-se em extingui-lo, ou seja, apesar das descontinuidades de planos de governos o programa conseguiu se manter na esfera de planejamento e ação social nas políticas públicas.

Desde o nascedouro do sistema de proteção social, houve profundas mudanças na forma tratar a questão da pobreza, pois, na medida em que se presenciou o avanço do liberalismo, as configurações das classes operárias se ajustaram em defesa de suas categorias. O reflexo disso é que na chegada do século XX, os sistemas de proteção social têm sido direcionados a trabalhadores que tem relação com o emprego formal, deixando de lado os que não possuem relação, os quais não contam com a proteção por via contributiva. Contudo, situam-se na América Latina os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) como forma de proteção social não contributiva, neste conceito situa-se o Programa Bolsa Família (SILVA, 2014). A importância que assume o programa para o combate da pobreza no país se torna relevante devido predomínio da grande diferença econômica e social existente, gerando um fosso de pobreza concentrada em zonas rurais e na periferia de zonas urbanas.

Estudos realizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) afirmam que 70% dos pobres no mundo, na década de 1995, eram mulheres. Isto corresponde a outro problema relacionado ao processo de pauperização de populações mundiais, o de "feminização da pobreza". Sobre este termo podemos destacar os estudos iniciais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), conforme demonstra Costa (*et al*, 2005)

O termo feminização da pobreza foi utilizado pela primeira vez, em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce com o objetivo de retratar a tendência, nos Estados Unidos da América (EUA), de aumento da proporção de mulheres entre os pobres e também do crescimento do número de indivíduos em famílias chefiadas por mulher entre os pobres, ocorrido entre o início da década de 1950 e meados da década de 1970. Posteriormente, foram realizados diversos trabalhos com o objetivo de verificar a existência de feminização da pobreza não só nos EUA, mas também em outros países (COSTA *et al*, 2005, p. 8).

Conforme demonstra citação, apesar das pesquisas sobre a feminização da pobreza terem sido iniciadas nos Estados Unidos, a pobreza e sua caracterização

dentro da relação de gênero constitui um problema grave inclusive para países desenvolvidos. De acordo com Singly (2007) a partir dos anos 1970, a vida em família se torna mais arriscada em face da feminização da pobreza e da pauperização das famílias monoparentais. A relação entre a monoparentalidade das famílias e os casais com filhos se destacam nas estatísticas.

Nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, nas famílias monoparentais a percentagem de 'pobres' é três vezes mais elevada do que na categoria dos casais com filhos. Esse risco é ainda maior entre os jovens: 60 a 80% dos pais de menos de 30 anos e que vivem sós são 'pobres' (SINGLY, 2007, p. 67).

De acordo com o pensamento acima, a nova configuração que assume a família contemporânea apresenta três instâncias, a saber: uma grande dependência em relação ao Estado; uma grande independência aos grupos de parentesco e; uma grande independência de homens e mulheres em relação à família. Neste aspecto, "homens e as mulheres, os adultos e as crianças organizam a sua vida privada no quadro desta dualidade: uma reivindicação de uma dependência enorme da esfera pública" (SINGLY, 2007, p. 30). Nos estudos das relações entre gênero e pobreza, as mulheres são identificadas como sendo as que mais sofrem com o processo de modificação da estrutura familiar contemporânea decorrente das mudanças sociais.

Essa percepção é relevante, pois as famílias chefiadas por mulher, além de contarem somente com um provedor de renda, podem estar numa situação pior que as de chefia masculina, em razão das inúmeras desvantagens sofridas pelas mulheres na sociedade, e, em especial, no mercado de trabalho (COSTA *et al*, 2005, p. 9).

Explicando a citação acima, as desvantagens compreendem as desigualdades provenientes de várias instâncias. As configurações que assumem a transformação das sociedades com o avanço do capitalismo transformaram as relações familiares, pois no seu aspecto privado, a família pôde facilmente se reorganizar ou se adequar às transformações oriundas das relações de trabalho e emprego, de forma a integrar um novo sistema familiar. Na sociedade moderna do século XX, e mais claramente evidenciada nas pesquisas realizadas no final deste século, identificam que nas famílias monoparentais em que as mulheres são as principais mantenedoras, há o aparecimento da pobreza como uma circunstância natural do processo de desenvolvimento do capitalismo moderno. Na França, por exemplo, a pobreza

correspondente a esta realidade se torna feminizada.

Desde o início dos anos 1980, o número de mulheres contabilizadas pelo *Institut National de la Statistique et des Études Économiques – Insee* (pesquisas de emprego) como “funcionários e profissões executivas de nível superior” mais do que dobrou; cerca de 10% das mulheres ativas são classificadas atualmente nessa categoria. Simultaneamente à precarização e à pobreza de um número crescente de mulheres (elas representam 46% da população ativa, mas são 52% dos desempregados e 79% dos baixos salários), observa-se, portanto, o aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível de mulheres ativas. Assiste-se também ao aparecimento, pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens: pai, esposo, amante) opõem-se frontalmente aos interesses daquelas que foram atingidas pela generalização do tempo parcial, pelos empregos em serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira mais geral, pela precariedade (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 600).

As relações sociais de sexos na esfera familiar, quando observados pela crescente estatística, demonstra que existe uma concorrência entre a própria população feminina, quando opõe as mulheres que conseguem adentrar ao mercado de trabalho formal destinando o tempo na atividade do emprego para investimento em suas carreiras, e a necessidade que estas tem para a manutenção da ordem familiar e do trabalho doméstico, gerando um processo de relações que se constituem na contratação de outras mulheres, pobres, que necessitam da atividade visando a manutenção, ou mesmo a superação de suas realidades. Contudo, estas últimas também compõem laços familiares, por vezes, como únicas responsáveis pelo sustento da própria família. O caminho percorrido pelas mulheres em condições sociais e econômicas distintos, reproduzem o processo de distribuição das tarefas domésticas no âmbito privado de suas famílias, e, ao mesmo tempo que ocorre de forma heterogênea, se torna homogeneizada pelo próprio sistema da divisão sexual do trabalho.

As mulheres das sociedades do Norte trabalham cada vez mais e, com uma frequência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras. Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 601).

A desigualdade de gênero continua a ser reproduzida nas relações de

trabalho. O trabalho doméstico continua vinculado às mulheres de menor potencial econômico, sendo estas contratadas por outras de maior potencial econômico. Esta perspectiva encontra relação com a garantia de que o sistema capitalista reproduz processos de exclusão cada vez maior, e que mulheres residentes em regiões menos desenvolvidas instigam a busca por regiões mais desenvolvidas, gerando assim um ciclo de procura por relações de trabalho que possam viabilizar o sustento de suas famílias. As relações com os preços e salários estão diretamente vinculadas à reserva de mercado, de forma que, para as menos favorecidas, estão os trabalhos mais instáveis e precarizados.

No Brasil, houve avanços gradativos em relação ao trabalho doméstico. Um grande avanço foi a regulamentação do trabalho doméstico e remunerado na forma de salário, através da Lei complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. As repercussões sociais sobre a atuação das empregadas domésticas no âmbito privado das famílias de classe média foi imediato. Famílias de classe média aproveitaram momentos de instabilidade política no ano de 2016 como meio de protesto contra a medida, sendo impulsionadas pelo "panelaço"⁵¹ como forma de manifestar suas posições. As alegações vieram de toda parte dos estratos médios da estrutura social, e se conflagraram no discurso de que, devido as medidas tomadas pelo governo para a formalização da categoria das empregadas domésticas, as “famílias” não teriam condições de arcar com os custos sociais. Esta manifestação também se colocou como uma posição contrária a promulgação da Lei nº 12.964, de 8 de abril de 2014, a qual torna obrigatório para os empregadores o registro das empregadas domésticas sob pena de pagamento de multa. Contudo, as empregadas domésticas no Brasil conseguiram se organizar como categoria, inclusive com a criação de sindicatos nas grandes capitais, mas continuam a sofrer com a precariedade nas relações de emprego e na insegurança de direitos sociais, agravadas pelo jogo de forças do mercado e dos interesses particulares de famílias mais abastadas.

Os efeitos da Lei sobre a sociedade manifestam o poder legitimado e declara a luta de classes. Neste processo, os dominados lutam pela conquista e ampliação de

⁵¹ Remeteu-se às ações políticas oriundas de partidos da direita como forma de implementar, massivamente – incluindo a divulgação dessas ações pelos meios de comunicação de massa – uma cultura de inconformismo para com as ações políticas da esquerda.

seus direitos. Assim, as políticas públicas se vinculam às políticas sociais, e dessa forma, contribuem para a garantia dos interesses da maioria, que lutam para serem ouvidos e atendidos no que concerne à defesa de seus direitos. Neste aspecto,

A discussão sobre políticas sociais não se refere tão-somente às formas de articulação do Estado com o capital, mas também às manifestações das forças sociais, da organização e da mobilização das classes subalternas na alteração da ordem estabelecida em uma conjuntura específica (SIMINOATTO e COSTA, 2012).

Corroborando com o pensamento acima, apesar do Estado ser controlado pela classe dominante, a ordem da hierarquia social estabelecida compõe um quadro de luta constante de classes, em que as classes subalternas movimentam-se em favor de ampliar seus direitos, enquanto que as classes dominantes lutam pela sua desestruturação. A política do Estado deve, contudo, relacionar-se com o conjunto da sociedade civil, levando em conta aspectos da organização social e econômica (FALEIROS, 2010). Porém, há de se destacar que a partir da nova composição política dos governos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos no final do século XX, crescentemente tornaram a ideologia neoliberal como forma de ampliar os domínios sobre as classes subalternas, principalmente a trabalhadora. Conforme nos aponta Harvey, o neoliberalismo

[...] se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal (HARVEY, 2011, p. 16).

Neste sentido, o Estado capitalista, a partir de sua composição política pela classe dominante, pode articular com as classes capitalistas que controlam os mercados e facilmente aderir aos seus interesses privados, de forma que o seu papel se torne essencial para a consecução dos objetivos corporativos, sendo um deles, o de manter a classe trabalhadora sobre controle.

As tensões entre a luta pelos que vivenciam os problemas sociais e a reivindicação por suas soluções devem compor o processo pelo qual as manifestações sociais de caráter universalizante consigam adentrar à esfera pública estatal, de forma

que o Estado passe a ser a construção do real, ou seja, apesar da hierarquia social manifestamente organizada pela classe dominante e pela ordem jurídica estabelecida, é possível que haja a reconstrução da ordem jurídica pela luta de classes, na medida em que as classes subalternas consigam ampliar seus domínios. O papel da mulher na sociedade deve ser o de luta pela reconstrução do modelo social através do qual ela possa adquirir mais espaço, mais poder sobre a esfera pública e privada, ser atendida em seus aspectos específicos e concorrer em igualdade de condições nas relações de gênero.

Neste contexto de luta, as mulheres conseguiram fomentar debates, discussões e materializar políticas, que passaram a obedecer uma agenda nacional por vários governos. Foi o caso I, II e III Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM)⁵², criados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com base em demandas sociais de populações femininas organizadas.

Dessa forma, propomos a realizar uma análise do Programa Mulheres Mil do IFMA/*Campus* São Luís Monte Castelo, por ser uma política pública que integra os objetivos dispostos pelos PNPMs. Alguns destes são: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Dessa forma, identificamos que o Programa Mulheres Mil se apresenta como um instrumento para a promoção dessas políticas, de forma a trazer uma nova perspectiva para mulheres das periferias urbanas e rurais, as quais passaram a ser

⁵² I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008) e III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013). Todos os planos foram feitos nos períodos de governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

definidas como socialmente vulneráveis.

O Programa Mulheres Mil é uma política pública implementada pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituído pela portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, com o desafio de trabalhar com recortes de exclusão de mulheres jovens e adultas, em situação de vulnerabilidade econômica e social, e que, em sua maioria, apresentam baixa escolaridade, estando à margem do mundo do trabalho.

Esta ação política foi implantada a nível nacional através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), contando com a parceria da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro (AI/GM), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (Redenet), do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI), e da Associação do *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC) e *colleges* parceiros.

Em sua fase inicial, o programa estava vinculado à Lei Orçamentária Anual (LOA), pois estava incluído nas Metas do Milênio⁵³. Assim, antes de ser programa, foi implementado primeiramente na modalidade de projeto de extensão, através da oferta de um curso profissionalizante de camareira. Após este percurso inicial dado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), outros institutos federais passaram a ser alvos de sua implementação, de forma a colaborar com a estratégia governamental de oferta de cursos profissionalizantes. Importante notar que essa estratégia não se forma no país, mas vem de um amplo grau de planejamento social trazidos das reuniões internacionais do Brasil com outros países, ou seja, se tratava de uma proposta de globalização das ações de governos capitalistas, mobilizando seus instrumentos e suas instituições para a consolidação de uma proposta de redução da pobreza material a nível global. O destaque seria, portanto, para regiões que estavam na esteira do desenvolvimento social e econômico. Após este primeiro momento ocorrido no Rio Grande do Norte, o próximo passo foi injetar novos projetos para outras

⁵³ Metas do Milênio foi um documento elaborado e adotado por estados membros das Nações Unidas, o qual consolidou várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90. Este documento estabeleceu um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo, os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A meta seria, portanto, alcançada pelos esforços deste grupo de Estados até o ano 2015.

regiões do Norte e Nordeste, de forma a contribuir para os objetivos do milênio. O motivo de ofertarem cursos nestas regiões reside no fato de apresentarem maior desigualdade social e econômica em relação ao restante do país.

O Estado do Maranhão, portanto, aparece em colaboração e apoio ao desenvolvimento do projeto de extensão pelo IFMA/*Campus* São Luís Monte Castelo. Alguns cursos passaram a ser ofertados por aquele *campus* que, decorrente destas ações, contribuiu com os objetivos do programa, visando a redução da vulnerabilidade social.

Com a política de expansão da oferta da educação profissional e tecnológica, as populações de regiões com forte heterogeneidade e menos desenvolvidas economicamente, foram assistidas com a instalação de infraestrutura de novos *campi*, tanto de universidades quanto de institutos federais. Dessa forma, as novas instalações institucionais contribuíram para cumprir com o desenvolvimento do Estado tanto em nível local quanto regional. No Maranhão, houve a instalação e a agregação de 18 unidades referentes aos institutos federais, a partir do ano de 2008, integrando-se a este processo as Escolas Agrotécnicas Federais de São Luís, Codó e São Raimundo das Mangabeiras. Abaixo segue quadro demonstrativo sobre a atual configuração do IFMA:

Quadro 3 – Relação de *Campi* do IFMA

ITEM	CAMPUS DO IFMA
1	Açailândia
2	Alcântara
3	Araioses
4	Bacabal
5	Barra do Corda
6	Barreirinhas
7	Buritcupu
8	Carolina
9	Caxias
10	Codó
11	Coelho Neto
12	Grajaú
13	Imperatriz
14	Itapecuru Mirim
15	Pedreiras
16	Pinheiro
17	Presidente Dutra

18	Porto Franco
19	Rosário
20	Santa Inês
21	São José de Ribamar
22	São João dos Patos
23	São Luís-Centro Histórico
24	São Luís-Maracanã
25	São Luís-Monte Castelo
26	São Raimundo das Mangabeiras
27	Timon
28	Viana
29	Zé Doca

Fonte: Sítio do IFMA.

Situando o *locus* da pesquisa proposta, o IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo tem como profissionais em sua estrutura organizacional professores de carreira concursados do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), professores do ensino superior, professores substitutos e temporários. No quadro abaixo, visualiza-se como o *campus* está estruturado organizacionalmente.

Quadro 4 – Estrutura Organizacional do IFMA/*Campus* São Luís-Monte Castelo

ITEM	DIRETORIAS	QUANTIDADE
1	Diretor Geral	1
2	Diretor de Ensino Superior	1
3	Diretor de Ensino Técnico	1
4	Diretor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	1
5	Diretor de Infraestrutura e Tecnologia	1
6	Diretor de Administração	1
-	Total	6

Fonte: IFMA/*Campus* São Luís-Monte Castelo/SUAP/Q-Acadêmico

Quadro 5 – Relação de Docentes e Técnicos Administrativos do IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo

Nº DE DEPARTAMENTOS	Nº DE DOCENTES	Nº DE TÉCNICOS ADM
12	329	181

Fonte: IFMA/*Campus* São Luís-Monte Castelo/SUAP/Q-Acadêmico

Faz parte da análise do estudo proposto o direcionamento da pesquisa para o Programa Mulheres Mil do IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo, como forma de contribuir para o entendimento sobre a execução de uma política pública para as mulheres, as quais vivem em situação de vulnerabilidade social, mas não somente isso.

A pesquisa buscou tornar possível a visualização do que foi feito e dos reflexos do programa na trajetória profissional das mulheres atendidas, a partir da entrevista.

Decorrente da expansão, gradativamente houve a ampliação do programa para outras regiões do país. No período de 2011 até a primeira metade do ano de 2014 o programa teve seu orçamento vinculado à LOA. Isto foi determinante para a geração de autonomia dos *campi* em relação à forma de elaboração, execução e administração do programa, tornando-o parte de uma ação social ampla, desenvolvida pela instituição em parceria com outras instituições. Esta ação social teve, em sua formatação administrativa, contribuição de voluntários, sendo estes os próprios profissionais do quadro efetivo. Contudo, a partir do segundo semestre deste último ano, essa configuração orçamentária foi modificada, tendo sua transposição para a Bolsa-Formação, em que a base de sua execução passou para a metodologia do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC⁵⁴.

Importante ressaltar que após a modificação orçamentária, o Programa Mulheres Mil passou a apresentar determinadas transformações administrativas⁵⁵, pois no momento em que contava com apoio de profissionais aprovados nos editais, os quais faziam jus ao recebimento de bolsa profissional, se modificou também a forma de tratamento administrativo com todos os atores do programa. O reflexo disso foi que já não se contava com a força do voluntariado, mas tão somente com a dos profissionais selecionados, cada qual para uma função específica modificando sua cultura organizacional e administrativa.

Outra mudança ocorrida foi no aspecto do planejamento do programa, pois com a transição orçamentária, apareceu a figura dos demandantes, que eram as Secretarias Municipais da Criança e Assistência Social (SEMCAS), como provedoras

⁵⁴ Instituído pela Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

⁵⁵ Com a vinculação orçamentária à LOA, a participação do voluntariado correspondia à uma visão social, articulada entre profissionais e gestores, ou seja, era parte de uma atividade laboral fora da rotina de trabalho, mas que era contabilizada como trabalho. Isto obedecia uma lógica assistencial, mas, conforme surgia a demanda por profissionais, havia uma prestação de serviço com finalidade social limitada à possibilidade e conveniência da rede de profissionais. Com a passagem para o PRONATEC, a execução do programa ficou condicionada ao repasse orçamentário de bolsas, o que correspondeu à obrigatoriedade de prestação de serviços para bolsistas selecionados nos editais. Isto foi determinante para a mudança da cultura organizacional do programa, pelo qual correspondia, naquele momento, à ganhos de capital, apesar da visão social.

dos ofertantes, ou seja, dos institutos federais.

Não obstante, o Programa Mulheres Mil teve como meta, desde sua concepção em 2005, qualificar profissionalmente mulheres para o campo de trabalho, no total de 100 por ano para cada instituto federal. Abaixo segue quadro demonstrativo de cursos ofertados pelo IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo, no período de 2009 a 2015.

Quadro 6 – Relação de cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil do IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo, no período de 2009 a 2015

PROGRAMA MULHERES MIL 2009 A 2015				
CURSOS	ANO	MATRICULADAS	CERTIFICADAS	EVADIDAS
Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2009	40	38	2
Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2010	40	38	2
Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2010	20	17	3
Curso Básico de Qualificação Profissional em Culinária Avançada	2011	30	25	5
Curso Básico de Qualificação Profissional em Camareira	2011	50	44	6
Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2011	25	21	4
Curso Básico de Qualificação Profissional em Artesanato	2011	15	6	9
Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2011	15	15	-
Curso Básico de Qualificação Profissional em Introdução a Culinária	2011	20	13	7
Curso Básico de Qualificação Profissional em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2012	25	18	7
Curso Básico de Qualificação Profissional em Camareira em Meios de Hospedagem	2012	24	19	5
Curso Básico de Qualificação Profissional em Atendente de Lanchonete	2012	21	13	8
Curso Básico de Qualificação Profissional em Customização de Roupas	2012	24	18	6

Formação Inicial e Continuada em Cuidador de Idosos	2013	37	22	15
Formação Inicial e Continuada em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2013	22	16	6
Formação Inicial e Continuada em Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos	2013	24	22	2
Formação Inicial e Continuada Camareira em Meios de Hospedagem	2013	25	17	8
Formação Inicial e Continuada em Auxiliar de Cozinha	2014	35	30	5
Formação Inicial e Continuada em Preparador de Doces e Conservas	2015	20	18	2
TOTAL	-	512	410	102

Fonte: IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo/Departamento de Extensão. Sistematização feita pelo autor da pesquisa.

Os cursos ofertados beneficiaram mulheres dos bairros Liberdade, Fé em Deus, Camboa, Divinéia, Vila Luizão, Monte Castelo, Bairro de Fátima, Vila Palmeira, e adjacências, atingindo outras populações de bairros da zona rural de São Luís. A indicação dos cursos ofertados dependia, sobretudo, de orçamento para sua execução. As escolhas dos cursos ficavam a cargo da alta administração, realizada através de pesquisa de campo para identificação das demandas comunitárias e uso de diagnóstico estratégico, realizados por intermédio do IFMA/*Campus* São Luís – Monte Castelo.

A divulgação de oferta de cursos era feita através de publicação de editais, os quais determinavam a forma de ingresso e o processo de seleção⁵⁶ do público-alvo. Após análise de um modelo de Edital, conforme Anexo B, identificamos como principais requisitos de participação:

- a) Demonstrar o grau de escolaridade mínima requerida pelo curso ofertado.

Geralmente os cursos tem a característica de absorver diplomas com fundamental incompleto ou completo, e, com raras exceções, o Ensino Médio incompleto ou completo. Isto denota uma relação entre o nível de instrução e a ocupação profissional de trabalhadoras com nível de instrução mais baixo, as quais tendem a tomar postos de trabalho com menor remuneração e a ficarem sujeitas à realização de trabalhos precarizados.

⁵⁶ A seleção era feita com base em questionário socioeconômico e entrevistas, com apoio de profissionais da área de assistência social.

- b) Ser do sexo feminino (ou possuir identidade social).

Este requisito demonstra uma adequação do programa com o tratamento das questões de gênero. Contudo, adquire relação com o respectivo trajeto histórico do feminismo, ainda que de modo mais ampliado, ou seja, não excludente das relações de gênero pelo qual a mulher está submersa histórica e socialmente.

- c) Ter no mínimo 18 anos de idade.

Este requisito torna o curso heterogêneo, ou seja, mulheres de todas as faixas etárias excluídas as de menor idade que o mínimo exigido, e ainda, preenchendo os demais requisitos, podem adentrar ao programa. Os reflexos disso são que mulheres com maior idade tem possibilidade de acesso ao programa, compondo uma forma de minorar os reflexos degradantes da desigualdade social e econômica condicionada pela lógica excludente do mercado de trabalho do sistema capitalista.

- d) Ser cadastrada no CAD - Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal.

O governo se utiliza desse instrumento para identificar e selecionar o público enquadrado como vulnerável socialmente, através da comprovação de renda ou da falta dela. Isto tem relação direta com a feminização da pobreza, ou seja, o cadastro proporciona a inclusão de famílias a partir da identificação da pobreza material, como fruto da situação de vulnerabilidade social e econômica existente. Nesta realidade se enquadram, em sua maioria, mulheres pobres e socialmente excluídas da participação econômica na estatística oficial.

- e) Residir nas comunidades selecionadas como beneficiadoras do programa.

Este requisito demonstra que os investimentos são orientados para determinadas regiões, e que, apesar de explícito, não pode ser requisito para classificação, sob pena de incorrer em violação de direitos universais e cláusulas pétreas constantes da Constituição Federal do Brasil de 1988. Pelos limites interpostos a esta pesquisa, não faremos a análise sobre esta questão, contudo, apontamos para uma posterior revisão e continuidade de trabalhos sobre esta perspectiva.

Apesar de seu constante desenvolvimento e de sua efetivação como programa somente a partir da publicação da portaria nº 1.015/2011, esta, contribuiu para trazer para o Estado a responsabilidade enquanto parte de um orçamento e de

uma estratégia para a redução da pobreza, sendo, pois, institucionalização de uma política pública conforme consta em seu art. 1º, *in verbis*: “Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2011).

Outras iniciativas instituídas pela portaria foram compromissos pelos quais transcorreram os debates no campo das políticas públicas para as mulheres, que, para além do combate à pobreza, combatem a violência em suas variadas formas, conforme consta em seu art. 2º.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes:

- I - Possibilitar o acesso à educação;
- II - Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III - Promover a inclusão social;
- IV - Defender a igualdade de gênero;
- V - Combater a violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

Facilitar o acesso à educação para mulheres socialmente vulneráveis, de acordo com o inciso I, é uma forma de contribuir para a minorar as diferenças de gênero no contexto educacional, e isto tem relação direta com os demais incisos. Por meio da perspectiva de igualdade, pelo qual dispõe o inciso IV, o programa buscou ter correspondência à conquista por direitos básicos historicamente debatidos no campo do feminismo. A educação, sem dúvida, pode ser – senão o maior – instrumento para a redução das desigualdades sociais e econômicas de mulheres, se condicionada à inclusão social, pois constitui um gradativo progresso para mais conquistas sociais. Dessa forma, os incisos acima citados estão de acordo com os princípios estabelecidos pelos PNPMs, os quais orientam para: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania e educação inclusiva e não sexista. Estes princípios se justificam devido à histórica presença da desigualdade que ficou submetida a mulher na relação de gênero, conforme consta no texto do primeiro PNPM:

A luta pela igualdade de direitos, intensificada a partir da Declaração dos Direitos da Pessoa Humana, não teve impacto semelhante entre homens e mulheres, apesar do reconhecimento de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos (Art. 1º). E de que não deve haver distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou qualquer outra situação (Art. 2º) (BRASIL, 2004).

Ratificando as considerações acima, fica evidente que as mulheres continuaram a sofrer desigualdade mesmo diante de uma perspectiva universal da Declaração da Pessoa Humana. A defesa da igualdade e o combate à violência contra a mulher descrita em seus incisos IV e V se tornam relevantes para a democratização e a justiça social, contudo, verifica-se a existência de maiores entraves para a luta feminina. Entraves estes que aparecem de forma dissimulada, como uma cultura arraigada no contexto geral da sociedade. A busca pela efetivação das diretrizes constantes na portaria 1.015/11, bem como os princípios constantes no PNPM, parecem estar longe de uma concretude. Neste sentido, ações orientadas pelas políticas públicas para mulheres, como no caso analisado, o Programa Mulheres Mil, vem corresponder a uma viabilidade para esta efetivação.

Em entrevista realizada com mulheres que participaram do programa, podemos inferir algumas percepções dos sujeitos. Para isso foram selecionadas 10 alunas dos cursos FIC de Cuidador de Idosos e Auxiliar de Cozinha, como demonstrado no início deste trabalho. Dessa forma, o quadro abaixo demonstra a relação entre cidade de nascimento e idade dos sujeitos da pesquisa:

Quadro 7 – Relação entre cidade natal e idade dos sujeitos da pesquisa

NOMENCLATURA	CIDADE NATAL	IDADE
MMC1	Nina Rodrigues	50
MMC2	São Luís	32
MMC3	São Luís	42
MMC4	Pinheiro	55
MMC5	São Luís	43
MMA1	Icatu	35
MMA2	Paço do Lumiar	54
MMA3	São João Batista	44
MMA4	São José de Ribamar	47
MMA5	Vagem Grande	39

Fonte: Sistematização de dados feita pelo autor da pesquisa.

Ao serem questionadas sobre o valor do programa para a vida profissional, em relação a algum progresso ou melhoria das relações socioprofissionais, as participantes da pesquisa se posicionaram da seguinte forma:

MMC1: Olha eu não tenho dúvidas disso. Eu sempre coloco em minhas colocações em reuniões com os amigos que executam a função de professores, porque eu também já trabalhei muito com jovens e adultos nesses cursos que o governo fornece voltados para alfabetização de idosos. Eu sempre coloco para minhas colegas, para minha turma por onde eu passo que eu melhorei muito nos meus relacionamentos.

MMC2: Melhorou, melhorou e muito! Foi um curso muito importante na minha vida. O local acolheu bastante a gente. A gente gostou dos professores, pessoas que estavam no convívio mesmo do que estavam passando para a gente. Com certeza se eu tivesse oportunidade de fazer outro curso faria de novo.

MMC3: Sim, bem melhor com as alunas. Principalmente o professor, que levantava nossa autoestima, não nos deixava para baixo.

MMC4: Com certeza, porque a gente aprendeu muita coisa. Valeu muito a pena esse curso, deixou a gente mesmo lá em cima. Tem uma associação de bumba-meu-boi aqui na Liberdade que foi por ela que eu entrei para fazer o curso. A menina que tem lá, disse: - olha fulana, tem o curso de cuidador lá pelo IFMA! Quando eu consegui, muitas falavam: - Ah... como foi que ela conseguiu? - Ah... lá é muito difícil de fazer! - Não, elas correram atrás e fizeram lá! O curso foi muito bom.

MMC5: Com certeza, com certeza! Olha, foi um curso que... pra você ver... eu fui planfeteira de tablete de gás! Eu ia entregar nas casas para poder fazer o curso, porque se eu trabalhasse como técnica de enfermagem eu não poderia fazer o curso. Nesse tempo o nosso curso se estendeu a 6 meses. Foi melhor do que a gente esperava. A gente gostou. Amamos o curso, porque ser aluna do IFMA... fazer um curso no IFMA... pra a gente foi muito bom. Pra mim foi um leque bem aberto. Muita gente pergunta aonde fiz o curso, eu digo no IFMA... e as pessoas falam: - No IFMA? - Como você conseguiu? Então é bem aceito e pra mim foi muito gratificante.

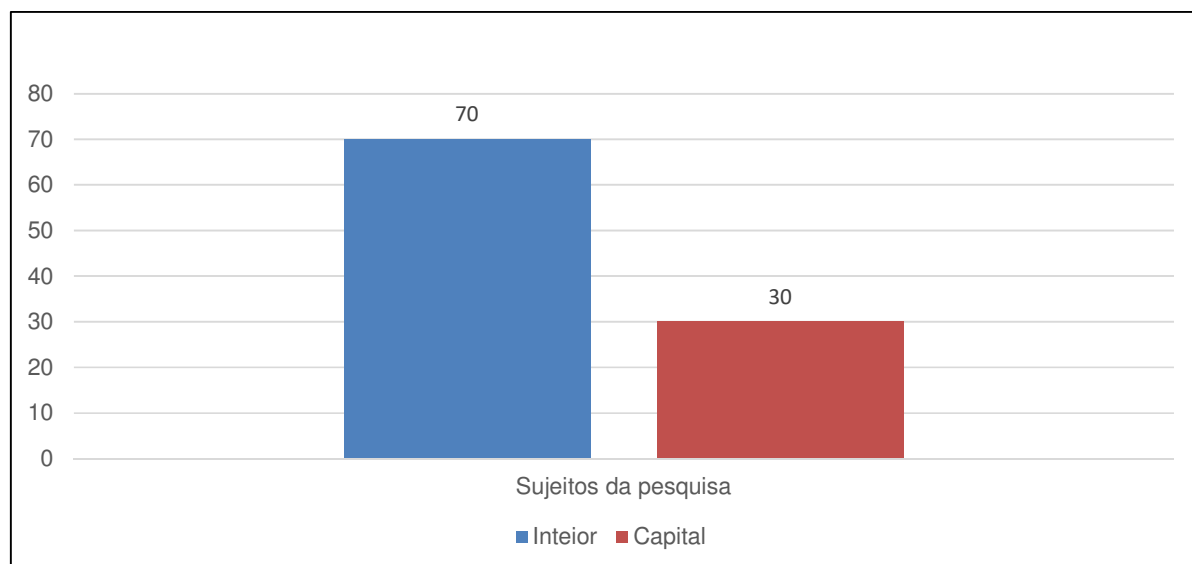
MMA1: Com certeza, porque a gente tenta mostrar para algumas pessoas que a gente conversa. Ah... eu fiz o curso de auxiliar de cozinha! As pessoas elogiam muito. Ah... é um curso bom! Você pode se empregar nessa área! Você mesmo pode montar seu próprio negócio! Essas coisas assim. Então a gente se sente gratificada com isso, apesar de ter passado pouco tempo, mas a gente recebe esses elogios por esse tipo de coisa. O certificado traz um impacto.

MMA2: Com certeza, a gente se sente com a autoestima lá em cima! É assim. A gente que não tinha feito o curso ainda não tinha aquela sabedoria, aquela coisa, aí quando a gente vai fazer o curso a gente aprende várias coisas. Tá entendendo? Aí a gente bota em prática lá. Me senti mais valorizada com o curso.

As falas acima demonstram que a realidade vivenciada pelas mulheres no decorrer do curso foi de transformação, no sentido de mudança de uma rotina que por vezes se apresentou numa perspectiva subjetiva, como no caso de aumento da autoestima (MMC3, MMC4, MMA2), e por vezes, como objetiva, como uma forma de buscar superação da uma condição econômica, como no caso de escolher fazer o curso em detrimento de um trabalho (MMC5) ou uma expectativa de oportunidade no mercado de trabalho (MMA1). As falas, inicialmente percebidas como elogios, são marcadas por grande desigualdade, as quais denotam uma situação de vulnerabilidade

social e econômica. Estas falas decorrem da experiência positiva vivenciada pelas mulheres em relação ao seu percurso na instituição, enquanto alunas, contudo, demonstram ainda que a realidade anterior era de busca por uma posição melhor entre aquelas dimensões. No gráfico abaixo podemos visualizar que a região de nascimento dos sujeitos da pesquisa demonstra os reflexos da dinâmica regional sobre a desigualdade, como a realidade do êxodo que ocorre, frequentemente, no sentido campo/cidade.

Gráfico 12 – Região de nascimento dos sujeitos da pesquisa em %



Fonte: Sistematização de dados feita pelo autor da pesquisa.

A análise do gráfico acima demonstra que 70% das entrevistadas nasceram no interior do Estado do Maranhão ou em zona rural e 30% na capital. Dessa forma, as participantes providas de fora da capital foram entrevistadas sobre os motivos que as trouxeram para a São Luís. Seguem algumas repostas:

- MMC1: Vim atrás de uma expectativa de vida melhor, e também, atrás de conhecimento. Vim para estudar também.
- MMC4: Olha, quando você sai do interior, você vem em busca de aprender alguma coisa. Eu vim para a escola.
- MMA3: Eu vim porque casei. Vim para acompanhar meu marido.
- MMA5: Buscar trabalho, porque tem mais oportunidade, tem mais lugar.

Os traços da desigualdade regional são declarados nas falas dos sujeitos. O grande foço de desigualdade existente entre campo e cidade transforma a realidade

socioespacial das regiões, pelas quais os centros urbanos são vistos como centros de oportunidades. Saffioti nos descreve que:

Com efeito, as possibilidades de ampliação dos estratos sociais médios oferecidas pela urbanização, o crescente nível de aspirações das “camadas populares” e as facilidades que a grande cidade oferece de conjugação do trabalho com os estudos impelem enormes contingentes femininos aos bancos das escolas médias (SAFFIOTI, 2013).

Corroborando com a citação acima, a urbanização é característica de regiões centrais. São cidades atrativas ao capital, de modo a concorrer não somente para a formação de desigualdade econômica pré-existente no campo, mas, esta relação é condicionada sobre a manutenção das regiões periféricas como tais, pois a apropriação da riqueza da cidade é decorrente da relação de dependência do campo. Contudo, os grandes centros urbanos, ao sofrerem toda sorte de imigração – o que corresponde geralmente à busca por melhores condições de vida – gradativamente vão se transformando socioespacialmente e se reconfigurando conforme o direcionamento do capital, bem como vai se especializando a pobreza em seu entorno. As mulheres das zonas rurais, portanto, como sujeitos das circunstâncias a que estão submetidas, buscam transformar sua realidade a partir da visão que tem da cidade, como oportunidade de trabalho e estudo, conforme consta nas falas anteriores (MMC1, MMC4, MMA5).

Conforme descrito no último PNPM:

[...] a educação brasileira ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero. Há paridade nas matrículas em quase todos os níveis de ensino. A desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas permanecem diferenças nos conteúdos educacionais e nos cursos e nas carreiras acessados por mulheres e homens (BRASIL, 2013).

Isso denota que uma política pública para mulheres, quando é executada, promove um impacto sobre a realidade dos sujeitos envolvidos, contudo, a aparente contribuição necessita ser melhor analisada. Dessa forma, as mulheres participantes da pesquisa foram questionadas se trabalham na área em que fizeram o curso. Seguem alguns relatos:

MMC1: No cuidador de idosos eu atuo na particularidade, porque na realidade meu marido caiu doente e o meu pai está sempre comigo, então eu trabalho mesmo com eles. Não ganho dinheiro com o curso. Quando eu terminei o curso

de cuidador meu marido caiu doente, e naquela história de colocar os currículos ele acabou caindo doente, e eu não tive como me evadir para trabalhar, então não fui nem para outra área.

MMC3: Eu faço só plantão, não sou carteira assinada não. Só plantão que eu tiro. É domiciliar. Tem uma cuidadora que quando tira férias ou alguns dias eu sou chamada.

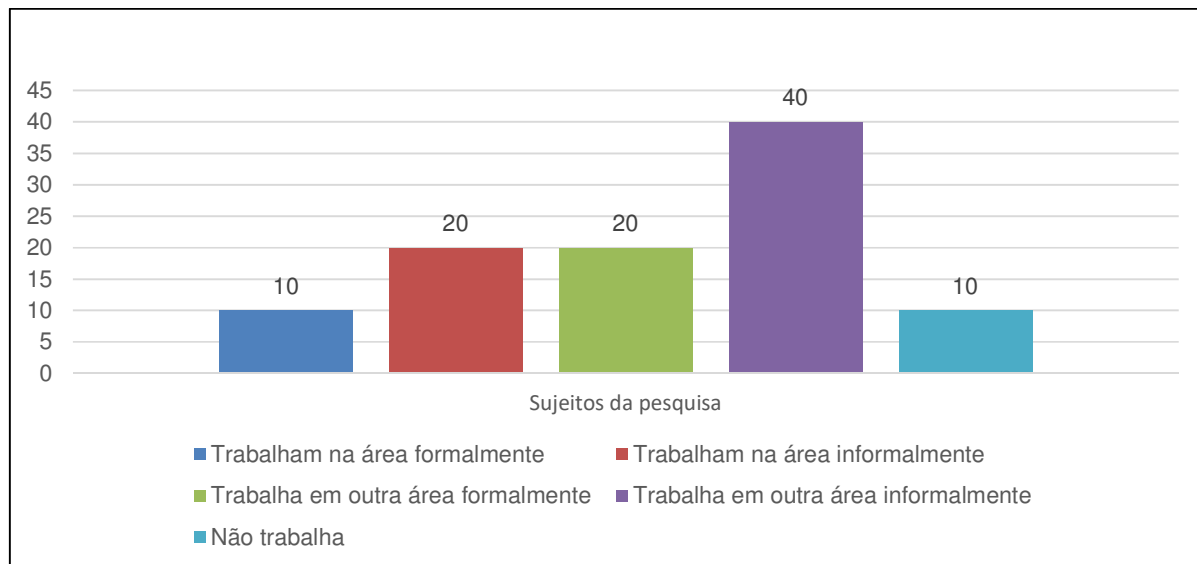
MMC4: Não, nunca trabalhei diretamente como cuidadora. Mas eu fiz enfermagem, aí eu sei como lidar. Mas não trabalho na área de cuidador de idosos.

MMC5: Não, até o momento não. Talvez porque eu não procurei. Fiz o curso e guardei o certificado. Fiquei de levar meus dados para o IFMA e eu nunca fiz isso. Ano passado a minha filha, como é agente de saúde, uma pessoa procurou ela perguntando se ela tinha feito o curso, mas ela respondeu que não tinha feito o curso e sim a mãe. Só que quando eles procuraram eu estava trabalhando, aí eu fiquei pensando se eu ia largar esse que tenho. Melhor um pássaro na mão do que dois voando! Eu trabalho em uma escola comunitária lá no Hiper São Cristóvão. Lá eu trabalho como serviços gerais, um turno pela manhã de 7h até as 12h.

MMA4: Sim sou cozinheira, entrei na empresa como auxiliar, depois me passaram para cozinheira. Trabalhava aí no IFMA, mas deu um probleminha em janeiro e eu saí. Agora estou só em casa, eu faço de vez em quando uns bicos. Porque estou com meu pai adoentado, aí não está dando para trabalhar assim direto, de carteira assinada. De vez em quando eu vou fazer um bico enquanto ele melhora, entendeu?

Após estes relatos, podemos destacar que houve um processo de inserção de algumas mulheres no mercado de trabalho em função do curso (MMC3, MMA4). Contudo, podemos vislumbrar que algumas das mulheres não conseguiram avançar para inserção no mercado de trabalho, isto devido sua atual condição de cuidadora e mantenedora dos serviços domésticos e dos cuidados com a saúde da família (MMC1, MMA4). A rotina de trabalho doméstico destas últimas compreende não somente o papel do cuidado mas, principalmente, papéis socialmente construídos a partir da relação entre os sexos. Como nos demonstrou Kergoat (2009), o trabalho doméstico é um local de trabalho. Contudo, a divisão sexual do trabalho é fruto da relação de trabalho social e historicamente construída. Podemos perceber ainda que, o sofrimento destas últimas não ocorre de forma isolada do mundo social e econômico, e por vezes adquire um sofrimento que tem suas raízes fincadas na manifestação de uma “situação inelutável”, de uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989). O gráfico abaixo relaciona os sujeitos da pesquisa com o campo de trabalho, formal ou informal, conforme segue:

Gráfico 13 – Relações de trabalho formal e informal em %, entre os sujeitos da pesquisa



Fonte: Sistematização de dados feita pelo autor da pesquisa.

O gráfico acima demonstra que a informalidade se tornou preponderante nas relações de trabalho das participantes. As que trabalham na área informalmente, correspondem à 20%. As que atuam na informalidade representam 40% do total. Isso quer dizer que 60% das entrevistadas trabalham na informalidade, com destaque para as que trabalham fora da área de formação do curso. Apenas 10% conseguiram adentrar formalmente ao campo de trabalho na área do curso. Este índice baixo tem uma correlação com a lógica do mercado de trabalho das sociedades capitalistas de ideologia neoliberal, em que os trabalhos de menor nível de instrução adquirem uma característica de maior precarização. Apesar dos esforços, o quadro acima demonstra uma realidade antagônica com as perspectivas do último PNPM, pelo qual descreve:

A diminuição da desigualdade reforça a necessidade de políticas específicas dentro do governo federal para a conquista da autonomia econômica das mulheres. Assim, as políticas estabelecidas neste plano reforçam a importância de se desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos. Soma-se a este o objetivo de aumentar a formalização das mulheres, as carteiras assinadas e consequentemente, a garantia de direitos trabalhistas para elas. Das mulheres economicamente ativas, 17% são trabalhadoras domésticas e a maioria não tem registro em carteira. Dessa forma, a ampliação de direitos e a valorização das trabalhadoras domésticas por meio de mudanças na legislação social e aumento da formalização são ações que garantirão um quadro de maior

equidade (BRASIL, 2013).

Ratificando as considerações acima, o que demonstrou a realidade foi a permanência da situação das mulheres de baixa renda e menor escolaridade no trabalho informal, ou seja, quando o discurso oficial acima declara que entre as mulheres economicamente ativas, 17% são domésticas e que a maioria não tem registro em carteira – mesmo com a implementação do programa para diminuição da pobreza através da educação profissional e inserção da mulher no mercado de trabalho – o que se constatou foi a perpetuação da informalidade. Considerando que as participantes da pesquisa são da região Nordeste e, conseqüentemente, se adequam aos reflexos da Questão Regional discutidos anteriormente, também foram alvos para a implementação de uma política pública para mulheres que funcionou, visando uma transformação razoável para o aumento da escolaridade, mas não transformou sua realidade concreta. Isto pode se remeter a um problema oriundo de uma política pública com reflexos isolados no contexto global, ou seja, um problema de enfrentamento que mais se assemelha a um paradoxo de afirmação da desigualdade.

Decorrente da análise do gráfico anterior, algumas participantes que trabalham na informalidade foram questionadas sobre os motivos de não trabalharem na área do curso, conforme declararam:

MMC1: Pela dificuldade de sair de casa, eu continuo fazendo o que eu fazia, vendedora ambulante vamos dizer assim. Trabalho com cosméticos, trabalho na medida do possível, quando dar.

MMC2: Motivo pessoal mesmo, como eu trabalho com vendas de produtos, essa de cuidadora eu só completo mesmo uma ajuda assim. É assim, a gente compra os produtos e revende. Dá para tirar uma renda boa, com os plantões que eu tiro... eu tiro R\$ 120,00 por plantão.

MMA2: Agora, por motivo de saúde do meu pai eu saí do emprego. Estou em casa. Eu trabalho assim, quando a moça me chama: – Fulana eu estou precisando de te hoje! Aí eu vou. Não é nada de carteira assinada não. Eu trabalho recebo meu dinheirinho e vou-me embora.

MMA5: Não apareceu nada, mas estou trabalhando na informalidade, num serviço do meu irmão mesmo.

Conforme relato acima, a informalidade adquire uma característica de complemento de renda, ou ainda, decorrente da impossibilidade da mulher se ausentar dos afazeres domésticos ou dos cuidados com a família. Sua situação denota permanência na vulnerabilidade social.

Esta realidade que se define em parte, na estatística e, em parte, no diálogo,

sugere que as participantes, como sujeitos de uma classe social, estão condicionadas à esta mesma classe dentro da estrutura social. Conforme nos aponta Bourdieu (2015):

Levar à sério a noção de estrutura social supõe que cada classe social, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem a outras partes constitutiva da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência (BOURDIEU, 2015, p. 3).

Conforme citação acima, a estrutura social que orienta para a conquista de determinada classe social, confere a esta classe propriedades pelas quais farão parte de suas práticas profissionais ou condições materiais de existência. A luta das mulheres se torna uma luta de classe, em que seus reflexos são sentidos no percurso histórico, entre ganhos e perdas.

Podemos notar que a organização de cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil sugere orientar as mulheres para uma posição de classe profissional, definindo suas relações enquanto vinculadas ao sistema econômico ou ao mercado de trabalho. Os nomes dados aos cursos FIC, tais como: Cuidador de Idosos; Camareira em Meios de Hospedagem; Auxiliar de Cozinha; Customização de Roupas; Atendente de Lanchonete; Preparo, Conservação e Congelamento de Alimentos, fazem parte da própria estrutura estruturada da composição social (BOURDIEU, 1969), a qual submete as mulheres numa situação histórica de dominação na sua relação com a divisão sexual do trabalho.

Esta realidade pela qual foi demonstrada através da estatística e da fala dos sujeitos, revela, sobretudo, um entrave à luta das mulheres, que historicamente foi orientada para a construção de uma nova forma de pensar a sociedade, a partir da igualdade de oportunidades entre os sexos. Contudo, as políticas públicas para as mulheres são a manifestação dos resultados dessa luta na esfera privada, mas, sobretudo, na pública. Na esfera pública, os resultados foram viabilizados para o social. Contudo, no Estado capitalista, na perspectiva do Estado burguês, a esfera pública se torna o centro de luta de classes, ao mesmo que a luta pela manutenção ou desconstituição e transformação do Poder. Estes são, portanto, um dos grandes entraves formados a partir da ideologia dominante.

Como foi visto, o Programa Mulheres Mil contribuiu para minorar as

diferenças econômicas e sociais de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social. Contudo, não transformou com profundidade a realidade dessas mulheres. Isto ocorreu porque o programa tem relação, e é consequência, da desestrutura econômica e social próprias da estrutura social das sociedades capitalistas. Em outras palavras, o programa fez parte de um processo que visa, antes de tudo, contribuir para a permanência das classes, na divisão social do trabalho e na divisão sexual do trabalho social.

Dessa forma, percebemos que as lutas feministas trouxeram alguns resultados para o campo social, contudo, a luta deve acontecer de modo permanente, pois, persiste a desigualdade de gênero decorrente de um processo histórico de dominação. No Estado das sociedades capitalistas, seu *modus operandi* se compõe de uma burocracia que não é neutra, porque ela se define a partir de intensões que estão localizadas na política, e é nela que as lutas de classe se confrontam. Na política, também está localizado o “poder” de determinar os rumos da história. Este poder se torna o alvo para a concretização dos interesses existentes das classes.

Fazendo uma análise geral, podemos identificar que a Divisão Sexual do Trabalho foi uma construção histórica determinada, não somente pelo capitalismo, mas, também por uma cultura de dominação masculina que se formou e se manifestou historicamente no trabalho a partir da relação entre os sexos. Ademais, existiu uma visão ideológica e hegemônica sobre a Divisão Sexual do Trabalho, pelo qual se buscou determinar o lugar do trabalho a partir dos sexos.

Ampliando o olhar sobre estas afirmações, podemos, ainda, compreender até o presente, que a base histórica dos fatos sociais está em pressupostos da existência de uma consciência coletiva pela qual se determina o fato social. Sua manifestação é objetiva, e seus estudos remontam grandes discussões no campo da sociologia, em que, a partir do seu entendimento, podemos visualizar que os fatos sociais – os quais repercutem a manifestação de uma consciência coletiva anterior e muito mais forte que o indivíduo⁵⁷, ou ainda, que se conflagram por uma ação coletiva,

⁵⁷ Em *As Regras do Método Sociológico*, Durkheim (2007) compreende que o fato social é dotado de uma dinâmica própria, é externa aos membros da sociedade, o qual exerce sobre as mentalidades dos grupos uma autoridade que os leva a agir, a pensar e a sentir de determinadas maneiras.

sendo formado de ação entre indivíduos, a qual tem significado social⁵⁸ – se formam na dinâmica da história pela manifestação desta forma de consciência.

Essa consciência coletiva, formada por sujeitos de determinadas regiões consolida formas de pensamentos e ações, os quais farão parte do cotidiano daquela dada população. Neste sentido Bourdieu referencia que a arte, a religião e a língua são estruturas estruturantes, ou seja, "a objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes (senso=consenso)" (BOURDIEU, 1989, p. 8), e revela que, anteriormente à sua constatação⁵⁹ as formas simbólicas universais gradativamente se ajustam a formas sociais. A sociedade, portanto, se reproduz dentro de um sistema simbólico estruturante em que as formas simbólicas são estruturadas e, por isso mesmo, exercem o poder na construção dos fatos sociais de determinado grupo social. É o sistema simbólico, portanto que opera como "poder" de construção da realidade que tende a estabelecer a ordem do mundo⁶⁰.

O "poder" manifestado produz e reproduz no seio social uma dinâmica que constrói a organização social e transforma as relações sociais e, conseqüentemente, os fatos sociais. Esta dinâmica se constitui de um movimento entre classes e frações de classes, as quais serão organizadas de forma hierárquica e consolidam o processo de dominação da classe hegemônica sobre as demais, através da imposição de sua cultura. Conforme esclarece Bourdieu:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário

⁵⁸ Weber (2011) entende que a ação como conduta humana é dotada de significado subjetivo, porém, na medida que esta ação tem implicações no passado, presente ou futuro de *outro* ou de *outros* agentes, esta ação passa a ser definida como *social*.

⁵⁹ Durkheim utiliza as formas simbólicas como formas de classificação, as quais deixam de ser universais e passam a ser sociais (BOURDIEU, 1989), ou seja, passam a ser relativas a determinado grupo, e dessa forma, socialmente determinadas.

⁶⁰ Para Bourdieu (1989, p. 10) as concepções de Durkheim sobre o conformismo lógico (o entendimento homogênea do tempo, do espaço, do número) é que torna possível a concordância entre as consciências. Os símbolos, portanto, "são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral".

de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Isto decorre da formação do sistema simbólico do poder como estrutura estruturante da cultura estruturada. Uma de suas manifestações é através do uso da força (violência física) sendo esta coercitiva. A forma como determinada sociedade se organiza coletivamente e institucionalmente, como as leis são produzidas, a cultura, a moeda, toda a forma de agir passa a ser expressão de uma consciência coletiva fortemente organizada e superior ao indivíduo. No processo histórico este poder coercitivo socialmente produzido e conquistado pela classe dominante se acumula, se perpetuando como sistema para a formação permanente de dominação de uma classe sobre outra.

Contra todas as formas do erro interacionista o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlach*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <<sistemas simbólicos>> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <<domesticação dos dominados>> (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A classe hegemônica se divide em frações de classes dominantes, assim como as dominadas, e na esfera da luta simbólica se deflagram os ganhos e perdas decorrentes dos seus interesses. Cada qual luta para se manter e conquistar mais espaço e poder, porém, o poder não é abalado, senão pelo movimento entre classes. Bourdieu (1989) nos coloca que:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de

expressão (taxinomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social. O campo da produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo o poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou <<intelectuais>> e <<artistas>>, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O poder hegemônico da classe dominante e suas frações de classe consolidou a Questão Regional e a Divisão Sexual do Trabalho através do poder simbólico. Porém, entendendo que a classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização (BOURDIEU, 1989), isto se torna determinante para compreender que as relações provenientes dos conflitos de classe da própria classe dominante, hierarquizaram seus princípios. Definiram a região que iria predominar como centro em detrimento da periferia, e determinaram o lugar do trabalho pela divisão sexual, apesar de sua construção histórica pela relação de gênero. As regiões "eleitas" se desenvolveram sobre o estigma da influência e da solidariedade de classes hegemônicas pela luta, obtenção e manutenção do poder. A relação de gênero predominou sobre as formas e expressões de luta de classes e reconfigurou a histórica relação e divisão do trabalho entre os sexos.

Sobre este entendimento, a luta das mulheres deve, contudo, tornar possível a hierarquização de seus interesses sobre a estrutura social. A partir das pressões advindas da luta, a estrutura de poder pode ser abalada, pois este poder, pelo qual se torna símbolo de uma hierarquia da classe dominante, é uma construção social. A luta permanente das mulheres deve constituir-se da concretização de seus interesses a partir da hierarquia dos princípios de hierarquização, tornando-se também, uma fração de classe dominante, pela qual poderá impor legitimamente aos dominados, seus símbolos, e isto se torna uma proposta de inversão, ou mesmo, de conversão histórica da violência simbólica.

CONCLUSÃO

A Divisão Sexual do Trabalho está implicada na Questão Regional, como reflexo histórico das relações entre sujeitos nas relações de trabalho e capital, o qual se define a partir de uma localização socioespacial. Estas relações tornam possível a identificação da desigualdade ultrapassada em seus campos objetivos. Em outras palavras, a desigualdade está atrelada a um processo histórico e social. Contudo, não se pode perder de vista que isto é uma construção social. A relação entre Divisão Sexual do Trabalho e Questão Regional consiste em que, a definição histórica e social da desigualdade passou a ser orientada pela classe dominante, a qual tem por finalidade a manutenção de sua hierarquia sobre outras classes.

Decisões políticas oriundas de oligarquias em várias escalas predestinaram os rumos da desigualdade regional a partir dos interesses do capital. Esse processo transformou as regiões em conglomerados econômicos-industriais, beneficiando algumas regiões em detrimento de outras. Estas ações transcorreram de forma institucionalizada, ou seja, a partir da intervenção do Estado nas sociedades capitalistas, houve a redefinição do desenvolvimento regional em forma de desenvolvimento desequilibrado.

Vimos com este estudo que os reflexos da desigualdade são múltiplos e ocorrem de forma mais ou menos intensa em determinados períodos históricos. O desequilíbrio de regiões a partir do capital, formou a dependência da periferia em relação ao centro, e dessa forma as relações dos sujeitos no campo histórico do trabalho, perpetuou a desigualdade sexual através da diferença de condições dos sujeitos pelo sexo.

A hierarquia social determinada pela reestruturação do capital estabeleceu a ordem social, bem como a desordem, clássica do processo de segregação que o capital submeteu dominados e dominantes. O capital, ao se restabelecer, conseguiu, não somente determinar as regiões eleitas como centrais para sua expansão, como também conseguiu segregar regiões classificadas como periféricas, as quais deram o suporte necessário à sua expansão. Dentro deste amplo processo está a organização do trabalho, o qual também passou a se reconfigurar em decorrência da nova dinâmica da

reestruturação produtiva. Dessa forma, o trabalho passou por um reajuste harmônico para obtenção do êxito dos objetivos da reestruturação do capital.

O trabalho, ao ser reajustado aos interesses do capital, consolidou a desigualdade nas relações de gênero, as quais foram gradativamente visibilizadas pela luta da classe feminina iniciadas com o movimento feminista. Esta visibilidade trouxe transformações para o campo político, econômico e social, decorrente da pressão social da classe de mulheres em oposição à cultura de dominação masculina presentes na estrutura social, e, principalmente, no Estado.

Devido a existência da hierarquia social, a classe dominante e suas frações de classes conseguiram, pelo poder que lhes foi conquistado, estabelecer o domínio sobre as outras classes, ficando estas últimas, sujeitas às consequências das decisões políticas que, no entanto, foram direcionadas conforme os interesses da classe dominante. Desta feita, a ordem das coisas aparenta estar relacionada, dentro do processo histórico, em consonância com os interesses da classe dominante. A luta de classes se configura pela oposição constante dos dominados aos dominantes, os quais almejam a conquista do poder. É nesse contexto que as conquistas sociais no campo político se consolidam. É através da luta no espaço público e privado, incluindo o cotidiano, que as classes dominadas conseguem sua conquista, tendo como expectativa a sua ampliação pela concessão de que faz a classe dominante sobre pressão social, mas esta, tem a tendência de agir de forma lisonjeira, usando de instrumentos institucionais para não abalar toda a estrutura da hierarquia social. Por isso, é necessário que a luta seja permanente, pois a efetiva mutação das estruturas de poder, somente podem ser possíveis a partir de pressões coletivas (BOURDIEU, 1989).

A ordem social também está relacionada a dinâmica que se estabelece na relação da Divisão Sexual do Trabalho no contexto da Questão Regional, em que estas duas categorias são relativizadas a partir da sua readequação aos limites impostos pelo capital. As regiões passam a ser estrategicamente usadas como alvos para estabelecimento da ordem do capital, e disso decorre a modificação de outras categorias como o trabalho e a sua divisão social e sexual. O trabalho passa a ser orientado pela readequação dos novos meios de produção e, dessa forma, implicando na redefinição dos sujeitos para o trabalho.

Conforme visto, houve um constante crescimento da participação das mulheres na população economicamente ativa. Este momento foi marcado pela mercantilização da força de trabalho no contexto mundial, e adentrou no Brasil a partir da década de 1960. Gradativamente esse processo passou a constituir-se de uma feminização do mercado de trabalho, porém com graves desigualdades no campo econômico e social. Também foi identificado a proliferação da pobreza feminina, de forma a aderir o conceito de feminização da pobreza ocorrido em âmbito global.

O objetivo com este trabalho foi introduzir uma visão sobre a questão do modelo de sociedade vivenciada no contexto do capitalismo, do qual retrata as diferenças de classes sociais, frutos da ação humana, e não de uma condição natural. Assim, os reflexos políticos e econômicos centrados neste modelo de sociedade irão impactar a visão subjetiva dos que a compõe e suas relações com a realidade concreta. Portanto, há uma influência ideológica sobre a construção social.

O campo das lutas femininas pelo espaço público como forma de adquirir voz, tornando visível a situação de opressão da mulher nas relações de trabalho no modelo das sociedades capitalistas, consolidou um movimento de busca pela emancipação feminina. Nesse contexto, através das lutas femininas e das conquistas dos espaços públicos e privados, que as mulheres se fizeram ouvir, ocasionando grande pressão social sobre o Estado, o qual atendeu e providenciou, até então, minimamente, políticas públicas voltadas para algumas necessidades específicas da mulher.

Esperamos, com este estudo contribuir para o aprofundamento de questões relevantes acerca das desigualdades que se firmaram historicamente sobre a Divisão Sexual do Trabalho e a Questão Regional, pelas quais matem relações em suas totalidades. Concomitante a isto, buscamos refletir sobre as orientações que as Políticas Públicas têm tomado no processo de consolidação para igualdade de gênero, como no caso do Programa Mulheres Mil. Ampliando a visão dessas políticas acerca de sua viabilidade e compromisso com o desenvolvimento social, político e econômico, os quais devem ser repensadas, como forma de buscar a concretização de ações públicas e políticas públicas cada vez mais humanas, humanizadas, igualitárias e justas.

Por fim, este trabalho representa apenas o início de um processo

ininterrupto, do qual faz parte de uma totalidade, demonstrando ter sido apenas o primeiro passo rumo à descoberta das desigualdades existentes na Divisão Sexual do Trabalho no contexto da Questão Regional e suas relações. Apesar da pesquisa, a escrita se torna uma forma de lutar, quando se o uso de suas descobertas propõe a tomada de consciência, e coloca os sujeitos oprimidos, imersos numa constante busca por sua emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. FONTES

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Ministério da Educação. Balanço Social SESU, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192> Acesso em: 19 nov 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão constituída sobre a portaria nº 126/2012. Ano 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 19 nov 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011**. Diário Oficial da União. ISSN 1677-7042. n. 140. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 02 mar 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão Geral Brasil](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Visão%20Geral%20Brasil)> Acesso em: 15 fev 2017.

BRASIL. Planalto Central. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: 29 ago 2015.

BRASIL. Planalto Central. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em: 29 ago 2015.

BRASIL. Presidência da República. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2011)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina. **Sobre a CEPAL**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/about>> Acesso em: 17 mar 2017.

IBGE. **Histórico do município**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=211130&search=maranhao|sao-luis|infograficos:-historico>> Acesso em: 30 set 2016.

IFMA. **Quem somos**. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 abr 2017.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Número de Matrículas de Educação Básica por Etapas e Modalidades de Ensino, segundo a Região Geográfica e Unidade da Federação - 2010. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em: 12 fev 2017.

II. OBRAS GERAIS

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese Doutorado. Niterói, RJ: UFF, 2010.

ALVAREZ, Sonia E. **Em que estado está o feminismo latino americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com 'perspectiva de gênero'**. In: FARIA, Nalu. SILVEIRA, Maria Lucia. NOBRE, Miriam (orgs.). **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho**. In: CATTANI, Antonio David. HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. rev. Ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

APFELBAUM, Erika. **Dominação**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. **Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. n. 2. março/2000.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. **Celso Furtado, o Nordeste e a Construção do Brasil**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. **Dinâmica regional brasileira e integração competitiva**. In: Anais da AMPUR, Sétimo Encontro Nacional, pp. 1070-1110. Recife, PE: 1997.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. Tese Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 2002.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: UEMA, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BESTER, Gisela Maria. **Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil**. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis. v. 15. n. 21. p. 11-22. 1997.

BORJA, Jordi. CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Habitat/Taurus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-Claude. PARSSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. Tese. Campinas, SP: Unicamp, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000314769&fd=y> Acesso em: 16 mar 2017.

BRUSCHINI, Cristina. RICOLDI, Arlene Martinez. MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira. SORJ, Bila. BRUSCHINI, Cristina. HIRATA, Helena. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BURNETT, F. L. **Da Cidade Unitária à Metrópole Fragmentada: Crítica à constituição da São Luís Moderna In São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: EDUEMA, 2012. Disponível em

<<http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/S%C3%A3o-Luis-por-um-trizescritos-urbanos-e-regionais.pdf>> Acesso em: 15 mar 2016.

CALDEIRA, Jorge. **História do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. Campinas, SP: Global Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Joana Simões. PINHEIRO, Luana. MEDEIROS, Marcelo. QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Texto para discussão nº 1137. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf> Acesso em: 15 fev 2017.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Editora Ridendo Castigat Mores, [1877] 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf>> Acesso em: 07 jan 2017.

FALEIROS, V. P. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FARIA, Nalu. SILVEIRA, Maria Lucia. NOBRE, Mirian. **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?**. São Luís: EDUFMA, 2014.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. **Espaço, Regiões e Economia Regional**. 1989.

FILHO, Naercio Menezes. KIRSCHBAUM, Charles. **Educação e desigualdade no Brasil**. In: ARRETCHE, Marta. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015.

FIORI, Giuseppe. **A vida de Antônio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

GONÇALVES, Renata. **Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. I Seminário Ideologias, Movimentos Sociais e Poder Político**. 2014. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_renata.pdf> Acesso em: 02 mar 2017.

GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. BARONE, Leonardo Sangali. BRITO, Murillo Marschner Alves de. **Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010)**. In: ARRETCHE, Marta. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOLZMANN, Lorena. **Divisão sexual do trabalho**. In: CATTANI, Antonio David. HOLZMANN, Lorena (orgs.). Dicionário de Trabalho e Tecnologia. 2. ed. rev. Ampl. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena. LABORIE, Françoise. DOARÉ, Hélène Le. SENOTIER, Danièle (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KOSHIBA, Luiz. PEREIRA, Denize Manzi Frayse. **História do Brasil**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1996.

LUCAS, Robert E. **On the mechanics of economic growth**. Journal of Monetary Economics. 22(1):3-42. 1988.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Ucitec Editora, 1995.

MARUANI, Margaret. Emprego, desemprego e propriedade: uma comparação européia. In: COSTA, Albertina de Oliveira. SORJ, Bila. BRISCHINI, Cristina. HIRATA, Helena. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora

FGV, 2008.

MARUANI, Margaret. **Emprego**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 9ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 5. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

MYRDAL, Gunnar. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1997.

NETO, Leonardo Guimarães. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste**. Recife, PE: Editora Massangana, 1989.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil**. Rev. Espaço & Debates, São Paulo, n. 6, jun./set. 1982.

OLIVEIRA, Francisco. **A Questão Regional: a hegemonia inacabada**. (mimeo), s/d. 1993.

PERROUX, François. O desenvolvimento. In: DURAND, José Carlos Garcia. **Sociologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PRADO, Eleutério F. S.. **A ortodoxia neoclássica**. Estudos Avançados 15 (41), 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a03.pdf> > Acesso em: 06 julho 2017.

REGO, Walquíria Leão. REGO, Alessandro Pizini. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

ROMER, Paul M. **Increasing returns and long-run growth**. *Journal of Political Economy*. 94(5): 1.002-1.037, oct. 1986.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SÁNCHEZ, Olga Amparo. **Las políticas públicas para las mujeres**. In: Marta Colorado López (ed.). *Mujer, poder y estado: memorias del encuentro realizado em Santafé de Bogotá*, mayo de 1995. Medellín: Corporación para la Vida, Mujeres que Crean, 1996.

SANDRONI, Paulo. Prefácio. In: MYRDAL, Gunnar. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1997.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Programa de transferência de renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SIMINOATTO, Ivete. COSTA, Carolina Rodrigues. Estado, luta de classe e política social. In: OLIVEIRA, Mara de. BERGUE, Sandro Trecastró. **Políticas Públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Coleção Os Economistas. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

SORJ, B. **Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado**. In: OLIVEIRA, S. de; RECAMÁN, M. VENTURI, G. A mulher brasileira no espaço público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: OLIVEIRA, S. de; RECAMÁN, M. VENTURI, G. **A mulher brasileira no espaço público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Joeline Rodrigues de. **Gramsci: educação, escola e formação - caminhos para a emancipação humana**. Curitiba: Appris, 2014.

SWYNGEDOUW, E. **Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale**. In: KEWIN, R. C. (Ed.) Spaces of globalization: reasserting the power of the local. New York/London: The Guilford Press, 1997.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Observações sobre a questão regional**. Cadernos PUR/UFRJ, v. 2, n.1, p. 23-39, 1987.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Políticas de desenvolvimento regional nos países do centro e no Brasil**. Cadernos IPPUR/UFRJ, p. 229-248, 2001.

TAVARES, Maria Conceição. **O Planejamento em Economia mista**. In: O estado e Planejamento: sonhos e realidade. Brasília/DF: CENDEC, 1988.

VAINER, Carlos Bernardo. **As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que pode o poder local?**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1999.

VAINER, Carlos Bernardo. **Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 9. n. 1. mai/2007.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia micro e macro**. São Paulo: Atlas, 2002.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

WINSTON, Fritsch. Prefácio. In: SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Coleção Os Economistas. Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

ZAIDMAN, Claude. **Educação e Socialização**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista para Alunas Egressas do Programa Mulheres Mil

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL

Mestranda: Abraão Neiver de Miranda Azevedo

Orientadora: Prof. Dr^a Mônica Piccolo de Almeida

Título da pesquisa: **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E QUESTÃO REGIONAL: trajetória das desigualdades e suas relações**

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ALUNAS EGRESSAS DO PROGRAMA MULHERES MIL

A entrevista só será realizada com a concordância da entrevistada e mediante a assinatura do Termo de Consentimento.

A entrevistada assinou o Termo de Consentimento? Sim () Não ()

A entrevistada autorizou a gravação da entrevista? Sim () Não ()

Identificação dos sujeitos da pesquisa	
Nome completo:	
Ano de nascimento:	____ / ____ / ____.
Cidade de Nascimento:	
Nível de instrução:	

1. Caso não tenha nascido na capital, por qual motivo veio?
2. Está atuando profissionalmente na área do curso do Programa Mulheres Mil?
 - a. Em caso negativo, qual área está trabalhando?
 - b. Qual o motivo de não estar trabalhando na área do curso?
3. O curso feito pelo Programa Mulheres Mil melhorou suas relações socioprofissionais de trabalho ou emprego? Em caso afirmativo, de que forma?
4. No momento, está trabalhando formalmente (carteira de trabalho assinada), informalmente, ou não está trabalhando?
5. Deu continuidade ao processo de instrução, buscou fazer outros cursos?
6. Que tipo de cursos?
7. O Programa Mulheres Mil contribuiu para seu desenvolvimento econômico?
8. O curso feito pelo Programa Mulheres Mil trouxe impacto econômico?
9. Como você avalia o Programa Mulheres Mil?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Prezada Colaboradora,

Gostaríamos de convidá-la para participar da pesquisa denominada **“DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E QUESTÃO REGIONAL: trajetória das desigualdades e suas relações”**, realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial / Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial da Universidade Estadual do Maranhão (PPDRS/UEMA), pelo mestrando Abraão Neiver de Miranda Azevedo, sob orientação da Professora Dra. Mônica Piccolo de Almeida. Dessa forma, a participante contribuirá para a compreensão do objeto de estudo foco deste trabalho, assim como para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a divisão sexual do trabalho no contexto da questão regional, a partir da visão das participantes do Programa Mulheres Mil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, *Campus* São Luís – Monte Castelo, identificando aspectos relacionados à vivência dos sujeitos e suas relações com o objeto deste estudo.

Espera-se que esta pesquisa traga benefícios diretos à instituição, bem como aos movimentos sociais de mulheres, na medida em que gere resultados que contribuam para a melhoria do entendimento sobre os reflexos das políticas públicas para mulheres desenvolvidas no âmbito estatal e institucional, uma vez que se realizarão análises sobre o Programa Mulheres Mil pelo qual corresponde a uma dessas políticas.

Na qualidade de pesquisadores comprometemo-nos em divulgar os resultados obtidos a partir desse estudo, tornando-os públicos, mesmo que sejam desfavoráveis.

Neste estudo utilizaremos questionários com questões abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coletas de dados. As entrevistas

serão gravadas e, posteriormente, transcritas. Dessa forma, pedimos sua colaboração nesta pesquisa, participando da entrevista ou respondendo o questionário sobre o tema proposto.

As participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea e são livres para a qualquer momento que desejarem retirarem seu consentimento de participação, sem nenhum tipo de prejuízo. Ressaltamos também que em caso de constrangimento por parte das participantes, elas responderão somente às perguntas que se sentirem confortáveis, e terão plena liberdade de não responderem àquelas com as quais se sentirem constrangidas.

Informamos que as participantes não terão nenhum custo na pesquisa e não receberão qualquer remuneração ou gratificação por parte de qualquer pessoa envolvida na pesquisa.

Destacamos que por meio desse documento, o sigilo e a privacidade das participantes serão garantidos quanto aos dados confidenciais. As informações fornecidas pela participante serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis.

Uma via desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com a participante. Os pesquisadores farão o devido acompanhamento no processo de desenvolvimento da pesquisa, e estarão disponíveis, a qualquer tempo, para as participantes, no caso de haver quaisquer dúvidas, podendo ser contatados.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais.

QUALIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Eu, RG, abaixo assinado, li e/ou ouvi e entendi as informações acima e estou ciente para que serve a pesquisa e a que serei submetida. Eu entendi que sou livre para interromper a minha participação a qualquer momento e isso não trará nenhum prejuízo na minha relação com o pesquisador ou com a instituição. Sei que o meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro pela minha participação nesta pesquisa.

Tendo lido e recebido explicações e entendido o que está escrito aceito participar voluntariamente dessa pesquisa. O pesquisador me informou que a pesquisa não traz complicações legais.

São Luís/MA, ____ de _____ de 2017.

Responsável legal

Pesquisador(a) responsável

Autorizo a gravação da entrevista realizada comigo ou a realização da coleta de dados com questionário e a divulgação dos seus registros, desde que meu nome não seja identificado. Autorizo, também, a divulgação dos resultados de minha entrevista ou do questionário no meio científico, em forma de publicações e apresentações profissionais em eventos científicos nacionais e internacionais.

Sim () Não ()

São Luís/MA, ____ de _____ de 2017.

Responsável legal

Pesquisador(a) responsável

Informações dos (as) responsáveis pela pesquisa: Nome: Abraão Neiver de Miranda Azevedo (mestrando) Telefone: (98) 98828-4586 Email: abraaonma@gmail.com Nome: Prof. Dr ^a Mônica Piccolo de Almeida (orientadora)
--

ANEXOS

Anexo A - Portaria 1.015/11 Programa Mulheres Mil

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GABINETE DO MINISTRO
PORTARIA Nº 1.015, DE 21 DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto no Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, e tendo em vista o contido no Processo nº 23063.001261/2011-79, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Mulheres Mil constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria e terá como principais diretrizes:

- I – Possibilitar o acesso à educação;
- II – Contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- III – Promover a inclusão social;
- IV – Defender a igualdade de gênero;
- V – Combater a violência contra a mulher;

Art. 3º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado por instituições de educação profissional e tecnológica, permitindo-se a parceria com instituições de ensino regular.

§ 1º O Programa Mulheres Mil deverá ser ofertado, prioritariamente, pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais.

§ 2º O Programa Mulheres Mil poderá ser ofertado pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”) e entidades privadas sem fins lucrativos, sendo as últimas, de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica.

Art. 4º O Programa Mulheres Mil abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional e tecnológica:

- I – formação inicial e continuada de trabalhadores;
- e II – educação profissional técnica de nível médio.

§ 1º Os cursos e projetos do Mulheres Mil deverão considerar as características das mulheres atendidas, a fim de promover a equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra mulher e acesso à educação e poderão ser articulados:

- I – ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade da mulher, no caso da formação inicial e continuada, nos termos dos arts. 35 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

II – ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, nos termos dos arts. 35 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do art. 3o, § 2o, do Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004.

§ 2º A metodologia específica do Programa será definida por Documento Básico a ser elaborado pelo Ministério da Educação.

§ 3º Os cursos do Programa Mulheres Mil, destinados à formação inicial e continuada, deverão contar com carga horária mínima de 160 horas.

§ 4º Os cursos poderão ser ofertados na modalidade PROEJA, nos termos do Decreto nº 5.840, de 24 de julho de 2006, ou em forma articulada com outros sistemas de ensino.

§ 5º A oferta deverá se dar mediante a observância das diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

Art. 5º As instituições de ensino ofertantes de cursos e projetos do Programa Mulheres Mil serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas.

Art. 6º O processo de reconhecimento de saberes será desenvolvido por meio dos Programas de Certificação no âmbito da Rede Certific – Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada do Ministério da Educação, previstos na Portaria Interministerial nº 1.082, de 23/11/2009 e na Lei nº 8.892, de 29/12/2008.

Art. 7º O acompanhamento e o controle social da implementação nacional do Programa Mulheres Mil será exercido por Comitê Executivo, com função consultiva.

Parágrafo único. A composição, as atribuições e o regimento do Comitê Executivo de que trata o caput deste artigo serão definidos pelo Ministério da Educação.

Art. 8º Correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação as despesas para a execução dos encargos no Programa Mulheres Mil, nos casos do § 1º do art. 3º.

Parágrafo único. Na hipótese do § 2º do art. 3º, as despesas do Programa Mulheres Mil correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da instituição ofertante, órgãos ou entidades parceiros na medida dos encargos assumidos, ou conforme pactuado no ato que formalizar a parceria.

Art. 9º Fica instituído o Centro de Referência do Programa Mulheres Mil, na forma do regulamento.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

(Publicado no DOU nº 140, Seção 1, página 38, sexta-feira, 22 de julho de 2011)

Anexo B – Modelo de Edital do Programa Mulheres Mil



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO LUÍS - MONTE CASTELO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL

Edital institucional de extensão nº 041, de 22 de agosto 2013

O Diretor Geral em exercício do Campus São Luís – Monte Castelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, no uso de suas atribuições, faz saber aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Programa Mulheres Mil, nos **Cursos de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem e Cuidador de Idosos**, conforme disposições a seguir.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Caberá a candidata fazer o acompanhamento deste Edital, no site do IFMA (www.ifma.edu.br) e na Portaria do IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo.

1.2 A inscrição da candidata implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

1.3 Será confirmada a inscrição da candidata, após a entrega de toda a documentação solicitada no item **5.2** seguida de uma análise dos documentos apresentados.

1.4 A realização do Processo Seletivo fica sob a responsabilidade da Coordenadoria do Programa Mulheres Mil do IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo.

1.5 O Processo seletivo seguirá o cronograma especificado no anexo III deste edital.

1.6 O presente Edital terá eficácia até 23 de setembro de 2013, podendo a qualquer tempo ser revogado ou anulado, no todo ou em parte sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

2. DO OBJETO

2.1 O Programa Mulheres Mil oferecerá os **Cursos de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem e Cuidador de Idosos** para mulheres em situação de vulnerabilidade social das comunidades dos bairros Liberdade e Fé em Deus, objetivando sua inserção no mundo do trabalho.

2.2 Possibilitar às mulheres participantes o acesso à qualificação profissional, valorizando os saberes individuais e coletivos na construção dos processos produtivos, incentivando o empreendedorismo e consequentemente a conquista de sua autonomia.

3. DAS VAGAS

3.1 Para os **Cursos de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem e Cuidador de Idosos** na modalidade Programa Mulheres Mil o IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo dispõe de 55 (cinquenta e cinco) vagas, distribuídas conforme o quadro a seguir:

CURSO	TURNO	ESCOLARIDADE	VAGAS
Cursos de Formação Inicial e Continuada em Camareira de Meios de Hospedagem	MATUTINO	Possuir no mínimo 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental	25
Cursos de Formação Inicial e Continuada em Cuidador de Idosos	MATUTINO	Possuir no mínimo Ensino Fundamental Completo	30
TOTAL DE VAGAS			55

3.2 Às candidatas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida que atendem as condições estabelecidas no § 1º do Artigo 5º do Decreto 5.296, de 02 de Dezembro de 2004, serão destinados 5% (cinco por cento) das vagas.

3.3 Quando a aplicação do percentual previsto nos subitens anteriores resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente. Sendo reservadas 5% das vagas para candidatas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.4 A candidata com deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas deverá:

- a) Declarar a intenção a Ficha de Inscrição;
- b) Entregar, no ato da inscrição, laudo médico original, ou cópia autenticada em cartório, emitido nos últimos doze meses, atestando a categoria e o grau de comprometimento da função física ou mental de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) e à sua provável causa ou origem.

3.5 As vagas reservadas às candidatas com deficiência, conforme o item **3.2** deste Edital, que não forem preenchidas por falta de candidatas aprovadas no processo seletivo, serão preenchidas pelas demais candidatas, com estrita observância à ordem classificatória.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As **inscrições são gratuitas** e serão realizadas por meio de Ficha de Inscrição (anexo I) preenchida com informações fornecidas pela candidata ou por seu procurador à Coordenação do Programa Mulheres Mil para os **Cursos de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem ou Cuidador de Idosos**, no IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo, nos dias **29, 30 de agosto e 02 e 03 de setembro de 2013**, no horário **das 09h às 12h e das 15h às 17hs**.

4.2 Se a inscrição for requerida por procuração, será necessária a apresentação da Carteira de Identidade do procurador (original) e procuração com firma reconhecida para tal fim.

4.3 A candidata inscrita por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento do mesmo.

4.4 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição e a matrícula da candidata, desde que verificada qualquer falsidade nas declarações e/ou nos documentos apresentados.

4.5 Não serão aceitas inscrições por via postal, via fax, via Internet e/ou via correio eletrônico.

4.6 Não será permitida a inscrição em mais de um curso por candidata.

4.7 Caso venha se verificar mais de uma inscrição, será considerada a de data ou hora mais recente.

5. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

5.1 Para candidatar-se a uma vaga dos **Cursos de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem ou Cuidador de Idosos** a candidata deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Ser do sexo feminino (ou possuir identidade social);
- b) Ter no mínimo 18 anos de idade;
- c) Ter cursado no mínimo a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental para o curso de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem, e, Ensino Fundamental completo para o Curso de Formação Inicial e Continuada em Cuidador de Idosos;
- d) Ser cadastrada no CAD – Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, e
- e) Residir nas comunidades da Liberdade ou Fé em Deus.

5.2 No ato da Inscrição deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Ficha de inscrição e perfil social (fornecida pela instituição) devidamente preenchida;
- b) Cópia da Carteira de Identidade ou Certidão de nascimento;
- c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d) Cópia da última conta de energia elétrica recebida a partir de Julho de 2013;
- e) Comprovante de escolaridade (cópia do certificado ou declaração original);
- f) Cópia do cartão Bolsa Família fornecida pelo Cadastro Único do município;
- g) Comprovante de renda familiar (último pagamento):
 - Assalariada: cópia do contracheque;
 - Aposentada ou pensionista: cópia do extrato do último pagamento;
 - Autônoma (comerciante, profissional liberal, etc.): declaração de renda como autônomo (original) conforme anexo II;
 - Trabalho informal (emprego doméstico sem carteira assinada, camelô, vendedora ambulante, “bicos” em geral): declaração de renda informal (original).

Parágrafo Único – No caso de Declaração de Renda Informal ou Declaração de Renda como Autônoma, essa deverá ser original e conter o valor do salário do(s) responsável(is), ser assinada pelo declarante e por duas (2) testemunhas com endereço e identificação (Carteira de Identidade e CPF), tanto do declarante quanto das testemunhas, comprovando o declarado.

6. DA SELEÇÃO

6.1 O Processo Seletivo para o os **Cursos de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem e Cuidador de Idosos**, será realizado em duas etapas, sendo a primeira a análise dos documentos e do perfil social e a segunda uma entrevista, ambas de caráter classificatório e eliminatório.

6.2 Os critérios a serem considerados mediante análise do Questionário Socioeconômico são:

- a) Condições socioeconômicas;

b) Clareza na comunicação;

6.3 A relação das candidatas selecionadas para a segunda etapa (entrevista), será divulgada na Portaria do IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo, e no site do IFMA (www.ifma.edu.br), **no dia 05 de setembro de 2013**.

6.4 Serão convocadas para a entrevista as candidatas classificadas na primeira etapa até duas vezes o número total de vagas obedecendo à ordem decrescente de pontuação obtida.

6.5 A entrevista será realizada **no período de 09 a 13 de setembro de 2013**, de segunda a sexta, no horário das **9h às 12h, no IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo**, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo, conforme calendário divulgado no resultado da primeira etapa (dia 05 de setembro de 2013).

7. DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

7.1 Os **Cursos de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem e Cuidador de Idosos** ofertados pelo campus serão ministrados com carga horária de 240 horas e 180 horas respectivamente, 05 (cinco) vezes por semana no **turno matutino**;

7.2 O total de turmas ofertadas contemplará 55 (cinquenta e cinco) alunas, sendo 25 (vinte e cinco) para o curso de Formação Inicial e Continuada de Camareira em Meios de Hospedagem e 30 (trinta) para o curso de Formação Inicial e Continuada em Cuidador de Idosos, as quais serão formadas obedecendo a ordem de classificação.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 Para a classificação será considerado o somatório dos pontos obtidos na análise do questionário socioeconômico e da entrevista, na forma distribuída no quadro a seguir:

INSTRUMENTOS AVALIATIVOS	PONTOS MÁXIMOS
Questionário Socioeconômico	60
Entrevista	40
Total Geral	100

8.2 A classificação final será feita em ordem decrescente da pontuação obtida nas duas etapas do processo seletivo.

8.3 Havendo empate, a candidata de maior idade terá prioridade na ocupação da vaga.

8.4 As demais classificadas ficarão na lista de excedentes, podendo ou não ser chamadas conforme a necessidade do programa.

9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

9.1 A relação das candidatas aprovadas será divulgada no mural localizado na Portaria do IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo e no site do IFMA (www.ifma.edu.br) a partir do dia **17 de setembro de 2013** contendo lista de classificadas para as vagas ofertadas, lista de classificadas às vagas destinadas a portadores de deficiência de acordo com o item 3.2, e lista de excedentes.

10. DAS MATRÍCULAS

10.1 As candidatas classificadas deverão comparecer ao campus IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 04, Monte Castelo, para realizarem suas matrículas, nos dias **19, 20 e 23 de setembro de 2013**, no horário de **09h às 12h**. **O não comparecimento implicará na eliminação da candidata.**

10.2 No ato da matrícula, a candidata deverá apresentar cópia e original dos documentos comprobatórios exigidos no item **5.2**.

10.3 Estando a candidata impedida de realizar a matrícula, esta poderá ser feita por seu procurador seguindo as mesmas orientações descritas no item **4.2**.

10.4 A candidata aprovada e classificada que, por qualquer motivo, não efetuar a matrícula no período estipulado no item **10.1**, perderá o direito à vaga e será substituída pela primeira candidata da lista de excedentes e assim sucessivamente, obedecendo ao constante nos itens **8.2** e **8.3**.

10.5 Ocorrendo desistência de matrícula, a Coordenação do Programa Mulheres Mil do IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo fará chamada das candidatas excedentes, **no período de 3 (três) dias**, a partir do último dia de matrícula, obedecendo ao curso, turno de inscrição e ordem de classificação.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria do Programa Mulheres Mil IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo.

11.2 Informações adicionais poderão ser obtidas na Comissão de Processo Seletivo do Programa Mulheres Mil do IFMA/Campus São Luís – Monte Castelo por meio do telefone **(98) 3218-9000/3218-9083**.

Parágrafo único – Fica eleito o Foro da Justiça Federal na Cidade de São Luís/MA, com exclusão e renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo.

São Luís, 22 de Agosto de 2013

Diretor Geral do Campus São Luís – Monte Castelo

ANEXO I
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
CAMPUS SÃO LUÍS – MONTE CASTELO
PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL

PROCESSO DE SELEÇÃO – EDITAL 041 / 2013

FICHA DE INSCRIÇÃO - CANDIDATA

CAMPUS:	DATA:	HORÁRIO:
Nº DE INSCRIÇÃO:		
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PRETENDIDO:		
☐ CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM ☐ CUIDADOR DE IDOSOS		

I – IDENTIFICAÇÃO DA CANDIDATA

1. Nome					
2. Endereço:	Rua: _____ Nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ Ponto de referência: _____				
3. Telefones:	Residencial:		Celular (es):		
	Trabalho:		Recado:		
4. E-mail (s):					
5. Data de Nascimento:	____/____/____	Local:	Cidade:		Estado:
Idade:					
6. Nº de RG			Órgão Expedidor:		
7. Nº CPF:					
8. Estado Civil:	☐ Solteira ☐ Casada ☐ Separada/divorciada/desquitada ☐ União Estável ☐ Viúva				

I I- CARACTERIZAÇÃO SOCIOFAMILIAR

9. Nº de Filhos	☐ Nenhum	☐ Um	☐ Dois	☐ Três	☐ Quatro	☐ Cinco	☐ Seis	☐ Mais de Seis
10. Número de pessoas reside com você			_____ pessoas					
11. Você reside com:								
PARENTESCO	IDADE	OCUPAÇÃO/PROFISSÃO				VALOR DA RENDA MENSAL (R\$)		
TOTAL DA RENDA FAMILIAR/MÊS								
12. Você ou outro membro da família recebe algum tipo de benefício social do Governo Federal (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Conta Paga, etc.)?								
☐ Não ☐ Sim. Qual? _____								
Valor em R\$: _____ (_____)								
13. Outras fontes de renda adicionais (especificação e valor):								
FONTE DE RENDA					VALOR EM (R\$)			
14. Qual sua participação na renda da sua família?					☐ Não trabalho e sou sustentado pela família ou por outras pessoas.			
					☐ Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas.			
					☐ Trabalho, mas sou responsável apenas pelo meu próprio sustento.			
					☐ Trabalho, sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento da minha família.			

	() Trabalho e sou principal responsável pelo sustento da minha família.
15. Condições de moradia	A casa /apartamento que você reside é: () Própria () Alugada () Financiada () Coabitada () Cedida
16. Se você paga aluguel ou financiamento, qual o valor mensal atual?	R\$ _____ (_____)
17. Possui alguma deficiência?	() Não () Sim, qual: () intelectual () física () auditiva () visual Especificar: _____
18. Você tem alguma doença crônica?	() Não () Sim, qual doença? _____ Toma algum medicamento de uso contínuo? () Não () Sim, qual? _____

III – DADOS ESCOLARES E PROFISSIONAIS

19. Qual o seu nível de escolaridade?	☐ Sem escolaridade/analfabeta ☐ Apenas Alfabetizada: leio e escrevo ☐ Fundamental Incompleto ☐ Fundamental Completo	☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Ensino Superior Completo
20. Você estuda atualmente?	() Não () Sim	21. Se não, há quanto tempo você está sem estudar? () Há menos de 05 anos () De 06 a 10 anos () De 11 a 18 anos () De 19 a 24 anos () De 25 a 30 anos () Há mais de 30 anos () Nunca frequentei a escola 22. Se você está sem estudar, em que série parou? _____ 23. Você já fez ou está frequentando algum curso profissionalizante? Não () Sim () Qual (is) e local que cursou? _____ _____ _____

IV – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

24. Como tomou conhecimento do Programa Mulheres Mil?	☐ Internet (site) ☐ Jornal / Radio / TV Cartaz / Folheto ☐ Outdoor ☐ Faixa/Informação de Amigos/Colegas ☐ No próprio Campus	☐ Visita dos gestores ☐ Organizações sociais/lideranças da minha comunidade ☐ Carro/bicicleta som ☐ Outros.
25. Com quem pretende deixar os seus filhos para participar das aulas?	☐ pai da criança ☐ creches ☐ avós ☐ na escola ☐ amiga (o) ☐ outros parentes	
26. Quais as suas maiores habilidades? (pode marcar mais de uma opção)	☐ costurar ☐ pescar ☐ cozinhar ☐ pintar ☐ bordar ☐ plantar ☐ dançar ☐ cantar ☐ outros _____	

Assinatura da Candidata ou Procurador(a)

.....
 COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO AO PROCESSO SELETIVO DOS **CURSOS FIC** DO PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL IFMA/SÃO LUÍS-MONTE CASTELO **EM:**

☐ **CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM**

☐ **CUIDADOR DE IDOSOS**

Candidata: _____

Assinatura do servidor: _____ **Data:** ____/____/ 2013.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RENDA

Eu, _____ inscrita no
CPF sob o nº _____, portadora do RG
nº _____ residente e domiciliada
(endereço) _____
_____ no município de
_____ declaro para os devidos fins que sou (atividade
exercida) _____
_____ e que minha renda mensal é
de _____ R\$ _____
aproximadamente.

São Luís, _____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

Testemunha 1:

Assinatura: _____

CPF: _____

RG: _____

ENDEREÇO: _____

Testemunha 2:

Assinatura: _____

CPF: _____

RG: _____

ENDEREÇO: _____

ANEXO III

CRONOGRAMA

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE CAMAREIRA EM MEIOS EM HOSPEDAGEM E CUIDADOR DE IDOSOS

	PERÍODO	LOCAL
INSCRIÇÕES	29 e 30 de agosto e 02 e 03 de setembro de 2013 Horário: 9h às 12h e de 15h às 17h.	IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo , localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo.
RESULTADO DA 1ª ETAPA (análise dos documentos e do perfil social)	05 de setembro de 2013.	Portaria do IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo , localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo, no site (www.ifma.edu.br).
ENTREVISTA (realizada conforme calendário divulgado no dia 05 de setembro de 2013)	09 a 13 de setembro de 2013 Horário: 9h às 12h.	IFMA Campus São Luís/Monte Castelo , localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo.
RESULTADO FINAL	17 de setembro de 2013.	Portaria do Campus São Luís-Monte Castelo , localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo E no site (www.ifma.edu.br).
MATRÍCULAS	19, 20 e 23 de setembro de 2013 Horário: 9h às 12h.	IFMA Campus São Luís/Monte Castelo , localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 4, Monte Castelo.

